

Cuiabá-MT, 2012

Plano de Longo Prazo de Mato Grosso

Estudo Retrospectivo

Volume I

MT+2 

Governo do Estado do Mato Grosso

Silval da Cunha Barbosa

Governador do Estado de Mato Grosso

Francisco Tarquínio Daltro

Vice Governador do Estado de Mato Grosso

Áurea Regina Alves Ignácio Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia	Jenz Prochnow Júnior Procurador Geral do Estado
André Luiz Prieto Defensor Público Geral	João Antonio Cuiabano Malheiros Secretário de Estado de Cultura
Antônio Roberto Monteiro de Moraes - Cel. PM Secretário-Chefe da Casa Militar	José Alves Pereira Filho Secretário-Auditor Geral do Estado
Aparecida Maria Borges Bezerra Secretária de Estado de Desenvolvimento de Turismo	Carlos Luiz Mulhomem de Abreu Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
Arnaldo Alves de Souza Neto Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana	José Esteves Lacerda Filho Secretário-Chefe da Casa Civil
Carlos Antonio Azambuja Secretário de Estado de Esporte e Lazer	José Gonçalves Botelho do Prado Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
Carlos Eduardo Tadeu Rayel Secretário de Estado de Comunicação Social	Marcelo Ferra de Carvalho Procurador Geral de Justiça
César Roberto Zilio Secretário de Estado de Administração	Paulo Inácio Dias Lessa Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos
Diógenes Gomes Curado Filho Secretário de Estado de Segurança Pública	Pedro Jamil Nadaf Secretário de Estado de Indústria, Comércio e Minas e Energia
Eder de Moraes Dias Secretário Extraordinário da Copa do Mundo FIFA 2014	Roseli de Fátima Meira Barbosa Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social
Edmilson José dos Santos Secretário de Estado de Fazenda	Ságuas Moraes de Sousa Secretário de Estado de Educação
Ernandy Maurício Baracat Arruda Secretário de Estado das Cidades	Vander Fernandes Secretário de Estado de Saúde
Francisco Antonio Vuolo Secretário Extraordinário de Estado de Acompanhamento da Logística Intermodal de Transportes	Vicente Falcão de Arruda Filho Secretário de Estado de Meio Ambiente

APRESENTAÇÃO

O processo de atualização do Plano de Longo Prazo (PLP) de Mato Grosso foi iniciado por três atividades concomitantes de reflexão: Pesquisa Qualitativa (PQ) que revisou a pesquisa com lideranças e atores da sociedade mato-grossense, realizada em 2005, a avaliação do plano nos primeiros quatro anos de implementação das prioridades estratégicas e metas globais e o Estudo Retrospectivo (ER) que tem por objetivo atualizar a evolução socioeconômica e ambiental de Mato Grosso dos últimos anos.

Este relatório apresenta a revisão e a atualização das informações básicas para redefinir as prioridades estratégicas e as metas globais do estado de Mato Grosso para o período de 2011 a 2021, bem como, elaborar o Plano Plurianual (PPA) do Governo do Estado, quadriênio de 2012-2015.

O Estudo Retrospectivo contém seis capítulos. O primeiro apresenta uma caracterização geral do Estado. O segundo capítulo trata da dinâmica recente da economia, incluindo uma interpretação da estrutura produtiva do Estado e das principais cadeias de negócios e o desempenho das finanças públicas estaduais.

É tratada, no terceiro capítulo, a dimensão sociocultural que consubstancia análises dos principais indicadores nos últimos anos. O quarto capítulo destaca o comportamento de variáveis relativas a educação, conhecimento e inovação e ressalta suas importâncias para a competitividade econômica e para a ampliação das oportunidades sociais no Estado. O quinto capítulo é dedicado a análises do ambiente natural do Estado, dimensão fundamental para a sustentabilidade do desenvolvimento de Mato Grosso.

São apresentados, no sexto capítulo, os desafios futuros de Mato Grosso com destaque para suas principais potencialidade e obstáculos ao seu desenvolvimento.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa anual de crescimento real do PIB dos estados da região Centro-Oeste - 2003-2008	19
Gráfico 2 – Percentual da participação mato-grossense no PIB do Brasil e do Centro-Oeste - 2005-2009	20
Gráfico 3 – Participação do Distrito Federal e dos estados do Centro-Oeste no PIB regional - 2004-2009	21
Gráfico 4 – Rendimento médio na produção de soja em Mato Grosso, no Brasil e nos Estados Unidos da América, safra - 2010-2011	22
Gráfico 5 – Índice da CRV dos principais produtos de Mato Grosso - 2008-2010	22
Gráfico 6 – Evolução da balança comercial de Mato Grosso - 2000-2010	24
Gráfico 7 – Participação dos setores de atividades econômicas no VAB de Mato Grosso - 2004-2009	26
Gráfico 8 – Participações das atividades econômicas do setor industrial no VAB - 2005/2009	28
Gráfico 9 – Participações percentuais das atividades econômicas do setor de serviços no VAB de Mato Grosso – 2009	29
Gráfico 10 – Relação entre a receita corrente e o PIB de Mato Grosso e estados selecionados – 2009	48
Gráfico 11 – Relação entre a receita corrente e o PIB de Mato Grosso – 2004-2009	48
Gráfico 12 – Participação dos investimentos e do custo da dívida na despesa corrente de Mato Grosso – 2004-2009	49
Gráfico 13 – Percentual dos investimentos e do custo da dívida na despesa corrente de Mato Grosso e estados selecionados – 2009	50
Gráfico 14 – Evolução da população de Mato Grosso - 1940/2010.....	51

Gráfico 15 – Evolução da taxas de crescimento anual da população de Mato Grosso, do Centro-Oeste e do Brasil - 1991/2010.....	53
Gráfico 16 – Taxa de fecundidade em Mato Grosso, na região Centro Oeste e no Brasil – 2010	54
Gráfico 17 – Taxa de crescimento vegetativo da população – 2009	55
Gráfico 18 – Evolução do número de pessoas pobres em Mato Grosso - 2001–2009	56
Gráfico 19 – Incidência de pobreza no Brasil, na região Centro-Oeste e em Mato Grosso - 2002-2009	57
Gráfico 20 – Evolução do índice de desigualdade de Gini para o rendimento domiciliar <i>per capita</i> no Brasil, no Centro-Oeste e em Mato Grosso - 2001-2009	58
Gráfico 21 – Taxas anuais de variação do rendimento domiciliar <i>per capita</i> no Brasil, na região Centro-Oeste e em Mato Grosso - 2001 – 2009.....	59
Gráfico 22 – Percentual de moradores em domicílios particulares com abastecimento de água em Mato Grosso, região Centro-Oeste e estados comparados – 2010	61
Gráfico 23 – Percentual de moradores em domicílios particulares ligados a rede coletora de esgoto sanitário em Mato Grosso, região Centro-Oeste – 2010.....	63
Gráfico 24 – Percentual de moradores em domicílios particulares atendidos por serviço de coleta de lixo – 2010	64
Gráfico 25 –Taxa de mortalidade infantil no Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso – 2010	66
Gráfico 26 – Taxa de mortalidade materna em Mato Grosso – 2009	67
Gráfico 27 – Número de consultas médicas de pré-natais no Brasil, no Centro-Oeste, no Distrito Federal e nos estados da região Centro-Oeste - 2009.....	68
Gráfico 28 - Sensação de segurança no bairro onde residem, períodos diurno e noturno - 2010	72
Gráfico 29 - Sensação de segurança fora do bairro onde residem, períodos diurno e noturno - 2010	72

Gráfico 30 – Grau de confiança nas instituições de segurança pública do estado de Mato Grosso - 2010.....	73
Gráfico 31 – Evolução da taxa de homicídios em Mato Grosso - 2004-2010	74
Gráfico 32 - Taxa de homicídios, por 100 mil habitantes, nos estados selecionados e Distrito Federal – 2005/2010.....	75
Gráfico 33 – Taxas de homicídios na população total e de jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos no Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso - 2009.....	76
Gráfico 34 – Taxa de homicídios em Mato Grosso, por 100 mil habitantes, segundo perfil da vítima - 2003-2009.....	77
Gráfico 35 – Evolução das taxas de roubos, furtos, uso, porte e tráfico de drogas em Mato Grosso - 2004-2010.....	78
Gráfico 36 – Percentual de vitimizações, por regiões do Estado, e a média estadual de vítimas - 2010	80
Gráfico 37 – Evolução da escolaridade média da população mato-grossense, com 25 anos ou mais - 1981-2009.....	99
Gráfico 38 – Média de anos de estudo da população de Mato Grosso com 25 anos ou mais, com base no rendimento mensal familiar <i>per capita</i> – 2009.....	100
Gráfico 39 – Nível de escolaridade da população de jovens e adultos no Brasil, Mato Grosso e São Paulo – 2008	101
Gráfico 40 – Taxa de analfabetismo, por faixa etária, em Mato Grosso – 2010	103
Gráfico 41 –Taxa de analfabetismo da população, com 15 anos ou mais, por situação do domicílio – 2010.....	104
Gráfico 42 - Atendimento escolar, por faixa etária, em Mato Grosso - 2002-2010	109
Gráfico 43- Percentual de alunos mato-grossenses com aprendizado adequado, no ensino fundamental, em língua portuguesa e matemática - 2001/2009.....	112

Gráfico 44 - Percentual de alunos mato-grossenses com aprendizado adequado, no ensino médio, em língua portuguesa e matemática - 2001/2009.....	113
Gráfico 45 – Percentual de alunos mato-grossense com aprendizado inadequado, na 3ª série do ensino médio, em língua portuguesa – 2005.....	114
Gráfico 46 - Percentual de alunos mato-grossense com aprendizado inadequado, na 3ª série do ensino médio, em matemática – 2005.....	114
Gráfico 47 – Rendimento médio, em salário mínimo, das pessoas ocupadas em Mato Grosso, segundo os anos de estudo – 2008.....	118
Gráfico 48 – Taxa de atendimento da população de 18 a 24 anos no ensino superior em Mato Grosso, segundo o rendimento domiciliar <i>per capita</i> – 2008.....	119
Gráfico 49 – Percentual de jovens mato-grossenses com 18 a 24 atendidos no ensino superior em relação aos que concluíram o ensino médio, segundo as classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i> – 2008	121
Gráfico 50 – Percentual das Unidades de Conservação (UC) por biomas em Mato Grosso – 2010	130

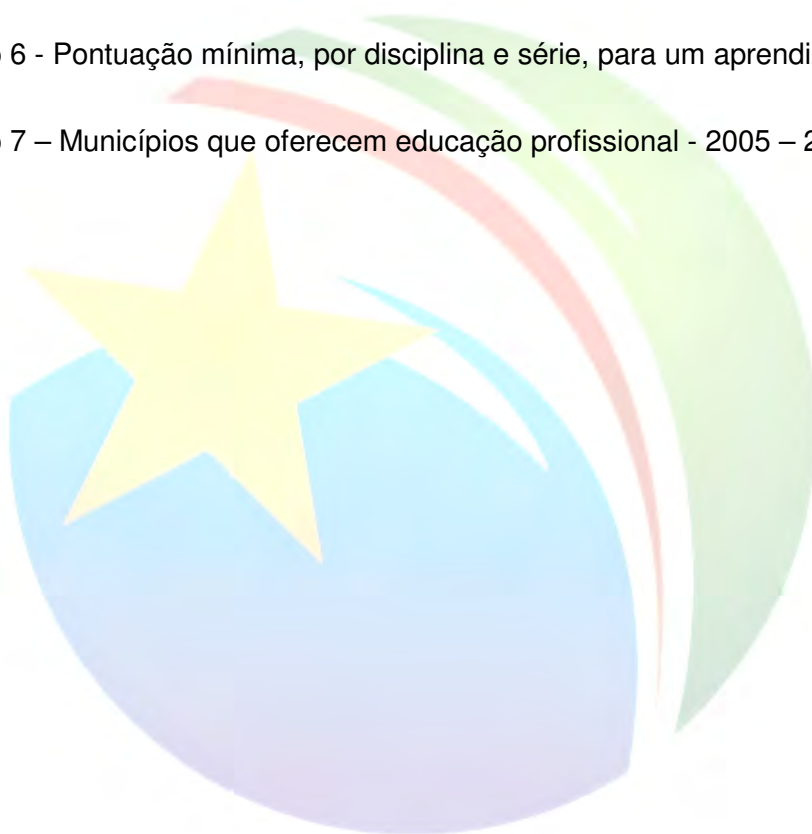
LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área geográfica e população, segundo as regiões de planejamento do estado de Mato Grosso - 2010	15
Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes, do Brasil e estados da região Centro-Oeste - 2004-2009	18
Tabela 3 – Representatividade das exportações de Mato Grosso nas exportações do Centro-Oeste e do Brasil - 2000-2010	23
Tabela 4 – Participação dos produtos básicos e industrializados na balança comercial de Mato Grosso - 2005-2011	24
Tabela 5 – Índice de competitividade e classificação do Distrito Federal e dos estados da região Centro-Oeste – 2006.....	25
Tabela 6 – Produção de grãos em Mato Grosso, no Centro Oeste e no Brasil e a representatividade do Estado na produção da região Centro-Oeste e do Brasil - 2000-2010	27
Tabela 7 – Maiores produtores de bovinos, número de cabeças, do Brasil - 2004-2010.....	28
Tabela 8 – Formas de aquisição de terras em Mato Grosso – 2006	30
Tabela 9 – Número de agricultores da agricultura familiar das comunidades tradicionais e de assentamentos da reforma agrária no Estado, segundo os Consórcios Intermunicipais – 2009	31
Tabela 10 - Componentes do déficit habitacional quantitativo em Mato Grosso – 2010.....	60
Tabela 11 - Componentes das inadequações dos domicílios em Mato Grosso – 2010.....	61
Tabela 12 – Formas de acesso ao abastecimento de água pelos moradores nos domicílios particulares do Estado - 2001-2010	62
Tabela 13 – Formas de acesso ao sistema de esgoto sanitário pelos moradores nos domicílios particulares do Estado – 2010.....	64

Tabela 14 – Evolução do número de leitos hospitalares, por mil habitantes e por hospitais, em Mato Grosso - 1999-2009	69
Tabela 15 – Evolução da rede hospitalar em Mato Grosso - 1999-2009	70
Tabela 16 – Evolução da rede ambulatorial de saúde pública em Mato Grosso - 2000-2009	71
Tabela 17 – Municípios mato-grossenses com as maiores taxas de analfabetismo – 2010	105
Tabela 18 – Municípios mato-grossenses com as menores taxas de analfabetismo – 2010	106
Tabela 19 – Atendimento escolar, por faixa etária, da população de Mato Grosso – 2010	108
Tabela 20 – Percentual de alunos com aprendizado adequado no Brasil, no Centro-Oeste e em estados da região Centro-Oeste – 2009	111
Tabela 21 – Variações nas taxas das aprovações dos alunos nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio - 2005/2009	115
Tabela 22 – Variações nas taxas de proficiências dos alunos nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio - 2005/2009	116
Tabela 23 – Percentual dos jovens mato-grossenses com 18 a 24 anos que concluíram o ensino médio, segundo as classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i> - 2008.....	120
Tabela 24 - Evolução das unidades escolares da educação profissional, em Mato Grosso, por dependência administrativa - 2005-2009	123
Tabela 25 – Evolução do número de docentes por dependência administrativa na educação profissional - 2005-2009	123
Tabela 26 – Evolução das matrículas por dependência administrativa na educação profissional - 2005-2009	125
Tabela 27 – Percentual da área desmatada por bioma em Mato Grosso – 2011	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação geral das rodovias em Mato Grosso - 2011	46
Quadro 2 – Efetivo das instituições de segurança pública em Mato Grosso - 2010	81
Quadro 3 – Despesas total e <i>per capita</i> realizadas com a segurança pública nos estados da região Centro-Oeste e Distrito Federal - 2006-2010	83
Quadro 4 – Terras tradicionalmente ocupadas – 2006.....	85
Quadro 5 – Número de museus, por municípios de Mato Grosso - 2010	96
Quadro 6 - Pontuação mínima, por disciplina e série, para um aprendizado adequado.....	110
Quadro 7 – Municípios que oferecem educação profissional - 2005 – 2009	124



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localizações da cadeia produtiva madeira e móveis em Mato Grosso	33
Figura 2 – Localizações da cadeia produtiva aves e suínos em Mato Grosso	34
Figura 3 – Localizações da cadeia produtiva fruticultura em Mato Grosso	35
Figura 4 – Localizações da cadeia produtiva soja em Mato Grosso	37
Figura 5 – Localizações da cadeia produtiva carne, couro e leite em Mato Grosso	38
Figura 6 – Localizações da cadeia produtiva algodão e do vestuário em Mato Grosso	39
Figura 7 – Localizações da cadeia produtiva turismo em Mato Grosso	41
Figura 8 – Polos turísticos de Mato Grosso	42
Figura 9 – Malha rodoviária de Mato Grosso - 2012	45
Figura 10 – Cobertura dos serviços das instituições estaduais de segurança pública - 2010	82
Figura 11 – Biomas de Mato Grosso – 2011	131
Figura 12 – Áreas afetadas e com predisposição a erosões – 2011	134

LISTA DE SIGLAS

CBM	- Corpo de Bombeiros
CEDEM	- Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial
CNPCT	- Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNT	- Confederação Nacional dos Transportes
CTGs	- Centros de Tradições Gaúchas
CVR	- Vantagens Comparativas Reveladas
ER	- Estudo Retrospectivo
EUA	- Estados Unidos da América
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
FUNDEF	- Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GPEA	- Grupo Pesquisador de Educação Ambiental
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE-F	- Índice de Competitividade Estadual – Fatores
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INCRA	- Instituto Nacional de Reforma Agrária
INTERMAT	- Instituto de Terras de Mato Grosso
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MS	- Ministério da Saúde
MST	- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OMS	- Organização Mundial da Saúde
ONU	- Organização das Nações Unidas
PEA	- População Economicamente Ativa
PEHIS	- Plano Estadual de Habitação de Interesse Social
PIB	- Produto Interno Bruto
PJC	- Polícia Judiciária Civil
PLP	- Plano de Longo Prazo
PM	- Polícia Militar
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
POLITEC	- Polícia Técnica

PPA	- Plano Plurianual
PPNE	- Projeto do Plano Nacional de Educação
PQ	- Pesquisa Qualitativa
PSF	- Programa Saúde da Família
SAEB	- Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEBRAE	- Serviço de Apoio à Pequena e Microempresa
SEDTUR	- Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Turismo
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPLAN	- Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
SES	- Secretaria de Estado de Saúde
SESP	- Secretaria de Estado de Segurança Pública
STN	- Secretaria do Tesouro Nacional
UC	- Unidades de Conservação
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VAB	- Valor Adicionado Bruto
ZSEE	- Zoneamento Socioeconômico-Ecológico

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
LISTA DE GRÁFICOS	2
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE SIGLAS	10
I. CARACTERIZAÇÃO GERAL DE MATO GROSSO	14
II A DINÂMICA ECONÔMICA DO ESTADO	18
2.1 Evolução da economia mato-grossense	18
2.2 Estrutura produtivas	25
2.3 Cadeias produtivas de Mato Grosso	32
2.4 Infraestruturas econômica e logística	43
2.5 Finanças públicas do Governo de Mato Grosso	47
III. EVOLUÇÃO DA REALIDADE SOCIOCULTURAL	51
3.1 A Dinâmica demográfica de Mato Grosso	51
3.2 Evolução da pobreza	55
3.3 Habitabilidade	60
3.4 Saúde	65
3.5 Segurança Pública	71
3.6 Diversidade cultural de Mato Grosso	83
3.6.1 Diversidade étnica, racial e cultural de Mato Grosso	83
3.6.2 Patrimônio Cultural do Estado	90
3.6.2.1 Patrimônio Cultural Material	91
3.6.2.2 Mostras do Patrimônio Cultural Imaterial	92
IV. EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO	98
4.1. Educação de jovens e adultos	98
4.2. Analfabetismo	102
4.3. Atendimento educacional da população em idade escolar	107
4.4 Qualidade da educação	109
4.5 Acesso ao ensino superior	117
4.6 Educação profissional	121
V. BIOMAS DE MATO GROSSO	127
5.1 Caracterização dos biomas de Mato Grosso	127
5.1.1 Características gerais do Estado	127
5.1.2 Bioma Amazônia	132

5.1.3 Bioma Cerrado	135
5.1.4 Bioma Pantanal	137
VI.POTENCIALIDADES E ESTRANGULAMENTOS DE MATO GROSSO	140
6.1 Potencialidades	140
6.2 Estrangulamentos	142
REFERÊNCIAS	147
APÊNDICES	152



I. CARACTERIZAÇÃO GERAL DE MATO GROSSO

Mato Grosso teve sua origem no período colonial, com a descoberta das minas de Cuiabá. Inicialmente pertencia à capitania de São Paulo, mas depois houve um desmembramento e foi criada a capitania de Mato Grosso. Já na categoria de Estado foi dividido por duas vezes, no século XX, pelo Governo Federal e deu origem aos estados de Rondônia e Mato Grosso do Sul, mas mesmo assim continuou com uma vasta extensão territorial. Localizado na região Centro-Oeste do Brasil, é um dos maiores estados brasileiros em extensão territorial, com uma área de 903.386,1 km² e uma população de, aproximadamente, 3,0 milhões de habitantes que representava, em 2010, 21,6% da população da região Centro-Oeste e 1,6% do total da população brasileira.

O território mato-grossense está dividido em doze regiões de planejamento¹, estabelecidas pelo Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (ZSEE), cujo estudo inicial as identificou. A tabela 1 mostra a área geográfica e a população das diversas regiões do Estado. A maioria da população está concentrada nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Cáceres, respectivamente, situadas ao sul, sudeste e sudoeste do Estado. A região Sul, polarizadas pelas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, mesmo sendo uma região mediana do ponto de vista territorial, é a que possui maior população.

¹ Esta regionalização é produto dos estudos do projeto de ZSEE desenvolvido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral.

Tabela 1 – Área geográfica e população, segundo as regiões de planejamento do estado de Mato Grosso - 2010

Regiões	Área geográfica (mil km ²)		Regiões	População (mil hab.)	
	Absoluta	rel.(%)		2010	
				Total da Região	rel. (%)
Sudoeste	117.691,68	13,0	Sul	944,1	31,1
Leste	111.364,57	12,3	Sudeste	457,5	15,1
Noroeste I	108.164,50	12,0	Sudoeste	309,4	10,2
Sudeste	105.375,11	11,7	Norte	246,3	8,1
Norte	97.680,04	10,8	Oeste	190,8	6,3
Nordeste	73.515,84	8,1	Leste	189,3	6,2
Centro-Norte	60.215,72	6,7	Centro-Norte	178,9	5,9
Oeste	48.282,27	5,3	Centro	167,0	5,5
Centro	38.016,31	4,2	Noroeste I	122,3	4,0
Noroeste II	37.562,66	4,2	Nordeste	103,4	3,4
Sul	75.527,07	8,4	Noroeste II	73,8	2,4
Centro-Oeste	29.961,33	3,3	Centro-Oeste	51,9	1,7
MATO GROSSO	903.357,10	100,0	MATO GROSSO	3.035	100,0

Fonte: IBGE, 2010 e SEPLAN, 2010.

O território na perspectiva da regionalização funcional a base apóia-se no estudo da rede urbana que considera a organização espacial através do comando dos núcleos urbanos, segundo a relação que estabelecem entre si e a disponibilidade de equipamentos para o atendimento das necessidades de consumo e produção da população se realizem. Assim, tem-se como principal referência o estudo sobre Regiões de Influência das Cidades, do IBGE, realizado em 2007 e publicado em 2008.

Na rede urbana brasileira, os centros urbanos foram classificados de forma a constituir 5 grandes níveis hierárquicos. As cidades mato-grossenses aparecem a partir do 2º nível. Nesse contexto, o sistema de cidades de Mato Grosso traz Cuiabá como principal centro urbano, classificada como capital regional do tipo 1 (índice mais alto na classificação das capitais regionais). Dada as características gerais da rede estadual, cabe a ela, na ausência de uma estrutura de rede mais desenvolvida e de um maior número de centros sub-regionais equipados para apoiar a demanda por mercadorias e serviços, atender a maioria das necessidades da população mato-grossense.

Estudos realizados pelo IBGE mostram que Mato Grosso tem apenas quatro centros sub-regionais: Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop, equivalente ao 3º nível hierárquico na classificação brasileira, mas se mostra como segunda expressão regional quando se considera o sistema urbano no território mato-grossense. Estes centros, sob a liderança de Cuiabá, constituem os principais comandos da rede estadual. Cabe destacar, ainda, Sinop, norte do Estado, pelo importante papel de comando que exerce em regiões e municípios, numa extensão longitudinal, que vai do nordeste ao noroeste do território mato-grossense.

Em certa medida, são os centros sub-regionais que articulam e comandam os centros de zona com hierarquia mais baixa na complexidade dos serviços que a rede viabiliza à população. Nessa categoria funcional (terceira dentro do território estadual) o sistema de cidades mato-grossense apresenta como centros de zona A: Alta Floresta, Diamantino, Juína, Primavera do Leste, São Felix do Araguaia, Sorriso, Tangará da Serra e Mirassol D'Oeste e como centros de zona B: Alto Araguaia, Barra do Bugres, Colíder, Juara, Nova Mutum, Peixoto de Azevedo, Lucas do Rio Verde, Campo Novo do Parecis, Água Boa, Confresa, Vila Rica, Araputanga, Pontes e Lacerda, Jaciara e Terra Nova do Norte.

Assim, percebe-se que apenas 28 cidades exercem centralidade urbana além dos limites de seus municípios e são 113 as cidades que atuam tão somente como centros locais de serviços urbanos. Dessa forma, fica evidente que essa fragilidade da estrutura funcional estabelece um impacto considerável nas desigualdades regionais em Mato Grosso porque são poucas as cidades que apresentam condições de prestar uma gama considerável de serviços para uma população espalhada em um território de, aproximadamente, 1 milhão de quilômetros quadrados.

Pode-se afirmar, considerando diversos estudos², que a organização espacial das cidades mato-grossenses, principalmente, no que se refere as estruturas de articulação mostram que o Estado se sustenta em uma frágil rede urbana, com regiões funcionais pouco estruturadas. Embora o índice de urbanização da maioria

² IBGE, ZSEE e dissertações de mestrado.

das regiões seja alto e isto sinalize a formação de centros de serviços urbanos, a estrutura hierárquica das cidades mato-grossenses indica que essa organização não está devidamente desenvolvida e consolidada para comandar os fluxos de pessoas, mercadorias e serviços de forma a apoiar com maior agilidade o desenvolvimento regional mato-grossense.



II A DINÂMICA ECONÔMICA DO ESTADO

Mato Grosso tem experimentado, nestas últimas décadas, um significativo crescimento econômico que o colocou como grande produtor de grãos e carnes. Foi, em 2010, o primeiro produtor nacional de soja com 18,8 milhões de toneladas e de algodão com 1,4 milhão de toneladas. Foi o terceiro produtor de arroz com uma produção de 687,1 mil toneladas e o primeiro em rebanho bovino com 28,8 milhões de cabeças.

2.1 Evolução da economia mato-grossense

Em 2009, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso foi de 7,3%, acima da média nacional que registrou 5,2%, evidenciou o expressivo desempenho econômico do Estado (Tabela 2). Embora Mato Grosso do Sul e Goiás, também tenham registrado dinamismo, em Mato Grosso esta ocorrência apresentou um ritmo mais acelerado, especialmente, nos anos de 2007 e 2008.

Por outro lado, os dados também mostram que houve uma desaceleração no ritmo de crescimento econômico do Estado, em relação ao ano anterior. Ainda assim, com um PIB superior a R\$57,0 bilhões, Mato Grosso destacou-se na geração de riquezas para região Centro-Oeste.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes, do Brasil e estados da região Centro-Oeste - 2004-2009

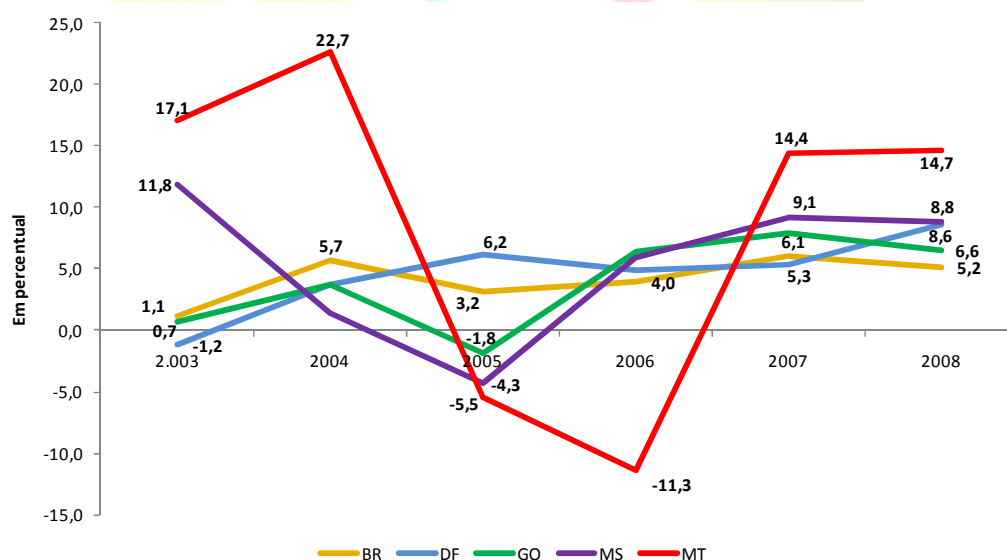
Anos	PIB a preços correntes (mil Reais)							
	Brasil	Variação %	Mato Grosso	Variação %	Mato Grosso do Sul	Variação %	Goiás	Variação %
2004	1.941.498.358	-	36.961.123	-	21.105.170	-	40.861.960	-
2005	2.147.239.292	10,6	37.465.937	1,4	21.650.854	2,6	43.242.512	5,8
2006	2.369.483.546	10,4	35.257.614	5,9	24.341.236	12,4	40.456.958	6,4
2007	2.661.344.525	12,3	42.687.119	21,1	28.121.420	15,5	45.027.147	11,3
2008	3.032.203.490	13,9	53.386.488	25,1	33.142.746	17,9	51.770.548	15,0
2009	3.239.404.053	6,8	57.294.192	7,3	36.368.094	9,7	49.630.654	4,1

Fonte: IBGE, 2010.

As taxas anuais de crescimento real do PIB de Mato Grosso, gráfico 1, registraram flutuações acentuadas na economia mato-grossense, no período de 2003 a 2008. Nesse período, vale destacar os picos de superaquecimento da economia estadual que ocorreram em 2004, quando Mato Grosso apresentou a taxa de 22,7% e nos anos de 2007 e 2008 com um crescimento real, em torno, de 14,0%. E em dois anos ocorreram significativas retrações nas atividades, com taxas negativas de 5,5% em 2005 e 11,3% em 2006.

As flutuações nos ciclos de negócios evidenciaram que a economia mato-grossense tem a capacidade de responder rapidamente a expectativas positivas, e também, de sentir com mais intensidade os efeitos das instabilidades econômicas e políticas nacional e internacional, por exemplo, os efeitos decorrentes das crises cambiais e financeiras na Europa e nos Estados Unidos.

Gráfico 1 – Taxa anual de crescimento real do PIB dos estados da região Centro-Oeste - 2003-2008

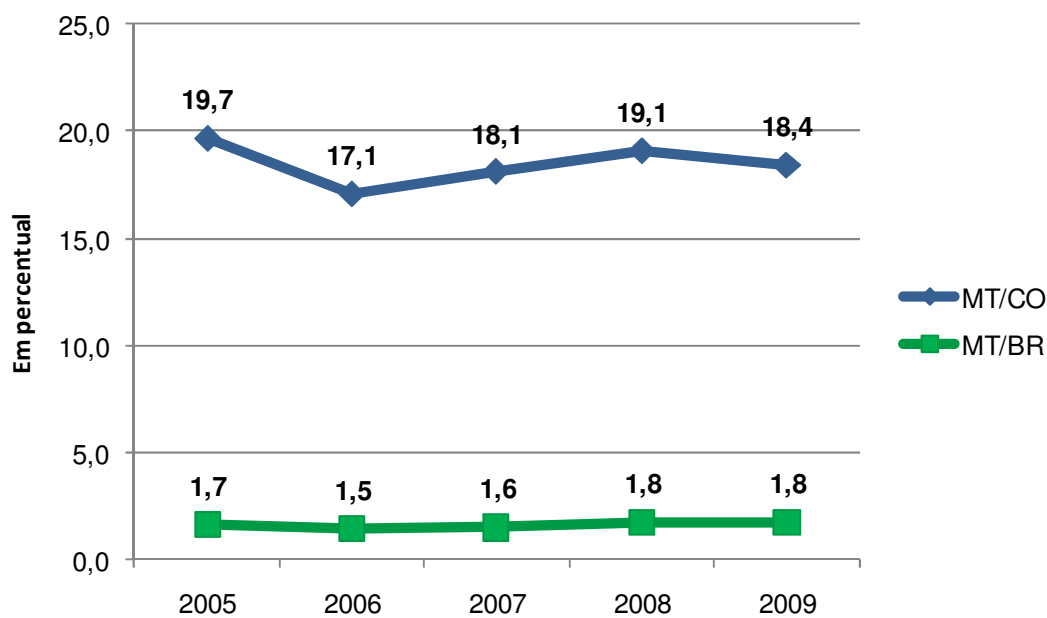


Fonte: IPEA, 2008.

Quanto à participação do Estado na formação das riquezas nacional e regional, gráfico 2, as taxas mostraram-se estáveis no período analisado. Mato Grosso contribuiu, no período de 2005 a 2009, com taxas que variaram entre 1,5% e 1,8% do PIB brasileiro. Isto colocou o Estado em nono lugar na classificação nacional. Apesar da tímida representatividade estadual, 1,8% em 2009, no PIB brasileiro, o

Estado ficou acima da média nacional no que se refere à variação do volume produzido.

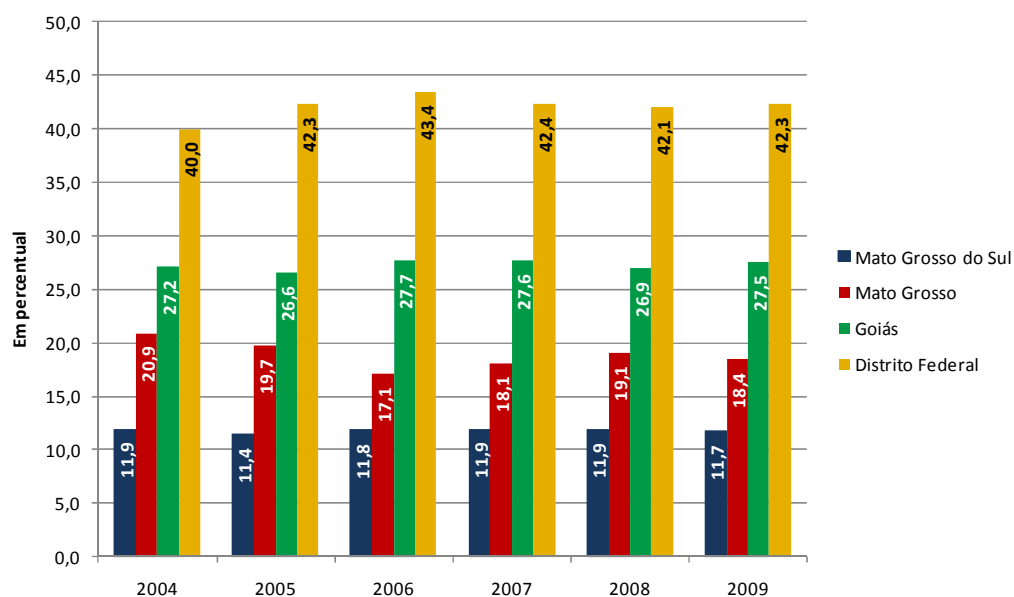
Gráfico 2 – Percentual da participação mato-grossense no PIB do Brasil e do Centro-Oeste - 2005-2009



Fonte: IBGE, 2009.

A participação da economia estadual no PIB regional, nesse período, gráfico 2, foi de 19,7% em 2005 e de 18,4% em 2009. De acordo com o gráfico 3, pode-se observar que Mato Grosso estava à frente, apenas, de Mato Grosso do Sul que foi o Estado com a menor participação no período analisado. O gráfico evidencia, também, um elevado grau de desigualdades entre as taxas de participação no PIB regional, com variações entre 11,0% e 44,0%.

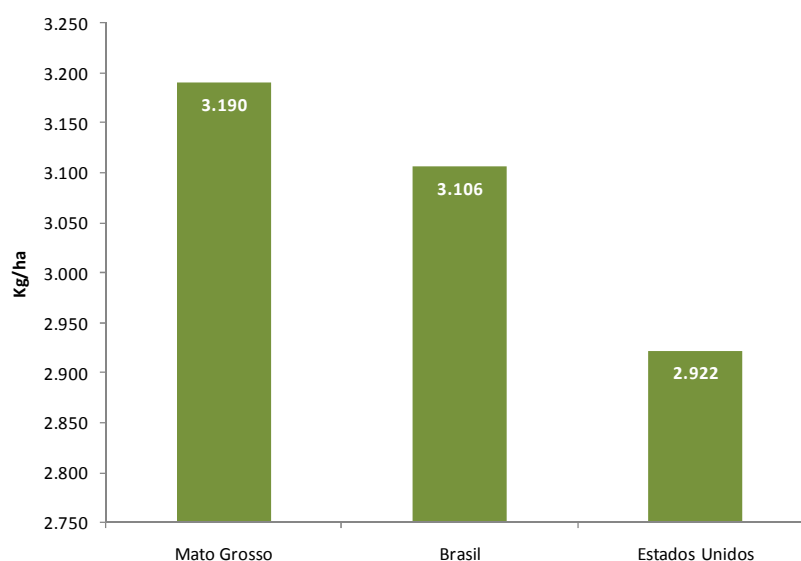
Gráfico 3 – Participação do Distrito Federal e dos estados do Centro-Oeste no PIB regional - 2004-2009



Fonte: IBGE, 2009.

A economia mato-grossense sustentou taxas de participação nos PIBs, acima das médias nacional e regional, devido ao alto rendimento da produção agropecuária, particularmente, a produção de soja, na safra 2010/2011. O rendimento médio na produção da soja em Mato Grosso, gráfico 4, foi de 3.190 quilos por hectare. Acima das médias de 3.106 kg/ha do Brasil e 2.922 kg/ha registrado pelos Estados Unidos, o maior produtor mundial.

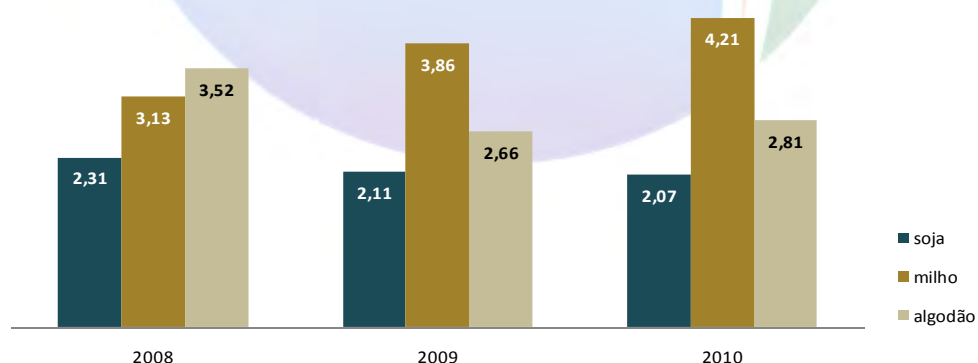
Gráfico 4 – Rendimento médio na produção de soja em Mato Grosso, no Brasil e nos Estados Unidos da América, safra - 2010-2011



Fonte: EMBRAPA, 2011.

As Vantagens Comparativas Reveladas (CVR) do milho e do algodão também contribuíram para assegurar essas posições, pois os índices confirmaram o peso desses produtos na pauta das exportações mato-grossenses. No período analisado, gráfico 5, o índice de vantagem comparativa do milho mostrou-se em crescimento e o algodão, mesmo com declínio no índice, continuou a ser um produto competitivo para o Estado.

Gráfico 5 – Índice da CRV dos principais produtos de Mato Grosso - 2008-2010



Fonte: Mercado internacional e competitividade de Mato Grosso, 2011.

As vantagens comparativas desses produtos, aliadas à produção da soja, contribuíram para aumentar a participação do Estado no volume das exportações brasileiras e manteve elevada a taxa de sua participação na região Centro-Oeste. A

participação mato-grossense no total exportado, ao longo da década, aumentou significativamente (Tabela 3). A taxa de 1,9% no ano 2000 cresceu 122,3% e atingiu 4,2%, em 2010. Neste ano, foi constatada, a importância de Mato Grosso para as exportações do Centro-Oeste. O maior exportador da região, responsável por 54,1% nas vendas externas regionais.

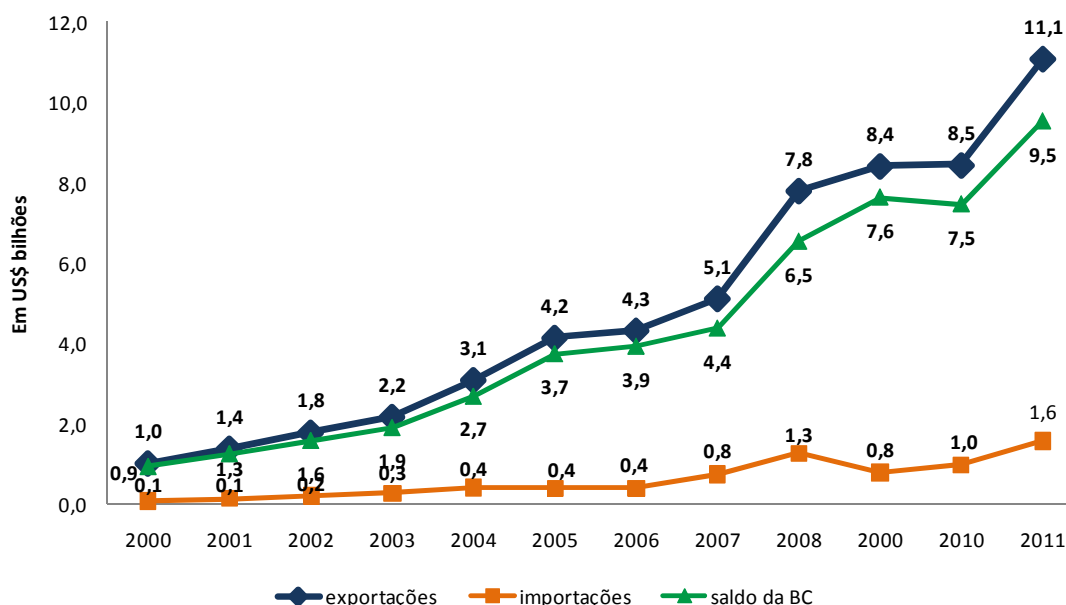
Tabela 3 – Representatividade das exportações de Mato Grosso nas exportações do Centro-Oeste e do Brasil - 2000-2010

Anos	Mato Grosso (US\$ bilhões)	Brasil (US\$ bilhões)	Centro-Oeste (US\$ bilhões)	Participação de Mato Grosso/Centro-Oeste (%)	Participação de Mato Grosso/Brasil (%)
2000	1,0	55,1	1,8	56,4	1,9
2001	1,4	58,3	2,5	56,5	2,4
2002	1,8	60,4	2,9	62,9	3,0
2003	2,2	73,2	3,8	57,5	3,0
2004	3,1	96,7	5,2	59,8	3,2
2005	4,2	118,5	7,2	57,8	3,5
2006	4,3	137,8	7,5	57,8	3,1
2007	5,1	160,6	9,7	52,9	3,2
2008	7,8	197,9	14,2	55,2	3,9
2009	8,4	153,0	14,1	59,7	5,5
2010	8,5	201,9	15,6	54,1	4,2

Fonte: MDIC, 2011.

Mato Grosso, em 2011, vendeu para o exterior US\$ 11,1 bilhões e comprou US\$1,6 bilhão de dólares. Isto representa um saldo positivo na balança comercial de US\$ 9,5 bilhões, ou seja, aumentou 910,0% nos últimos dez anos, passou de US\$ 942,7 milhão, em 2000 para US\$9,5 bilhões em 2010, gráfico 6, um crescimento vertiginoso. É importante destacar que esses resultados foram obtidos mesmo diante das diversas turbulências internacionais, entre elas, as crises financeiras dos Estados Unidos da América (EUA) e da Europa e as variações nas taxas de câmbio.

Gráfico 6 – Evolução da balança comercial de Mato Grosso - 2000-2010



Fonte: MDIC, 2011.

Em 2011, o predomínio das *commodities*, na pauta das exportações mato-grossenses, confirmaram o caráter de economia exportadora de produtos primários, sobretudo, grãos e carnes representavam 92,3% na pauta de exportações do Estado e os bens industrializados correspondiam a 7,7% (Tabela 4). Por outro lado, os produtos industrializados representaram 99,3%, do total dos bens importados. A concentração das exportações em produtos primários, com baixa agregação de valor à produção estadual, torna economia do Estado vulnerável a flutuações do mercado internacional. É importante criar condições para promover a diversificação da estrutura produtiva do Estado.

Tabela 4 – Participação dos produtos básicos e industrializados na balança comercial de Mato Grosso - 2005-2011

Produtos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Exportações							
Básicos	83,8%	85,6%	85,4%	88,2%	91,5%	91,2%	92,3%
Industrializados	16,2%	14,4%	14,6%	11,8%	8,5%	8,8%	7,7%
Importações							
Básicos	5,4%	4,8%	3,2%	2,4%	1,1%	0,6%	0,7%
Industrializados	94,6%	95,2%	96,8%	97,6%	98,9%	99,4%	99,3%

Fonte: MDIC, 2011.

Entretanto, a elevada capacidade de competição dos produtos mato-grossenses é afetada por deficiências, como: qualificação da mão de obra, pesquisas, inovações e infraestrutura. De acordo com o Índice de Competitividade Estadual – Fatores (ICE-F) da tabela 5, que inclui essas deficiências, Mato Grosso ocupou a 17ª posição na classificação nacional e registrou o pior desempenho da região Centro-Oeste. Convém considerar, que isto diminui a capacidade de competição do Estado. Assim, a tabela 4 mostra que Mato Grosso perdeu posições e ficou em 19º lugar, quando foram avaliadas a infraestrutura, a pesquisa e a inovação e em 14º no item qualificação da mão de obra. Cabe ressaltar que os dados são de 2006, mas foram considerados nesta análise porque referem-se a itens estruturais que demandam um tempo mais longo para que apresentem alterações significativas.

Tabela 5 – Índice de competitividade e classificação do Distrito Federal e dos estados da região Centro-Oeste – 2006

UF	ICE-F		Qualificação da força de trabalho		Conhecimento e inovação		Infraestrutura	
	Índice	Classificação	Índice	Classificação	Índice	Classificação	Índice	Classificação
Distrito Federal	0,744	3º	0,949	1º	0,511	7º	0,772	3º
Mato Grosso do Sul	0,506	8º	0,619	7º	0,313	16º	0,586	9º
Goiás	0,401	13º	0,394	15º	0,302	17º	0,506	10º
Mato Grosso	0,343	17º	0,402	14º	0,262	19º	0,366	19º

Fonte: MBC, 2006.

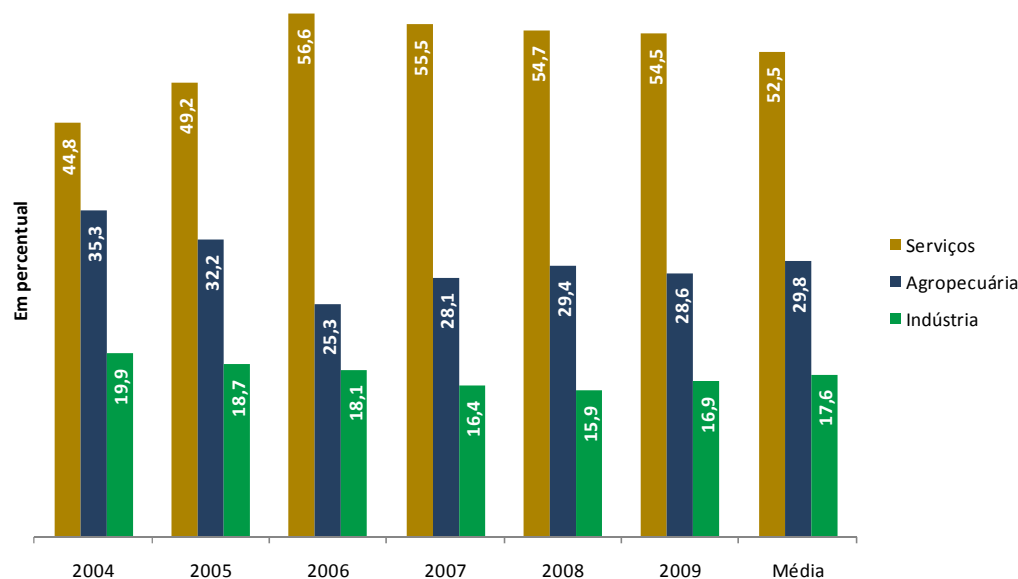
Isto mostra que, apesar das elevadas taxas de crescimento econômico, nos últimos anos, em Mato Grosso, ainda persistem grandes obstáculos que impedem melhorias de competitividade de seus produtos. Faz-se necessário diminuir as limitações de infraestrutura e logística, particularmente, no setor de transportes e elevar o nível de desenvolvimento em inovações tecnológicas, para desenvolver ambientes favoráveis à competição do Estado.

2.2 Estrutura produtivas

Deve-se considerar outro aspecto importante que é a composição do Valor Adicionado Bruto (VAB) do Estado (Gráfico 7). Em média, a composição do VAB foi: a agropecuária com 29,8%, o setor de serviços com 52,5% e a indústria com 17,6%.

Vale destacar que a base econômica de Mato Grosso é sustentada pela agricultura, pecuária, e também, pelo comércio. Certamente, isso ocorreu devido à crescente produção de soja; algodão, milho e do rebanho bovino.

Gráfico 7 – Participação dos setores de atividades econômicas no VAB de Mato Grosso - 2004-2009



Fonte: IBGE, 2009.

Como pode ser observado na tabela 6 o setor agrícola mato-grossense foi impulsionado pelo crescimento da produção de grãos, decorrente do incremento no uso de tecnologias que modernizou a agricultura estadual, ao longo das últimas décadas, com o uso de insumos, máquinas e equipamentos de alta performance.

Tabela 6 – Produção de grãos em Mato Grosso, no Centro Oeste e no Brasil e a representatividade do Estado na produção da região Centro-Oeste e do Brasil - 2000-2010

Anos	Mato Grosso (t)	Brasil (t)	Centro-Oeste (t)	Participação Mato Grosso/Centro-Oeste (%)	Participação Mato Grosso/Brasil (%)
2000	13.242.818,0	84.381.856,0	26.360.389,0	50,2	15,7
2001	14.180.069,0	100.093.034,0	29.619.758,0	47,9	14,2
2002	16.500.239,0	98.183.537,0	31.849.123,0	51,8	16,8
2003	18.839.433,0	124.844.644,0	38.669.838,0	48,7	15,1
2004	22.428.468,0	120.243.449,0	40.861.960,0	54,9	18,7
2005	25.471.853,0	113.570.390,0	43.242.512,0	58,9	22,4
2006	22.311.516,0	118.025.571,0	40.456.958,0	55,1	18,9
2007	24.592.945,0	134.651.481,0	45.027.147,0	54,6	18,3
2008	28.897.146,0	147.142.461,0	51.770.548,0	55,8	19,6
2009	28.863.840,0	134.718.469,0	49.630.654,0	58,2	21,4
2010	29.416.189,0	150.100.292,0	52.991.050,0	55,5	19,6

Fonte: IBGE, 2010.

Mato Grosso, em 2000, tabela 6, produzia 13,2 milhões de toneladas de grãos e ultrapassou os 25 milhões em 2005. Isso representou um crescimento de, aproximadamente, 92,3% da produção em relação a 2000. Em 2006 esse ciclo de crescimento sofreu uma redução de 12,5% na quantidade produzida, foram 22,3 milhões. Essa queda, no entanto, não diminuiu a importância do Estado, nos contextos regional e nacional, porque este continuou com participação significativa de 55,1% na região Centro-Oeste e com 18,9% na produção brasileira.

Em 2008, o Estado retomou o patamar de participação que obteve em 2006. Em 2009 atingiu a maior taxa de participação dos últimos cinco anos com 58,2% em nível regional e 21,4 em nível nacional, porém, em 2010, houve um novo recuo e registrou 55,5% em relação ao Centro-Oeste e 19,6% em relação ao Brasil.

A pecuária é uma atividade que começou a ser desenvolvida, em Mato Grosso, na primeira metade do século XVIII. Porém, somente no início do século XX foi explorada de forma mais intensa e permanente. A intensidade desta atividade ainda pode ser constatada na atualidade. Conforme tabela 7, nos anos de 2000 e 2001, o Estado passou a ter o terceiro maior rebanho, foi o segundo em 2002 com 22,1 milhões de cabeças e a desde 2004 é o maior produtor bovino do País.

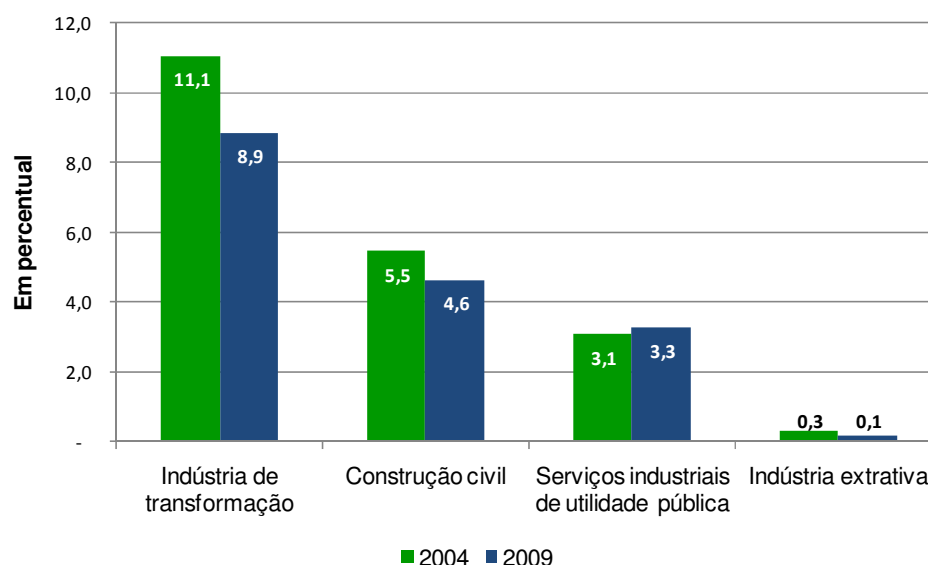
Tabela 7 – Maiores produtores de bovinos, número de cabeças, do Brasil - 2004-2010

Anos	Estados				
	Mato Grosso	Minas Gerais	Mato Grosso do Sul	Goiás	Pará
2000	18.924.532	19.975.271	22.205.408	18.399.222	10.271.409
2001	19.921.615	20.218.911	22.619.950	19.132.372	11.046.992
2002	22.183.695	20.558.937	23.168.235	20.101.893	12.190.597
2003	24.613.718	20.852.227	24.983.821	20.178.516	13.376.606
2004	25.918.998	21.622.779	24.715.372	20.419.803	17.430.496
2005	26.651.500	21.403.680	24.504.098	20.726.586	18.063.669
2006	26.064.332	22.203.154	23.726.290	20.646.560	17.501.678
2007	25.683.031	22.575.194	21.832.001	20.471.490	15.353.989
2008	26.018.216	22.369.639	22.365.219	20.466.360	16.240.697
2009	27.357.089	22.469.791	22.325.663	20.874.943	16.856.561
2010	28.757.438	22.698.120	22.354.077	21.347.881	17.633.339

Fonte: IBGE, 2010.

A indústria, em Mato Grosso, é a atividade com menor participação no VAB e registrou, no período 2004 a 2009, 17,6% em média, gráfico 1. Esse percentual refletiu a limitada capacidade industrial. Em 2009, a participação dos segmentos industriais mato-grossenses no VAB, gráfico 8, foi: 8,9% da indústria de transformação, 4,6%, da construção civil, 3,3% dos serviços industriais de utilidade pública que incluem os serviços de eletricidade, saneamento, abastecimento de água e gás e 0,1% da indústria extrativa.

Gráfico 8 – Participações das atividades econômicas do setor industrial no VAB - 2005/2009



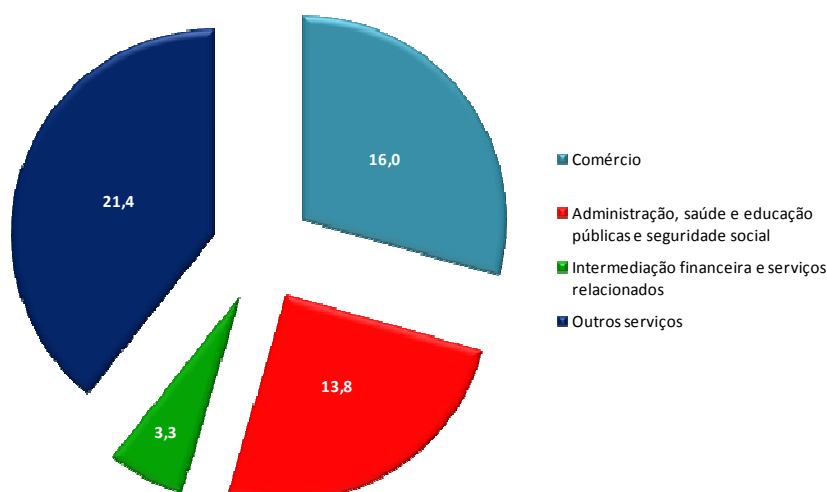
Fonte: IBGE, 2009.

A construção civil, mesmo com redução na participação do VAB em 2009, manteve-se em segundo lugar porque é uma atividade que recebe impactos positivos oriundos da expansão de outras atividades produtivas, principalmente, execução dos serviços industriais de utilidade pública que ampliaram unidades de prestações de serviços para acompanhar o crescimento das atividades econômicas no Estado.

Outro ponto importante, que ainda não foi observado no período analisado, é dos investimentos realizados em diferentes atividades industriais no Estado. O setor de beneficiamento de grãos, por exemplo, implantou unidades para produzir gêneros alimentícios e matérias-primas que atendessem demandas na produção de rações para a avicultura e a suinocultura. Até março de 2011, de acordo com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Empresarial (CEDEM), foram aprovados 99 projetos para instalar indústrias em Mato Grosso. Isto representou investimentos de, aproximadamente, R\$ 295 milhões nos setores de processamento grãos para produzir óleo comestível, óleo degomado, etc.

No setor de serviços o aumento no VAB foi decorrente das atividades públicas e do comércio e representou 29,8% do valor adicionado total (Gráfico 9). Essas atividades, estimuladas pela dinâmica das atividades agropecuárias, foram expandidas para atender necessidades de cidades mato-grossenses.

Gráfico 9 – Participações percentuais das atividades econômicas do setor de serviços no VAB de Mato Grosso – 2009



Fonte: IBGE, 2009.

As atividades do comércio e da administração pública, especialmente, os serviços de educação, de saúde e de seguridade foram as que demonstraram maior representatividade, durante o período de 2005 a 2009. Isso reflete a importância desses segmentos devido os avanços ocorridos nos demais setores da economia mato-grossense.

A alta produtividade das atividades, centradas na pecuária extensiva e na produção de grãos em grande escala, confirmou o movimento observado na economia de Mato Grosso. Aliado a isso, a estrutura fundiária torna-se uma questão relevante para o desenvolvimento de estadual porque existem sérios conflitos fundiários no Estado, principalmente, os que estão relacionados a titulações de terras e a formas de aquisições de propriedades.

A maioria das propriedades rurais do Estado foi adquirida por meio de contratos de compra e venda entre proprietários particulares ou por programas de assentamentos da reforma agrária (Tabela 7). É importante ressaltar dois fatores: grande parte das pequenas propriedades pratica a agricultura familiar e os dados disponíveis são do último censo agropecuário.

Tabela 8 – Formas de aquisição de terras em Mato Grosso – 2006

Forma de obtenção de terras	Número de propriedades
Compra de particulares	68.147
Programas de assentamentos da reforma agrária	25.853
Herança	7.517
Crédito fundiário	1.750
Usucapião	1.203
Doações Particulares	1.054
Outras Formas	1.451
Total	106.975

Fonte: IBGE, 2006.

A agricultura familiar em Mato Grosso é a principal atividade econômica, na maioria dos municípios. De acordo com a tabela 9, em 2009, existiam 140,2 mil agricultores da agricultura familiar desenvolviam suas atividades em comunidades tradicionais e em assentamentos da reforma agrária. Foram beneficiadas 50,1 famílias nas comunidades tradicionais e mais de 90 mil em programas de

assentamentos. Para promover melhor assistência técnica a esses produtores foram criados 15 (quinze) consórcios intermunicipais que têm a função de intermediar ações que promovam o desenvolvimento regional.

Tabela 9 – Número de agricultores da agricultura familiar das comunidades tradicionais e de assentamentos da reforma agrária no Estado, segundo os Consórcios Intermunicipais – 2009

Consórcios intermunicipais	Comunidades tradicionais		Assentamentos da reforma agrária						Total de famílias
			INCRA		INTERMAT		Crédito fundiário		
	Nº	Famílias	Nº	Famílias	Nº	Famílias	Nº	Famílias	
Vale do Guaporé	118	2.069	38	5.843	2	73	5	170	8.155
Portal da Amazônia	200	7.391	70	15.166	3	1.354	-	-	23.911
Vale do Juruena	48	7.546	16	5.749	4	622	-	-	13.917
Norte Araguaia	18	433	36	8.657	3	344	-	-	9.434
Araguaia	8	297	15	3.588	2	66	-	-	3.951
Nascentes do Araguaia	44	1.278	11	791	2	35	8	231	2.335
Alto do Rio Paraguai	71	2.221	38	4.671	6	204	23	1.006	8.102
Médio Araguaia	20	1.317	29	6.166	1	80	11	434	7.997
Portal do Araguaia	21	942	7	988	1	26	4	115	2.071
Alto Teles Pires	49	3.615	32	3.802	-	-	10	280	7.697
Vale do Teles Pires	166	4.725	7	3.705	6	626	-	-	9.056
Vale do Arinos	26	2.164	13	4.139	2	71	12	360	6.734
Complexo Nascentes do Pantanal	171	5.352	35	3.173	4	179	15	652	9.356
Região Sul	85	4.735	45	3.718	5	211	23	706	9.370
Vale do Rio Cuiabá	183	6.070	26	3.091	83	7.021	65	1.933	18.115
TOTAL	1.228	50.155	418	73.247	124	10.912	176	5.887	140.201

Fonte: EMPAER, 2009.

Nos últimos anos, ocorreram avanços nas políticas de regularização fundiária do Estado. O Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) implantou o projeto Varredura que possibilitou identificar, demarcar e promover a regularização de terras públicas que, em geral, estavam ocupadas sem registro. Entretanto, atualmente, os problemas relativos a regularizações fundiárias das propriedades produtivas constituem empecilhos para o desenvolvimento mato-grossense. Além de dificultarem o acesso ao crédito, sobretudo, para os pequenos produtores, também criam instabilidades para novos investimentos e aumentam conflitos pela posse da terra.

2.3 Cadeias produtivas de Mato Grosso

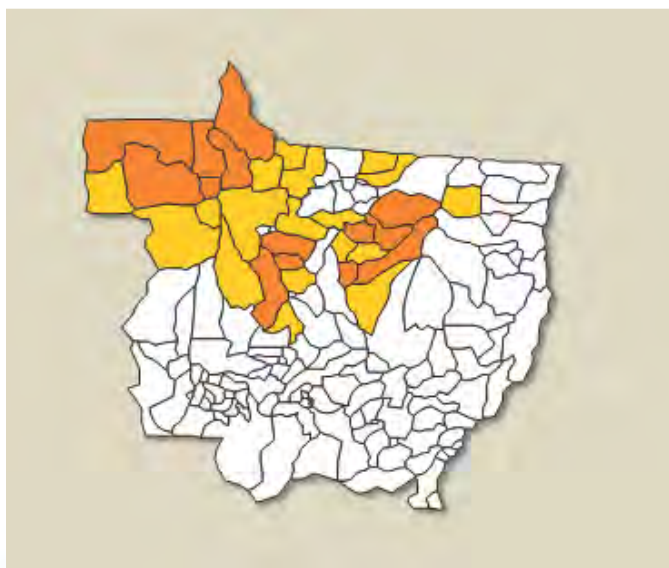
As atividades econômicas desenvolvidas no Estado estão organizadas, em geral, sob a forma de arranjos e cadeias produtivas que articulam diferentes elos de um processo produtivo. Vai desde insumos básicos à comercialização final, passando por etapas da produção propriamente dita. Embora ainda não estejam consolidadas e apresentem baixo adensamento dos elos existentes na economia estadual, pode-se destacar os seguintes aglomerados produtivos: madeira e móveis, aves e suínos, fruticultura, soja, milho, carne, couro, leite, cana-de-açúcar, algodão e vestuário, e também, a cadeia produtiva da construção civil.

A cadeia produtiva madeira e móveis, uma das mais importantes em operação no Estado, está composta pelas atividades de beneficiamento, produção de móveis e elos complementares. A estrutura desta cadeia produtiva pode ser descrita pelos subconjuntos: reflorestamento, extração de madeiras nativas, exploração florestal, madeireiras e fabricação de esquadrias de madeira, indústrias de móveis, lojas de móveis e a indústria de painéis, ainda em estado incipiente de produção.

Compõem ainda esta cadeia, as atividades auxiliares que abrigam elos com processos produtivos incipientes das indústrias que fornecem materiais auxiliares: química, metalúrgica, equipamentos, assessórios, centros de tecnologia e assessoria em concepções e projetos de móveis.

É importante ressaltar a capacidade potencial da atividade madeireira no Estado, em especial, nas regiões norte e noroeste do Estado (Figura 1). No início da primeira década do século XXI, 52% do território mato-grossense estava constituídos pela floresta amazônica, com possibilidades de aproveitamento comercial. Deste total, 15% era explorado comercialmente. O Estado possuía, também, 15 mil hectares de reflorestamento para serrarias e laminações (mogno, pinho e teca) e, aproximadamente, 15 mil hectares de eucalipto para fins energéticos.

Figura 1 – Localizações da cadeia produtiva madeira e móveis em Mato Grosso



Fonte: Mapeamento e análise das cadeias produtivas do Estado de Mato Grosso, 2011.

Quanto aos empreendimentos, no final dos anos 90, existiam 1,7 mil estabelecimentos com as seguintes atividades: exploração florestal ou madeireiras, produção de esquadrias de madeira, casas pré-fabricadas, laminados e compensados, móveis de madeiras, comércios atacadista e varejista de produtos derivados da madeira.

Essas atividades, porém, enfrentam desafios como: baixa integração entre os principais elos da cadeia produtiva, mão de obra pouco especializada, condições precárias de infraestrutura no transporte, considerável distância entre os principais centros consumidores, redução do mercado de madeiras nativas e diminuição das reservas de madeira, principal vantagem competitiva da cadeia.

A cadeia produtiva aves e suínos está composta pelos elos básicos: frigoríficos, comércio e distribuição de derivados. Compõem os elos da cadeia auxiliar: transporte e elaboração de projetos de apoio financeiro e faltam os elos das indústrias de insumos: ração, produtos veterinários, máquinas, equipamentos e centros de pesquisas.

As atividades relativas à cadeia aves e suínos concentram-se nas regiões centro e centro-oeste do Estado, onde estão instalados os principais elos produtivos

primários deste segmento com 603 aviários e 04 frigoríficos para abates (Figura 2). Em 2005, foram abatidos 72,6 milhões de frangos. Segundo o IBGE é um volume expressivo de produção, mas os produtos perdem competitividade frente a problemas com a qualificação da mão de obra ocasionados, sobretudo, pelo baixo nível de escolaridade da população, em idade ativa.

Figura 2 – Localizações da cadeia produtiva aves e suínos em Mato Grosso



Fonte: Mapeamento e análise das cadeias produtivas do Estado de Mato Grosso, 2011.

Além disso, a cadeia enfrenta ainda os seguintes desafios: grandes distâncias dos grandes mercados consumidores, dificuldades para assimilar tecnologias de produção, problemas em atender o mercado regional devido a concorrência de produtores de outros estados com cadeias produtivas melhor estruturadas e aumentos de custos, sobretudo, de matérias-primas e de mão de obra.

Outra cadeia produtiva importante para Mato Grosso é a fruticultura. Está composta com produções primárias de abacaxi, manga, banana, coco, maracujá, limão, uva, melancia, caju e melão, etc. Existem também os elos de armazenagem, pré-beneficiamento pelas indústrias de polpa e geléia e comércio local, porém os segmentos exportadores funcionam de maneira incipiente.

A fruticultura é praticada em diversas áreas do Estado, no entanto está concentrada no sul, no centro-oeste e nas proximidades de Cuiabá, figura 3, pois partes importantes dos elos principais da cadeia produtiva fruticultura estão

instalados nessas áreas. Os elos auxiliares como: fertilizantes, defensivos agrícolas, sementes, produção de mudas, equipamentos de irrigação, implementos agrícolas e industriais inexistem ou são incipientes. Contudo já foram constatadas atuações de atividades auxiliares associadas ao apoio tecnológico de pesquisa e extensão, universidades e transportes, e também de grandes distribuidoras regionais.

Figura 3 – Localizações da cadeia produtiva fruticultura em Mato Grosso



Fonte: Mapeamento e análise das cadeias produtivas do Estado de Mato Grosso, 2011.

Dentre os grandes desafios que precisam ser avaliados para obter melhor desempenho na fruticultura é preciso considerar o fato de que essa atividade foi desenvolvida sem apoios técnicos e de pesquisas que indicassem as melhores alternativas para cultivo e mercado. Há um elevado grau de empirismo entre os empreendedores da cadeia produtiva que vai desde a fase de plantio até a comercialização do produto. Além disso, ainda não existem padrões definidos de manejo para as principais culturas. Outros desafios decorrem da moderada integração entre as principais empresas e a baixa articulação com fornecedores e mercado, desorganização e fragmentação dos produtores e concorrência predatória de estados do Sudeste brasileiro. Há dificuldades de acesso a linhas de financiamentos e a tecnologias adaptadas para região e ausência de elos intermediários como: indústria de pré-beneficiamento e beneficiamento.

A cadeia produtiva piscicultura é a que possui todos os elos principais instalados. Produz em criatórios as seguintes espécies de peixes: piraputanga ou

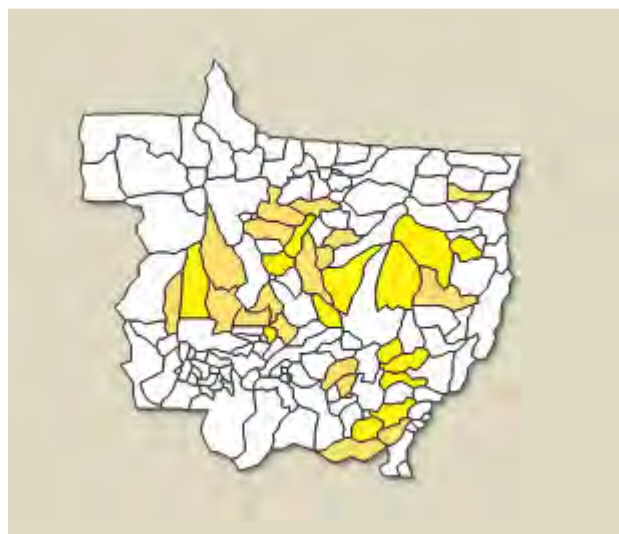
matrinxã, tambacu, pacu, pintado e tambaqui. O pescado é industrializado e comercializado processado ou *in natura*. Estão instalados também os elos da cadeia produtiva auxiliar, embora parte seja incipiente, como a indústria de insumos básicos, rações, produtos veterinários e sanitários, indústria de equipamentos, centros de treinamento e capacitação. Deve-se registrar que existem, ainda, os elos constituídos por laboratório de alevinos e pelo sistema de transportes.

As principais limitações da cadeia produtiva piscicultura são: média integração entre os empreendimentos, baixa articulação das empresas com o mercado e com a estrutura de apoio. Aliados a estas limitações estão alguns desafios à sua continuidade: altos custos de matérias-primas, baixa capacidade da mão de obra, ausência de elos associados à industrialização do pescado, problemas ambientais, instalações de grandes indústrias em outros estados. Esses fatores diminuem a fabricação de produtos locais com maior agregação de valor.

A cadeia produtiva soja, a mais importante de Mato Grosso, está concentrada na produção primária. Os elos para processamento de farelo, ração, óleo e biodiesel, operam com deficiências. Quanto aos elos auxiliares estão presentes: transportes, centros de pesquisas (Fundação Mato Grosso) e produção de sementes de soja, a exceção é indústria de equipamentos, implementos agrícolas e metal-mecânico.

Há, no entanto, moderada integração entre as empresas que estabelecem elos fundamentais com mercado e estruturas de apoio. Sua distribuição concentra grande parte da produção nos municípios do centro e em parte do sudeste do Estado (Figura 4). Essa cadeia produtiva enfrenta problemas de competitividade sistêmica decorrentes de deficiências no sistema de armazenagem e elevado custo dos serviços de transporte devido a distância entre os produtores com as indústrias e os portos de escoamento.

Figura 4 – Localizações da cadeia produtiva soja em Mato Grosso



Fonte: Mapeamento e análise das cadeias produtivas do Estado de Mato Grosso, 2011.

A cadeia produtiva pecuária está ancorada, com alto grau de complexidade, nas produções de carne, couro e leite. Há vários frigoríficos instalados para abate dos animais e produção de carne que compõe a maior parte dos elos das cadeias principal e auxiliar e possibilitam o aproveitamento de matérias-primas existentes nas regiões norte, nordeste, centro, leste e sudoeste do Estado (Figura 5).

Existe baixa integração entre as empresas produtoras de carne, couro e leite e com a estrutura de apoio, mas demonstram boa integração com o mercado e média articulação com seus fornecedores, baixa rentabilidade, baixa difusão de capacitação gerencial dos pequenos produtores e limitada integração entre os pecuaristas e a indústria.

Figura 5 – Localizações da cadeia produtiva carne, couro e leite em Mato Grosso

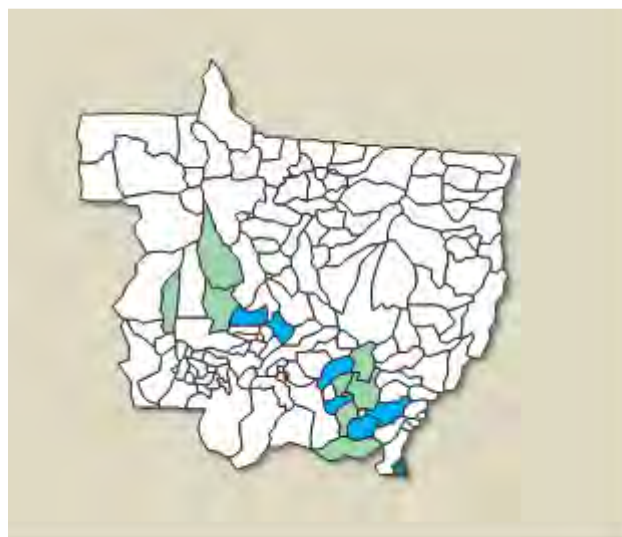


Fonte: Mapeamento e análise das cadeias produtivas do Estado de Mato Grosso, 2011.

A cadeia produtiva algodão possui os elos principais: produção de sementes, algodão em caroço, industrialização e beneficiamento (descaroçamento, algodão em pluma enfardado, caroço de algodão), indústria de alimentos (ração animal, farinha e óleo), tecelagem e malharia, confecções, comércio e distribuição.

Os elos complementares são: indústria de equipamentos, centros de pesquisas, serviços de apoio e manutenção, atuam de forma incipiente. Os centros de concepções e projetos de tecidos e vestuários inexistem ou funcionam precariamente. Estes empreendimentos possibilitariam o desenvolvimento da cadeia produtiva algodão e vestuário com quase todos seus elos nos municípios do sudeste, do centro e no norte da Capital (Figura 6).

Figura 6 – Localizações da cadeia produtiva algodão e do vestuário em Mato Grosso



Fonte: Mapeamento e análise das cadeias produtivas do Estado de Mato Grosso, 2011.

As atividades deste setor demonstraram uma boa integração entre as empresas, o mercado e as estruturas de apoio, mas moderada articulação com os fornecedores. Destacam-se como grandes ameaças ligadas ao adensamento e competitividade da cadeia: deficiências na distribuição e comercialização, no beneficiamento, ausências de estratégias de inserção dos produtos no mercado, deficiências nos elos de confecções e limitações na qualificação da mão de obra. Enfrentam, ainda, concorrências desleais no mercado internacional, aumentos na produção e nos estoques nacionais.

A cadeia produtiva cana-de-açúcar desenvolve atividades na produção primária, integra-se, diretamente, a indústrias de açúcar, álcool e energia com os canais de comercialização e distribuição. Não existe, na cadeia principal, a produção de outros alimentos, bebidas, alimentação animal e álcoolquímica. Com relação a atividades auxiliares estão ausentes ou são incipientes os elos constituídos sistema de transportes, centros de pesquisa e pelas indústrias de equipamentos, fertilizantes e produtos agrícolas.

Possui integração entre as empresas e o mercado, mas tem limitações na integração com os fornecedores e com a estrutura de apoio. Seus desafios mais importantes são: dependências de incentivos do Governo, particularmente, para produção de álcool, carências na oferta de mão de obra local, baixa capacitação

empresarial, deficiências nos elos de fornecimento de insumos e serviços especializados e gerenciais.

A cadeia produtiva construção civil tem um elevado adensamento e são poucos os elos ausentes ou incipientes. Entre os principais destacam-se as indústrias: de cimento, de cerâmica vermelha e de revestimentos, de esquadrias e madeiras, de metal-mecânica, extrativa mineral (material básico), serviços e equipamentos, entidades de financiamento, comércio de materiais de construção, indústria de construção civil (residencial, comercial, pesada), empresas de incorporação e imobiliárias. Inexistem ou atuam de forma incipiente a siderúrgica, as indústrias químicas, de materiais elétricos. Todos os elos auxiliares estão presentes no Estado: transportes, assessoria de projetos e cálculos estruturais, arquitetura, universidades e escolas técnicas.

As empresas têm integração parcial com o mercado, média articulação com a estrutura de apoio e baixa articulação com os fornecedores. Os pontos fracos mais relevantes desta cadeia são: baixa capacitação da mão de obra, grande dependência de insumos produzidos fora do Estado, deficiências gerenciais, ausência de políticas de financiamentos. Entre as grandes ameaças encontram-se: o atendimento do mercado local por cadeias mais organizadas de outros estados, diminuição das fontes estatais de financiamento e a redução de obras públicas. Entretanto, atualmente, esse segmento deverá ser beneficiado com projetos estruturais para a realização da Copa do Mundo de Futebol.

A cadeia produtiva turismo está mais organizada no entorno de Cuiabá, principalmente, no Pantanal Mato-grossense (Figura 7). A Capital com quase 300 anos e com riquezas culturais e arquitetônicas singulares, abriga igrejas e casarões seculares e o marco do centro geodésico da América do Sul. Além da rica gastronomia, desponta como próspero destino turístico para negócios e eventos.

Figura 7 – Localizações da cadeia produtiva turismo em Mato Grosso



Fonte: Mapeamento e análise das cadeias produtivas do Estado de Mato Grosso, 2011.

Cuiabá e Várzea Grande constituem-se no maior polo emissor de turismo interno e em centro receptor e distribuidor de fluxos turísticos internacionais, devido à infraestrutura de apoio disponível: aeroporto internacional Marechal Rondon e estação rodoviária Cássio Veiga de Sá, com portes e estruturas para acessos rodoviários às demais áreas com atrativos turísticos do Estado.

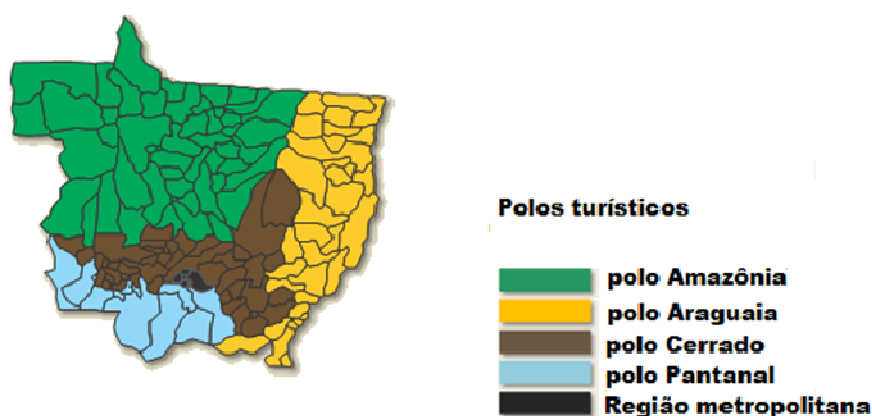
Desta forma, todos os elos da cadeia produtiva turismo estão presentes em Mato Grosso, tanto aqueles que constituem os elos principais como os secundários. No que se refere aos principais destacam-se: hospedagem, restaurantes, transportes e agências de viagem. Entre as auxiliares estão: atividades de planejamento e publicidade, serviços de apoio a eventos e convenções, infraestrutura para eventos, universidades e escolas técnicas. Para um bom desempenho das atividades turísticas deve existir articulações com serviços de saúde, educação e comércio.

Mato Grosso vive um momento muito propício para o desenvolvimento do turismo se associar o potencial natural e cultural ao turismo de negócios e eventos com a realização de jogos da Copa do Mundo no Estado, em 2014. Esse evento deverá proporcionar um movimento adicional de turistas com a divulgação dos potenciais turísticos do Estado, em todo o mundo. Conforme dados do Ministério do Turismo (MTur), Mato Grosso registrou um crescimento substancial no cadastro de empresas

neste segmento, em 2009, estavam cadastradas 900 empresas. Houve um aumento de 54% em relação ao ano anterior.

Visando melhorar as estruturas turísticas foram criados 04 polos turísticos: Amazônia, Araguaia, Cerrado e Pantanal (Figura 8).

Figura 8 – Polos turísticos de Mato Grosso



Fonte: SEDTUR, 2011.

A imensa diversidade natural e cultural exerce fortes apelos turísticos nesses polos e, desse modo, o turismo se desenvolve com maior intensidade e passa a representar uma alternativa de desenvolvimento para os municípios nas regiões turísticas. De acordo com o IBGE, em 2009, a participação do segmento dos setores de serviços ligados a alojamentos e alimentação representava 1,4% na formação do VAB, percentual modesto, mas com ampla irradiação nos outros elos da economia mato-grossense.

A cadeia turismo encontra algumas dificuldades, entre as quais destacam-se: a falta de estrutura e dificuldades de acessos aos destinos turísticos, pois estão situados em regiões distantes de Cuiabá e Várzea Grande, principais portões de entrada do Estado. Além disso, há poucas informações turísticas, inexistência de pesquisas sobre o perfil dos turistas e suas movimentações nos diferentes polos.

Também estão presentes no Estado as cadeias produtivas arroz e extração mineral. A primeira, distribuída no norte e nordeste do território mato-grossense, ocupava, em 2010, a quarta posição em área utilizada para produção agrícola, abaixo apenas da soja, do milho e do algodão. Enfrenta, no entanto, os desafios e estrangulamentos semelhantes aos da cadeia produtiva soja, mesmo tendo um peso menor para a economia mato-grossense.

A extração mineral apresenta um excelente nível de aglomeração, com destaque para os municípios de Nobres, Cocalinho e Glória D'Oeste. Nessa cadeia produtiva estão as atividades relacionadas a extração de pedras, areia, argila, extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos. A produção de calcário, importante insumo para as atividades agropecuárias, tem ampla integração com as cadeias produtivas de grãos.

A produtividade do agronegócio e as potencialidades das cadeias produtivas de Mato Grosso podem ser inviabilizadas por restrições na capacidade competitiva da economia, principalmente, as decorrentes dos estrangulamentos na infraestrutura e logística do Estado. Uma das principais restrições é a dificuldade no sistema de transportes entre os municípios produtores e os portos.

2.4 Infraestruturas econômica e logística

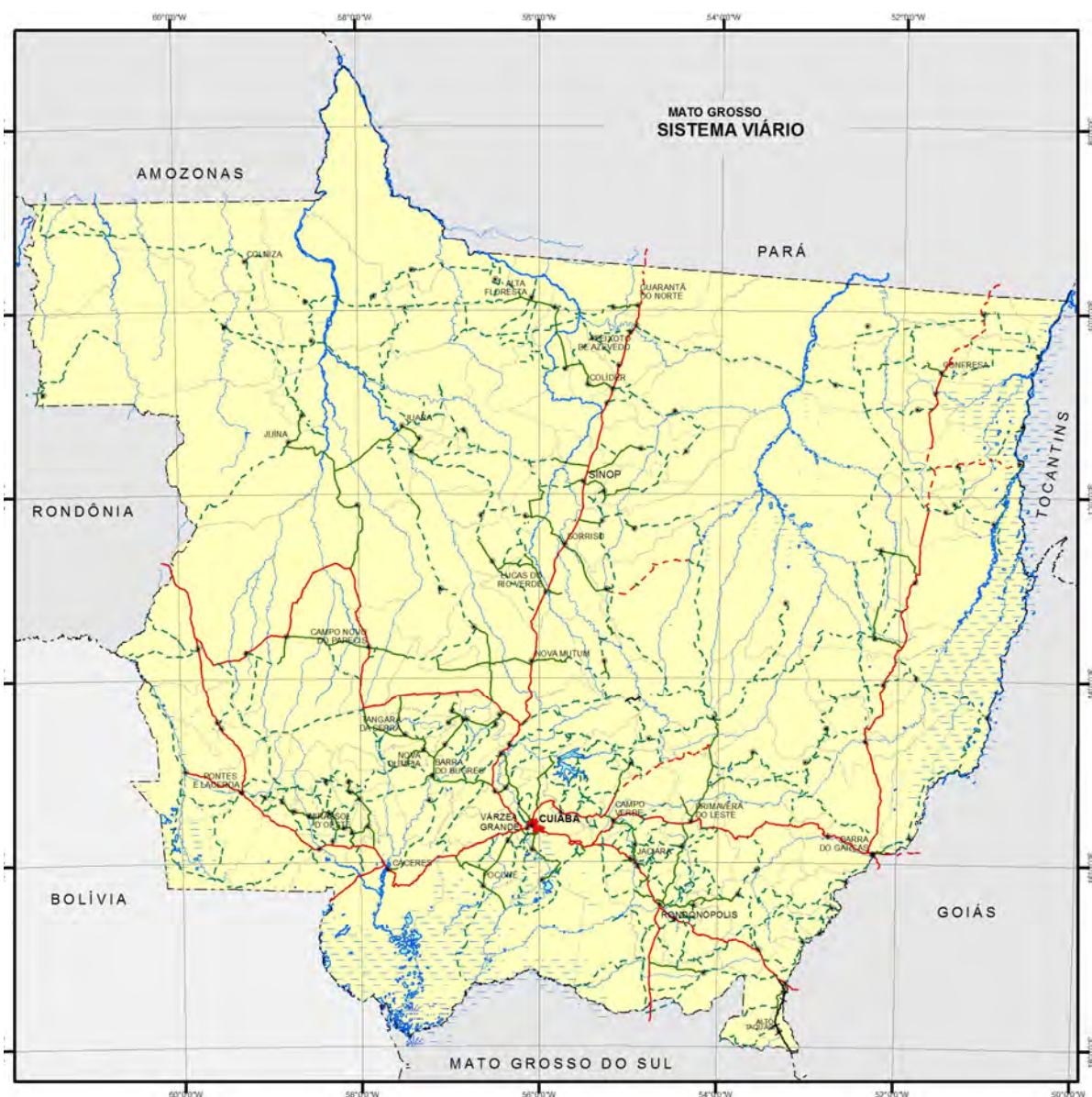
O atual sistema de transporte mato-grossense constitui um entrave à competitividade das empresas instaladas no Estado, e também, dificulta a integração de Mato Grosso com o Brasil e com a América Latina, apesar da posição geopolítica privilegiada do Estado, particularmente, no que se refere ao sistema de transportes fluviais, visto que estão localizadas em Mato Grosso importantes bacias hidrográficas do País.

O transporte fluvial é pouco desenvolvido em Mato Grosso, apesar de sua riqueza hidrográfica. Existem diversos rios com grande potencial de navegabilidade. Pode-se destacar os rios: Araguaia, Cuiabá, Guaporé, Mortes, Paraguai, Teles Pires e Xingu. A infraestrutura portuária mato-grossense, por sua vez, é constituída pelo porto fluvial de Cáceres e pelos terminais hidroviários: Nova Xavantina, no rio Araguaia e Vila Bela da Santíssima Trindade, no rio Guaporé.

Mato Grosso, em 2011, de acordo com Confederação Nacional dos Transportes (CNT) possuía uma malha viária de 62.519 quilômetros de estradas federais e estaduais, apenas 7.077 km eram rodovias pavimentadas, que é insuficiente para atender às necessidades reais de transporte. De fato, conforme mostra a figura 9, existe um grande vazio devido a carências de vias para escoamento da produção e movimentos de pessoas entre as cidades, em toda a região ao norte do Estado. A CNT avaliou 92.747 quilômetros de rodovias no país, deste total 4.460 quilômetros passam em Mato Grosso que é cortado pelas BRs 070, 158, 163, 174, 242 e 364.

Assim, o Estado possui importantes rodovias federais, no sentido Norte-Sul (Figura 9). A BR-364, com extensão de 1.471 km pavimentados, liga Cuiabá a Rondônia em Porto Velho. É um importante eixo de escoamento da produção agrícola na região noroeste de Mato Grosso. A BR-163, entre Cuiabá e Santarém no Pará, passa por alguns dos mais dinâmicos municípios mato-grossenses. A BR-070 é outro eixo viário importante que liga a região leste mato-grossense, desde Barra do Garças na divisa com o estado de Goiás até a região a oeste, na fronteira com a Bolívia, passando por Cuiabá e Cáceres. A BR-158 cruza os municípios das regiões leste e nordeste de Mato Grosso, no sentido norte-sul, conectando-os às regiões Norte e Sul do país. A BR-174 liga Cáceres a Porto Esperidião e a Vila Bela da Santíssima Trindade até a fronteira com a Bolívia e a BR-242 integra Mato Grosso aos estados de Tocantins e Bahia.

Figura 9 – Malha rodoviária de Mato Grosso - 2012



CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

LOCALIDADES

- Capital
- CIDADES DE 100.000 a 500.000 habitantes
- CIDADES DE 20.000 a 100.000 habitantes
- Sede Municipal

HIDROGRAFIA

- Curso d'água
- Brejo ou pântano
- Área sujeita à inundação

RODOVIAS

- MT Federal pavimentada
- MT Federal não pavimentada
- BR Estadual pavimentada
- BR Estadual não pavimentada
- Ferrovias

LIMITES

- Internacional
- Estadual

LOCALIZAÇÃO DO ESTADO



Escala Gráfica
30 15 0 30 60 90 120 150 180
km
Projeção Cônica Conforme Lambert



ESTADO DE MATO GROSSO

SISTEMA VIÁRIO

Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral
Superintendência de Estudos e Informações
Coordenadoria de Cartografia e Geoprocessamento
2012

Fonte: SEPLAN, 2012.

Visando complementar o sistema rodoviário destacam-se algumas das principais rodovias estaduais: no extremo noroeste do Estado a MT-206 liga Colniza ao Amazonas; a MT-208 integra Juruena a Aripuanã; a MT-170 passa pelos municípios de Juína, Castanheira, Juruena, Cotriguaçu e Colniza, mas os trechos são de vias não pavimentadas, exceto o trecho entre Juína e Castanheira.

Na região de Alta Floresta a MT-208 permite a conexão do município de Nova Bandeirante com a BR-163; a MT-320, via pavimentada, liga Colíder a Alta Floresta e, também, os municípios de Nova Santa Helena a Marcelândia, na região centro-norte do Estado.

Outra importante via é a MT-100 que liga os municípios, desde a divisa com Mato Grosso do Sul até São Félix do Araguaia. A MT-130 estabelece ligação entre Paranatinga e Marcelândia. De Rondonópolis a Ribeirãozinho, os municípios estão interligados pela MT-270. A MT-246 inicia-se na via pavimentada que liga Barra do Bugres a Jangada, mas o trecho de Barra do Bugres até Tangará da Serra, está sem pavimentação.

Além das deficiências nas interligações na malha viária estadual, as estradas apresentam baixa qualidade. O quadro 1 mostra que a trafegabilidade, em todas as rodovias estaduais, estava ruim. A vias federais foram consideradas regulares, no que se refere à trafegabilidade.

Quadro 1 – Classificação geral das rodovias em Mato Grosso - 2011

Rodovia	Extensão pesquisada (Km)	Classificação geral
MT-130	112	ruim
MT-208	46	ruim
MT-240	59	ruim
MT-246	85	ruim
MT-320	154	ruim
MT-343	80	ruim
MT-358	124	ruim
BR-070	841	regular
BR-158	481	ruim
BR-163	1.124	regular
BR-174	602	regular
BR-242	45	regular
BR-364	1.381	regular

Fonte: CNT – 2011

A precariedade do sistema viário no Estado impacta econômica, social e ambientalmente, não só porque eleva os custos de transportes, mas também, amplia a emissão de poluentes e contribui para ocorrências de acidentes nas rodovias.

Outros componentes importantes para a logística de Mato Grosso são os sistemas energéticos e de armazenagem. Apesar das grandes distâncias e das dificuldades de acesso, a energia elétrica está distribuída em quase todo Estado. Nos últimos anos, com as novas construções de usinas hidrelétricas e ampliações das redes de transmissão foram superadas deficiências na oferta de energia elétrica no Estado.

O sistema de armazenagem, elo central da logística, ainda apresenta deficiências em Mato Grosso. Melhorou nas últimas décadas, mas os pequenos e médios produtores ainda encontram dificuldades de acesso e a distribuição dos armazéns não está equilibrada no território mato-grossense, portanto o problema ainda persiste.

2.5 Finanças públicas do Governo de Mato Grosso

A economia mato-grossense é altamente dependente dos produtos primários, destinados ao mercado externo. A exportação desses produtos impulsiona a economia estadual, mas também, evidencia problemas porque os principais produtos vendidos para o exterior são beneficiados pela lei de isenção fiscal. Isto ocasiona perdas tributárias, pois as restrições fiscais limitam a capacidade de financiamento das políticas públicas.

A receita corrente do Estado alcançou, em 2009, 15,5% do PIB estadual, índice superior à média do estado de São Paulo que registrou 10,5%, mas com esse desempenho Mato Grosso ficou atrás dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul. A evolução recente da capacidade fiscal de Mato Grosso mostrou que, a partir de 2006, o Estado diminuiu a sua capacidade de arrecadação de 17,3% para 15,5% do PIB (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Relação entre a receita corrente e o PIB de Mato Grosso e estados selecionados – 2009

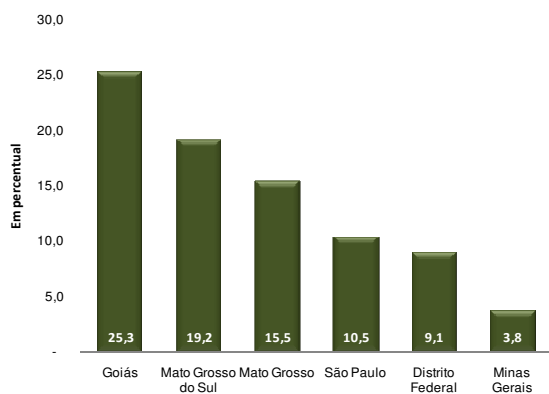
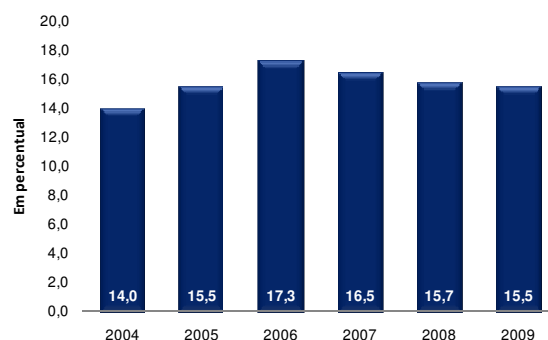


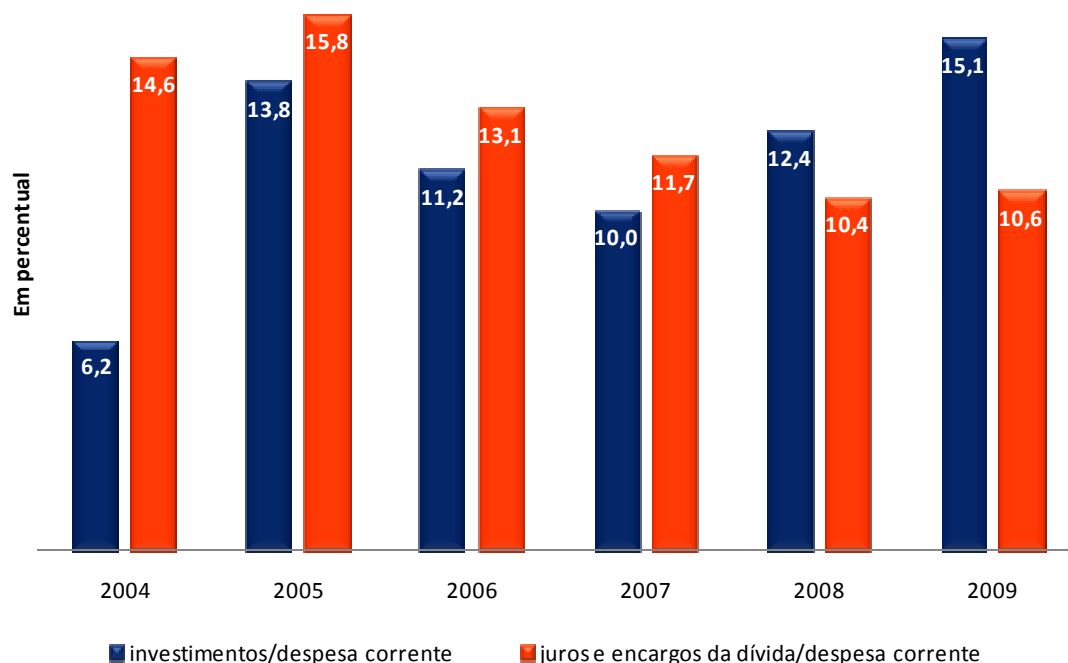
Gráfico 11 – Relação entre a receita corrente e o PIB de Mato Grosso – 2004-2009



Fonte: STN, 2010

A capacidade de aumentar receitas próprias desempenha papel relevante na promoção do desenvolvimento dos estados brasileiros, para fazer face a elevados volumes de investimentos que dependem, especialmente, das arrecadações tributárias. Nos últimos anos, gráfico 11, Mato Grosso aumentou seus investimentos, de 6,2%, em 2004 para 15,1% em 2009. Vale registrar que em um período de cinco anos houve um incremento de 142,0% da participação dos investimentos no total das despesas correntes. Os gastos com pagamentos da dívida, nesse mesmo período, foram reduzidos de 14,6% para 10,6%, que equivaleram a uma queda de 27,2%.

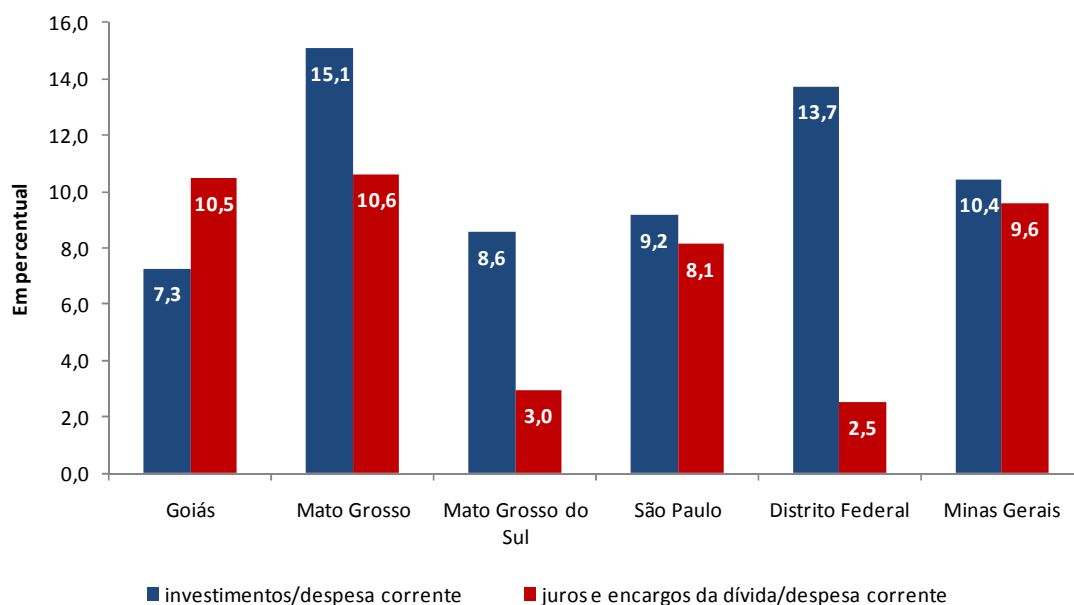
Gráfico 12 – Participação dos investimentos e do custo da dívida na despesa corrente de Mato Grosso – 2004-2009



Fonte: STN, 2010

Essa aparente melhora nos investimentos incorre em preocupações futuras para as finanças públicas estaduais, porque não é resultante de aumentos nas receitas próprias, como as da arrecadação tributária. Os itens responsáveis por aumentos nos investimentos foram as contratações de operações de crédito mais expressivas e maiores transferências de capital da União, particularmente, em 2009. Isto pode comprometer, ainda mais, os custos com a dívida pública, a médio e longo prazos. O comprometimento, no período 2004 a 2009, já estava acima de 10% das despesas correntes (Gráfico 12).

Gráfico 13 – Percentual dos investimentos e do custo da dívida na despesa corrente de Mato Grosso e estados selecionados – 2009



Fonte: STN, 2010.

Em 2009, os investimentos estaduais, gráfico 13, representaram 15,1% do total da despesa corrente, mas também, houve maior volume de gastos com pagamento de juros e amortizações da dívida. Ao comparar os investimentos mato-grossenses com os investimentos dos demais estados da região Centro-Oeste, com São Paulo e com Minas Gerais, nota-se que o Estado ao arcar com os compromissos da dívida pública, diminuiu sua capacidade de investir em áreas como: transportes, habitação, saneamento, saúde, segurança, educação, etc.

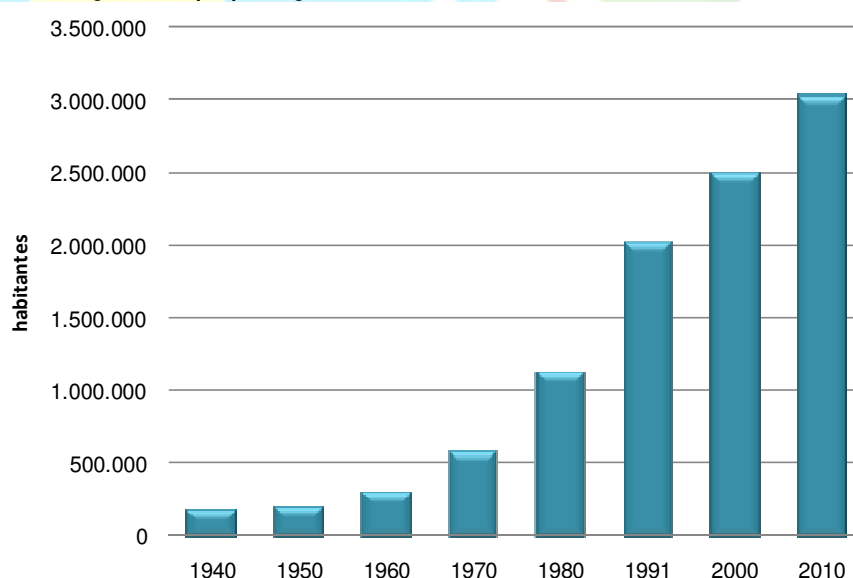
III. EVOLUÇÃO DA REALIDADE SOCIOCULTURAL

A evolução dos indicadores sociais apresentou avanços em todo o país. Em Mato Grosso estes indicadores mostraram que, em geral, houve melhorias nas condições de vida da população mato-grossense nas últimas décadas, mas, que ainda persistem muitos problemas sociais e, conseqüentemente, grandes desafios a serem enfrentados. Neste item estão caracterizados aspectos sociais relativos a questões: demográficas, pobreza, habitabilidade, saúde, segurança pública e patrimônio cultural do Estado.

3.1 A Dinâmica demográfica de Mato Grosso

O Estado possuía, em 1940, 192,5 mil habitantes. Em 1980, registrou uma população acima de 1,1 milhão de habitantes e em 2010 o total de habitantes ultrapassou, no último censo, a 3,0 milhões de pessoas com uma densidade demográfica de 3,38 habitantes/km² (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Evolução da população de Mato Grosso - 1940/2010



Fonte: IBGE, 1940/2010.

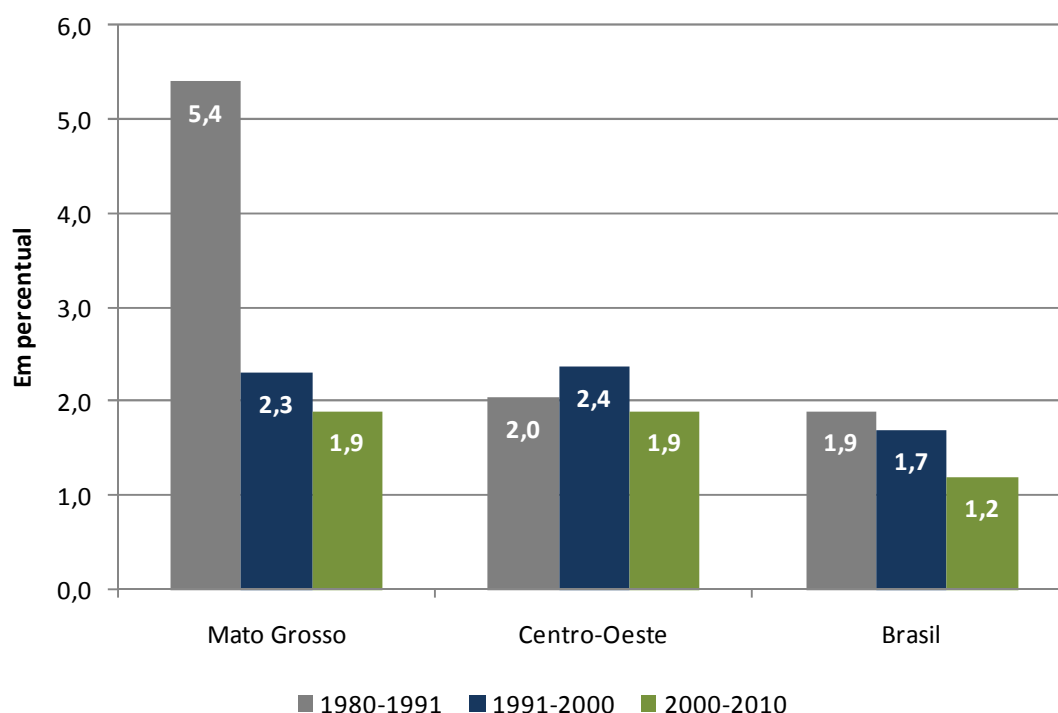
A expansão demográfica em Mato Grosso foi acompanhada por um acelerado processo de urbanização. Em 2010, 81,9 % da população vivia nas cidades mato-

grossenses e 18,1 %, na zona rural. O Estado, mesmo assim, registrou a menor taxa de urbanização da região Centro-Oeste, mas ficou próximo da média nacional, que foi de 84,8%. Outra característica importante para avaliar a dinâmica demográfica é a distribuição da população por sexo. Em Mato Grosso a população masculina superou a feminina, aproximadamente, 51,0% da população estava constituída por homens e 49,0 por mulheres, enquanto que no Brasil e na região Centro-Oeste ocorreu o inverso.

Mato Grosso, gráfico 15, apresentou um crescimento populacional anual de 5,4% entre 1980 e 1991, bem superior à média nacional de 1,9%. O crescimento foi alicerçado, fundamentalmente, no forte processo de migração, pois o território estadual se constituía uma área de fronteira agrícola.

A partir de 1991, houve uma retração acentuada na taxa de crescimento demográfico do Estado com crescimento anual de 2% (Gráfico 15). As principais causas que contribuíram para essa desaceleração foram: a drástica diminuição dos fluxos migratórios, a redução na expansão da fronteira agrícola e a queda da taxa de fecundidade.

Gráfico 15 – Evolução da taxas de crescimento anual da população de Mato Grosso, do Centro-Oeste e do Brasil - 1991/2010

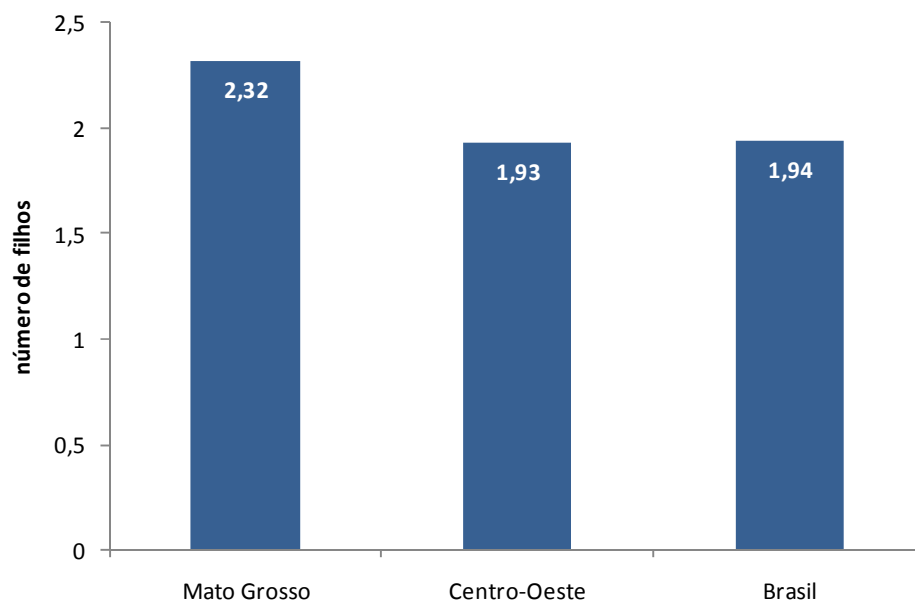


Fonte: IBGE, 1991/2010.

Como a taxa de fecundidade mostra-se em declínio no Brasil e no mundo é possível supor que ao final da segunda década do século XXI, a população do país venha apresentar níveis de fecundidade que, a longo prazo, próximos a zero. Isto poderá ser observado, também, em Mato Grosso que segue a tendência da realidade brasileira. Vale destacar a necessidade de estudos mais aprofundados para verificar essa tendência para o Estado.

Em 2010, a taxa de fecundidade das mulheres, em período reprodutivo, era de 2,3 filhos, acima das médias nacional e regional que foi de 1,9 (Gráfico 16). Essa característica é um fator relevante a ser observado, pois a média de filhos das mulheres mato-grossenses está próxima da média nacional. Outro fator significativo é que, segundo o IBGE, uma taxa de fecundidade maior que 2,1 filhos indica um aumento populacional, enquanto que no País e no Centro-Oeste a tendência é que ocorra diminuição da população.

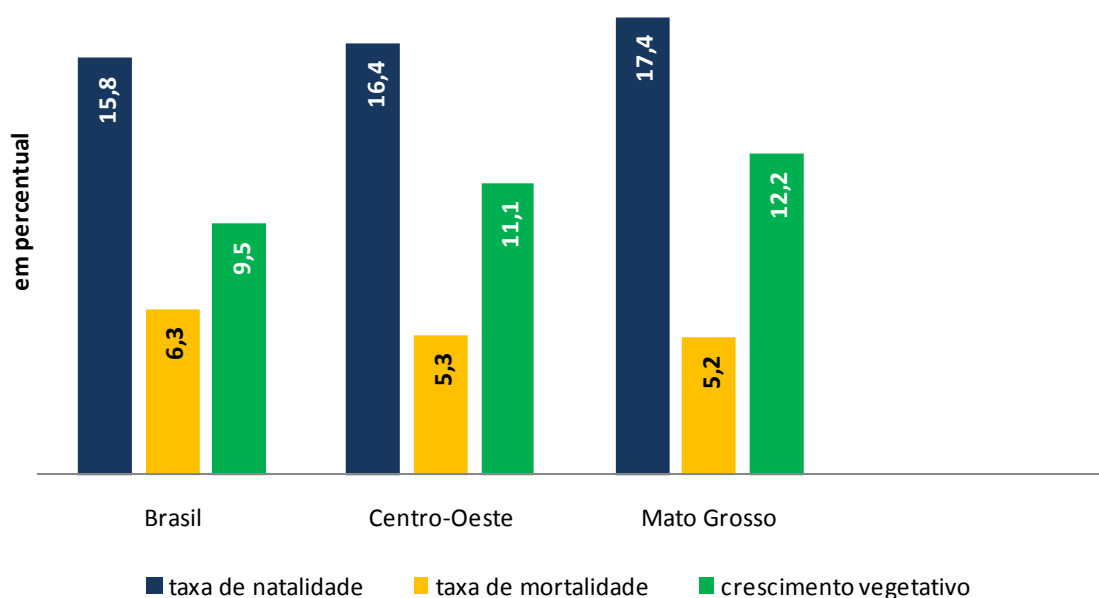
Gráfico 16 – Taxa de fecundidade em Mato Grosso, na região Centro Oeste e no Brasil – 2010



Fonte: IBGE, 2010.

A fecundidade é um fator significativo para a dinâmica demográfica porque as mudanças nos padrões demográficos no Brasil e em Mato Grosso mostram que, na atualidade, o crescimento vegetativo da população deve ser considerado como um fenômeno importante para compreender as tendências do crescimento populacional. Assim, taxas de natalidade e de mortalidade são indicadores relevantes para avaliar a dinâmica da população, uma vez que a diferença entre elas é a taxa de crescimento vegetativo. Mato Grosso, em 2009, apresentou uma taxa de crescimento vegetativo de 12,2%, superior as taxas de 9,5% do Brasil e de 11,1% na região Centro-Oeste (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Taxa de crescimento vegetativo da população – 2009



Fonte: IBGE, 2011

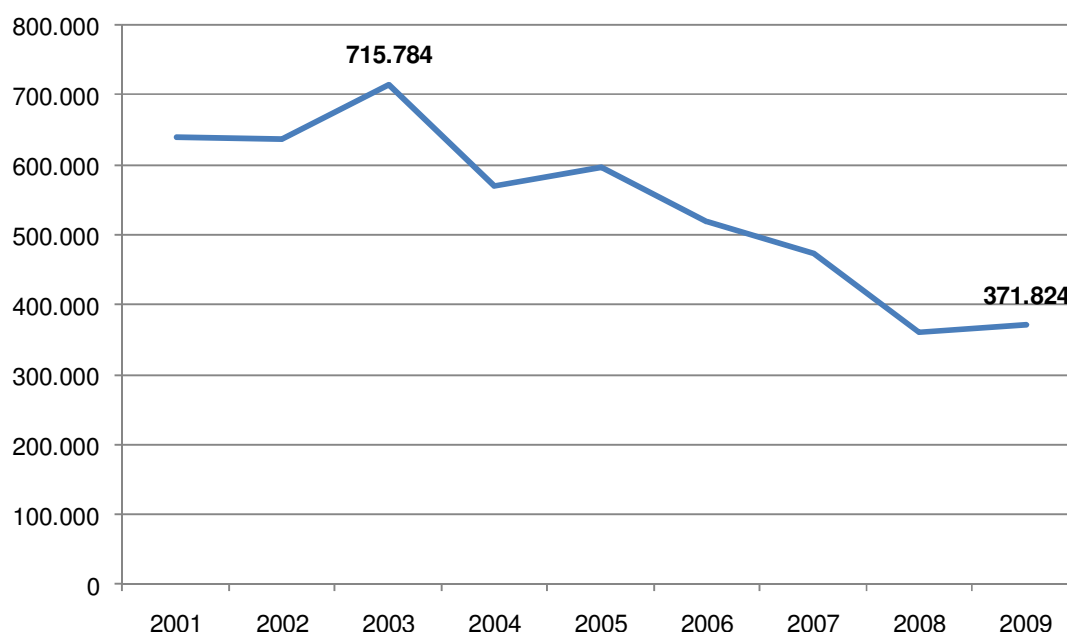
Apesar da taxa estadual de crescimento vegetativo ter sido superior às taxas nacional e regional, estudos mostram que as tendências demográficas indicam reduções nas taxas de fecundidade nacional e regional que já estão abaixo dos níveis considerados suficientes para repor a população. A tendência de queda é resultado da desaceleração das taxas de crescimento da população e provoca mudanças na estrutura etária, por exemplo, o envelhecimento da população.

3.2 Evolução da pobreza

As diversas definições de pobreza permitem considerar que pobres são pessoas que não dispõem de meios adequados para atender suas necessidades mínimas nutricionais, lazer, vestuário, moradia, etc, para sua sobrevivência. Com base nos dados da Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o total de pessoas que vivia em condições de pobreza, isto é, vivia com uma renda domiciliar per capita de R\$140,00, no País caiu 61,4 milhões em 2003 para 39,6 milhões em 2009. E em Mato Grosso, esse número era de 715,7 mil em 2003 e passou para

371.8 mil em 2009. No período de 2001 a 2009 houve uma queda de 58,1% do total de pessoas que estavam na condição de pobreza no Estado. Apesar de registrar uma queda acentuada, esse percentual estava acima de 52,4%, média do Centro-Oeste e de 67,8%, média brasileira (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Evolução do número de pessoas pobres em Mato Grosso - 2001–2009

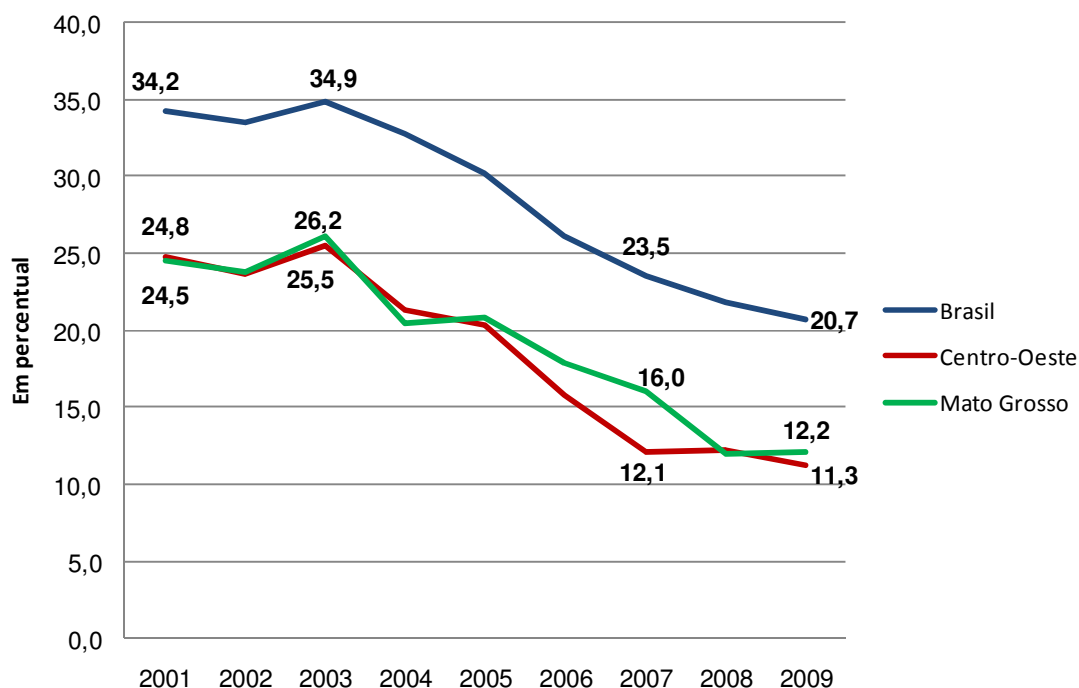


Fonte: IPEA, 2010.

Outra forma de observar a evolução da pobreza no Estado é por meio a incidência da pobreza, que mede o percentual de pobres na população total. É possível observar, que Mato Grosso acompanhou o processo, em âmbito nacional, de redução continuada da pobreza no período de 2003 a 2009. Em 2003, de acordo com dados do IPEA, o total de pobres era 26,2% caiu para 12,4%, em 2009 (Gráfico 19).

Estudo do IPEA mostrou que, em média, a região Centro-Oeste registrou queda significativa no índice de pobreza no período de 2003 a 2009. Em Mato Grosso, ficou bem abaixo do índice nacional, mas seguiu a tendência de queda. Saiu de 26,2%, em 2003, para 12,2% em 2009 (Gráfico 19).

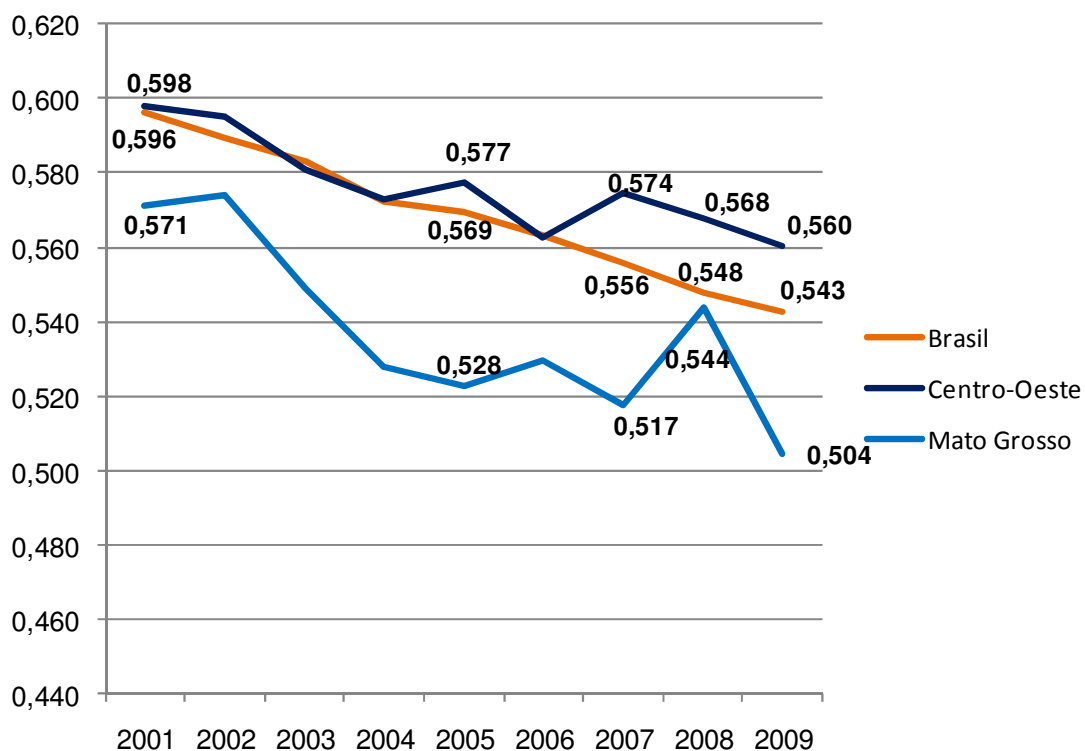
Gráfico 19 – Incidência de pobreza no Brasil, na região Centro-Oeste e em Mato Grosso - 2002-2009



Fonte: IPEA, 2010.

A redução da pobreza em Mato Grosso refletiu melhorias na distribuição de renda no Estado. A concentração de renda em Mato Grosso, medida pelo Índice de desigualdade de Gini, registrou significativo declínio, período já mencionado, passou de 0,571 para 0,504 e acompanhou o desempenho médio do Brasil que declinou de 0,596 para 0,543. É possível observar, porém que essa distribuição de renda no Centro-Oeste foi menos significativa e variou de 0,598 em 2001 para 0,560 em 2009 (Gráfico 20).

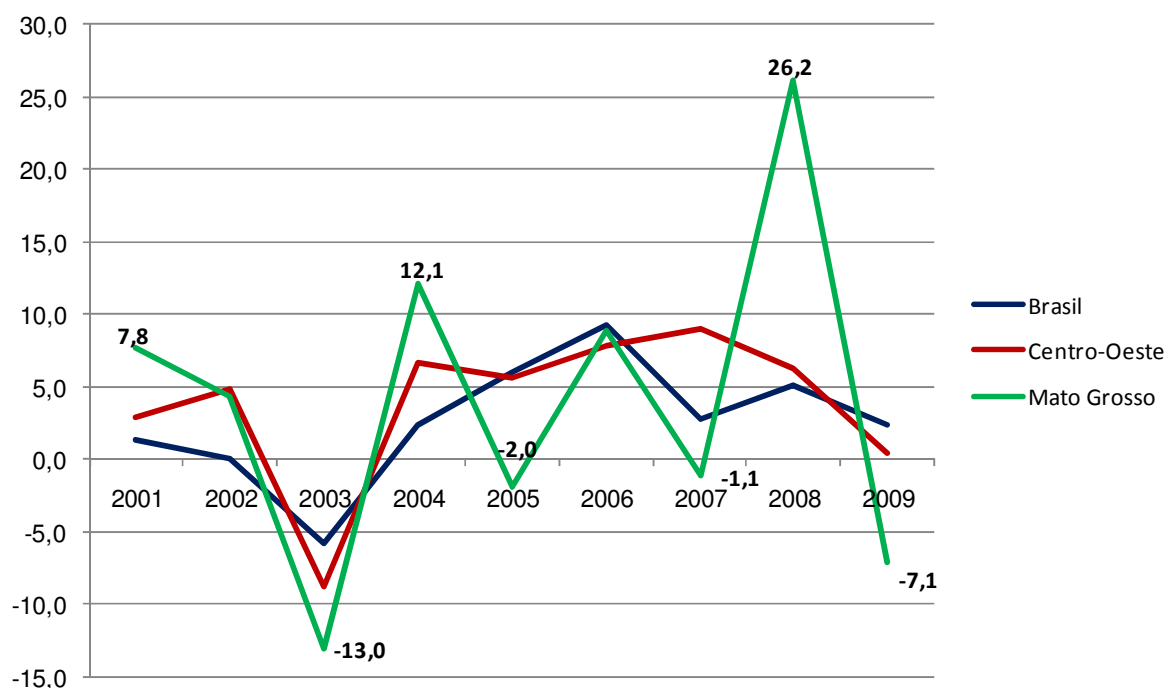
Gráfico 20 – Evolução do índice de desigualdade de Gini para o rendimento domiciliar *per capita* no Brasil, no Centro-Oeste e em Mato Grosso - 2001-2009



Fonte: IPEA, 2010

Outro fator que contribui para avaliar a diminuição da pobreza é a renda domiciliar *per capita*. Este é um importante indicador para medir melhorias no nível de bem-estar da população, uma vez que a insuficiência de renda é usada para delimitar as condições de pobreza da população. O rendimento domiciliar *per capita* do mato-grossense apresentou picos de crescimentos e de declínios no período de 2001 a 2009.

Gráfico 21 – Taxas anuais de variação do rendimento domiciliar *per capita* no Brasil, na região Centro-Oeste e em Mato Grosso - 2001 – 2009



Fonte: IPEA, 2010.

Nesse período, vale destacar os picos de superaquecimento na renda domiciliar *per capita* que ocorreram em 2004, 2006 e 2008, com incrementos de 12,1% em 2004, 8,9% em 2006 e 26,2% em 2009. As quedas foram mais intensas nos anos de 2003 e 2009, embora tenham ocorrido, também, em 2005 e 2007, mas com menor intensidade (Gráfico 21). A média geral de crescimento da renda domiciliar *per capita*, apesar disso, cresceu 4,0% ao ano no referido período. Ficou igual a média da região Centro-Oeste com 3,9% e superior a média nacional que foi de 2,6%.

As variações que ocorreram na renda domiciliar *per capita*, de certa forma, foram influenciadas pelas variações nas taxas de crescimento da economia estadual. Em 2004, o crescimento econômico do Estado foi de 22,7% e 14,7% em 2008. Cabe destacar, no entanto, que houve um comportamento diferenciado entre a renda domiciliar *per capita* e PIB, nos anos de 2003 e 2006. Em 2003 a economia estava aquecida e a retração na renda foi bastante acentuada: 13,0%. Em 2006

ocorreu o contrário, ou seja, queda acentuada na atividade econômica e crescimento de 8,9% na renda domiciliar.

3.3 Habitabilidade

As condições de habitabilidade da população estão, estreitamente, correlacionadas com: qualidade da habitação e provisão de equipamentos, com destaque para a oferta de infraestrutura social básica, particularmente, o saneamento. Nos últimos anos, Mato Grosso registrou melhorias significativas na habitabilidade urbana³.

A tabela 10 mostra que há um déficit habitacional⁴ quantitativo de 153.484 unidades em Mato Grosso, conforme dados do diagnóstico elaborado para o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS). Esta constatação evidencia a necessidade de novas habitações no Estado.

Tabela 10 - Componentes do déficit habitacional quantitativo em Mato Grosso – 2010

UF	Déficit habitacional quantitativo				
	Total	Habitação precária	Coabitação familiar	Ônus excessivo com aluguel	Adensamento excessivo nos domicílios alugados
MT	153.484	51.195	45.677	49.539	7.072

Fonte: PEHIS, 2010.

Foram constatados, também, dados expressivos que referem-se a outros fatores que ampliam o problema do déficit habitacional em Mato Grosso, por exemplo, a inadequação dos domicílios e, dentre estas, a carência de infraestrutura é a mais expressiva, consoante (Tabela 11). Além disso, é necessário destacar que

³ O conceito de habitabilidade urbana parte do pressuposto que a habitação seja entendida em seu sentido macro, conjugado ao direito à cidade, além de estar inserida na malha urbana, mas com base em sua relação com a rede de infraestrutura e a possibilidade de acesso aos equipamentos públicos. O conceito ainda diz respeito à questão do pertencimento ao território urbano e da inclusão em um amplo contexto urbano. (BONDUKI, 2002).

⁴ O déficit habitacional é composto por 04 itens: déficit por reposição de imóveis refere-se a domicílios existentes, mas construídos com materiais não considerados perenes, déficit por incremento de estoque são domicílios improvisados (em locais e/ou instalações inadequadas), coabitação familiar e domicílios alugados que comprometam mais de 30% do orçamento familiar e inadequação de domicílio é considerada aquela que não proporciona condições adequadas de habitabilidade e necessitam de melhorias. Todos esses casos demandam a produção de novas unidades residenciais.

a inadequação fundiária, cujos valores estão próximos do déficit quantitativo, merece um atendimento específico nas políticas públicas.

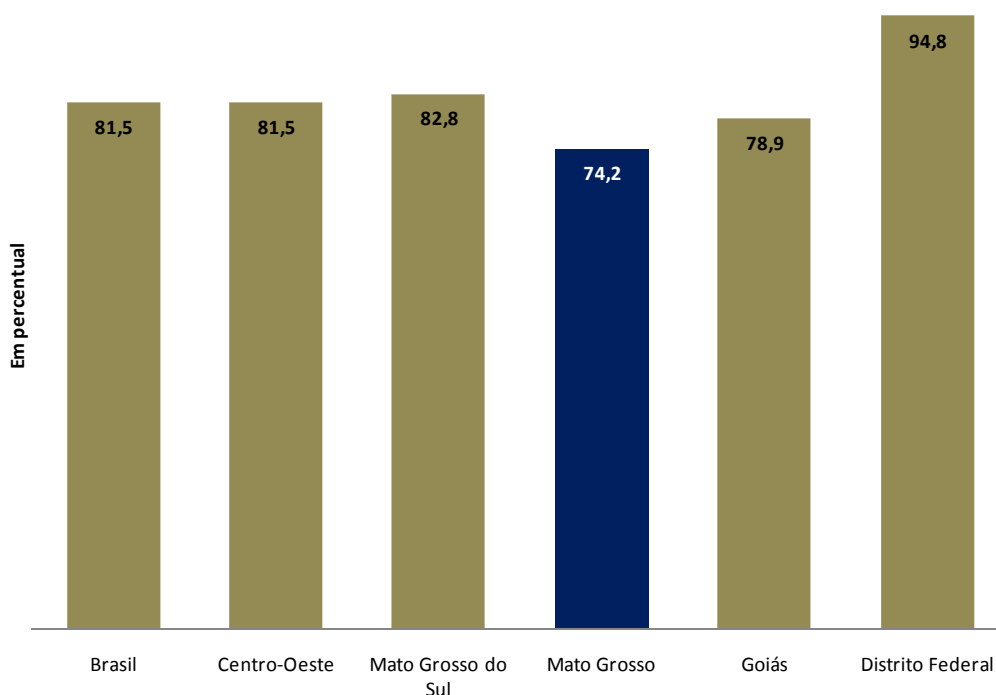
Tabela 11 - Componentes das inadequações dos domicílios em Mato Grosso – 2010

UF	Inadequação fundiária	Domicílios sem banheiro	Carência de infraestrutura	Adensamento excessivo	Cobertura inadequada
MT	136.772	27.344	510.165	92.971	21.329

Fonte: PEHIS, 2010.

Um dos principais componentes da infraestrutura social básica é, indiscutivelmente, o acesso à água tratada. No ano de 2010, no estado de Mato Grosso, como mostra o gráfico 22, 74,2% dos moradores em domicílios particulares tinham acesso à rede geral de abastecimento de água. No entanto, este percentual era inferior à média do Brasil e do Centro-Oeste, embora próximos do percentual registrado por Goiás. Os índices referentes ao abastecimento de água encanada revelaram que 81,5% dos moradores em domicílios particulares do País contavam com esse serviço, enquanto que no Centro-Oeste, essa parcela equivalia a 81,5%.

Gráfico 22 – Percentual de moradores em domicílios particulares com abastecimento de água em Mato Grosso, região Centro-Oeste e estados comparados – 2010



Fonte: IBGE, 2010

Ao desenvolver uma análise com base no período entre 2001 a 2010, é possível constatar que houve evoluções significativas no acesso a este serviço em Mato Grosso. Percebe-se um percentual crescente de moradores em domicílios com canalização interna ligados à rede geral de abastecimento de água. Passou de 57,0% em 2001 para 74,2%, em 2010.

O percentual de moradores atendidos por outras formas de abastecimento de água apresentou poucas alterações. Saiu de 22,7% em 2001 e atingiu 25,8% em 2010 (Tabela 12). Pode-se constatar que o percentual de moradores sem acesso ao sistema de canalização experienciou uma brusca redução. Passou de 20,3% em 2001 para 4,7%, em 2008, menor nível em todo o período analisado. Em 2009, porém, voltou a crescer e chegou a 6,8%.

Tabela 12 – Formas de acesso ao abastecimento de água pelos moradores nos domicílios particulares do Estado - 2001-2010

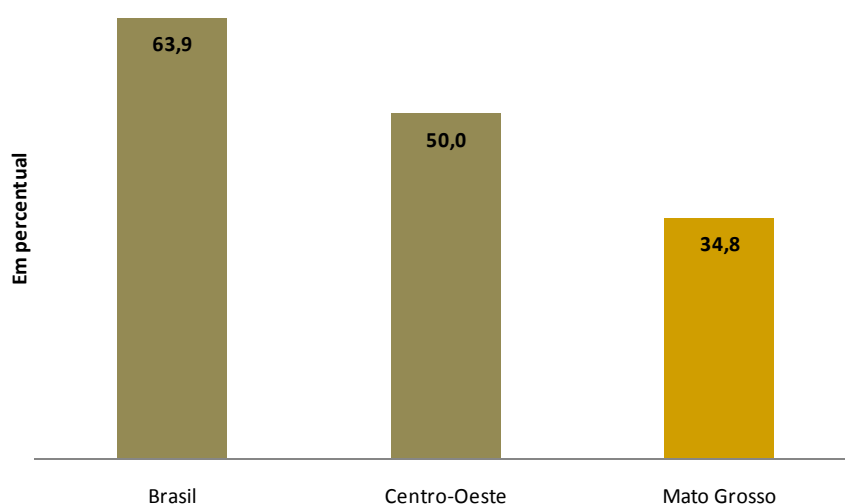
Anos	Formas de abastecimento de água (em %)		
	ligados a rede	outras formas	sem canalização
	geral		interna
2001	57,0	22,7	20,3
2002	62,5	19,8	17,8
2003	61,5	22,5	16,0
2004	60,0	23,4	16,6
2005	64,4	25,4	10,2
2006	63,2	26,6	10,2
2007	66,6	25,5	7,9
2008	69,4	25,9	4,7
2009	73,4	19,7	6,8
2010	74,2	25,8	-

Fonte: IBGE, 2010

Outro critério importante para a melhoria da habitabilidade nas cidades é o acesso ao sistema de esgotamento sanitário. Em Mato Grosso este sistema está muito deficitário e encontra-se bem abaixo da média regional, sobretudo, da brasileira. A média nacional era de 63,9% dos moradores em domicílios particulares, em 2010, enquanto que Mato Grosso registrava apenas 34,8%, portanto, 65,2% de pessoas que moravam em domicílios particulares estavam sem acesso a este

serviço. O Centro-Oeste, como um todo, apresentou uma situação mais favorável, com 50,0% de cobertura de saneamento básico (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Percentual de moradores em domicílios particulares ligados a rede coletora de esgoto sanitário em Mato Grosso, região Centro-Oeste – 2010



Fonte: IBGE, 2010

Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes ligados à rede coletora de esgoto sanitário ou com fossas sépticas, no Estado, foi de 38,0% em 2001, porém caiu para 34,8%, em 2010. Isto reflete um crescimento da população e dos domicílios num ritmo mais rápido que os investimentos necessários para ampliação da oferta. Esta informação sofreu alterações metodológicas em 2009. Assim foi possível considerar apenas o último ano da série para desdobrar as formas de acesso aos serviços de esgoto sanitário como, por exemplo, o percentual de 18,6 moradores em domicílios ligados a rede coletora de esgoto, 16,2% que fazem uso de fossas, com fossas rudimentares, que constituem o tipo mais utilizado por este serviço, com 59,3% dos moradores nesta situação e 1,8% não tinha acesso a qualquer forma de atendimento.

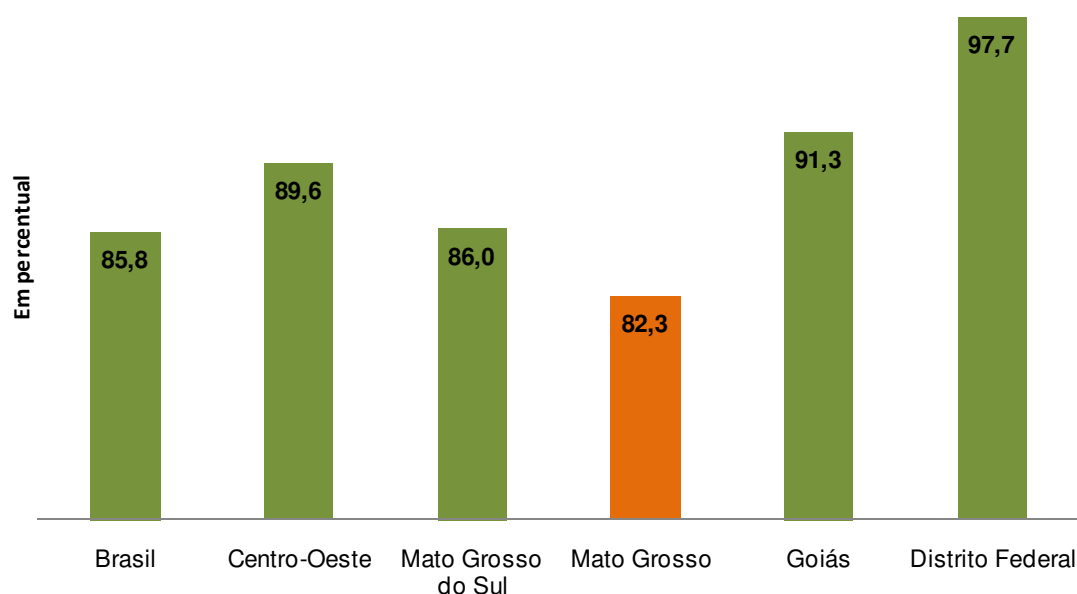
Tabela 13 – Formas de acesso ao sistema de esgoto sanitário pelos moradores nos domicílios particulares do Estado – 2010

Formas de acesso ao sistema de esgoto sanitário	%
Ligados a rede coletora	18,6
Com fossas sépticas	16,3
Com fossas rudimentares	59,3
Não tinham banheiro nem sanitário	1,8

Fonte: IBGE, 2010

Os serviços de coleta de lixo no Brasil, em 2010, atendiam a uma parcela razoável da população urbana e chegou a 85,8% de residências. No Centro-Oeste, este percentual foi de 89,6% e em Mato Grosso o atendimento alcançou 82,3% dos moradores, apresentou o menor desempenho regional (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Percentual de moradores em domicílios particulares atendidos por serviço de coleta de lixo – 2010



Fonte: IBGE, 2010

Os dados⁵ permitem verificar que condições precárias nos serviços básicos de infraestrutura ainda persistem em algumas áreas. Mesmo que tenha ocorrido um aumento considerável na oferta de serviços tais como: fornecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo.

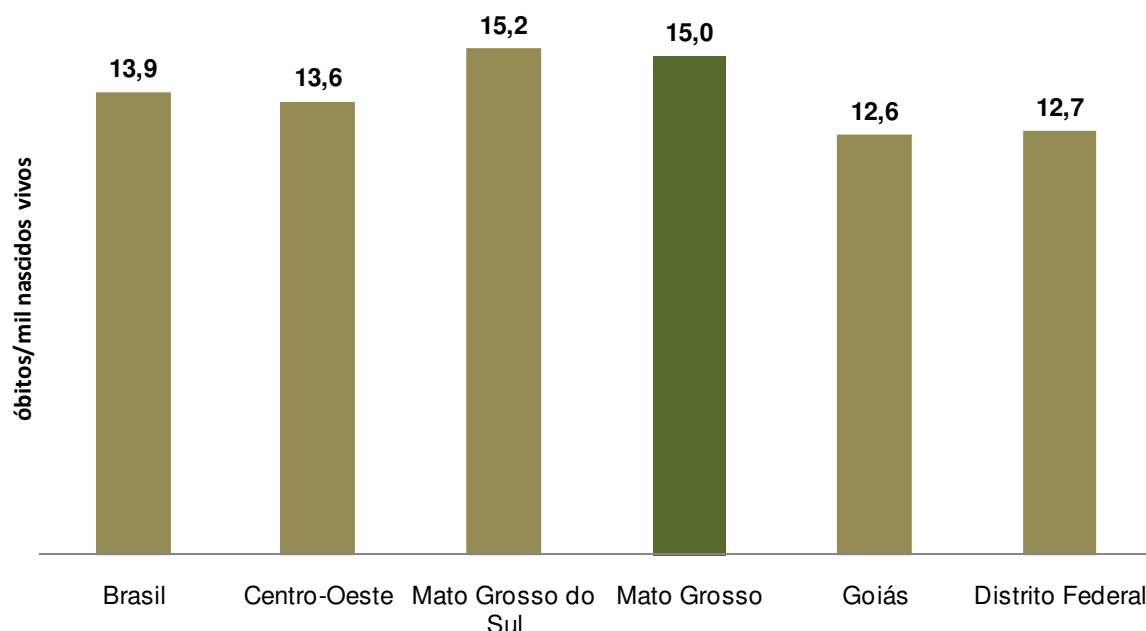
3.4 Saúde

O nível de saúde da população mato-grossense, medido pela expectativa de vida ao nascer e pelas taxas de mortalidade, mostrou alguns avanços no período analisado. De acordo com dados da IBGE, em 2009, a população do Estado tinha uma expectativa de vida estimada para 73,3 anos.

A taxa de mortalidade infantil também apresentou melhorias nas condições de saúde da população. Nos últimos anos, os índices de mortalidade infantil vêm registrando quedas em Mato Grosso. Em 1997 era de 26,7 óbitos em mil crianças nascidas vivas, caiu para 23,5 em 2000, em 2010 foram 15,0 óbitos. Apesar dessa diminuição da taxa de mortalidade, Mato Grosso estava acima das médias nacional e regional, em 2010. E, equiparou-se, apenas, ao estado de Mato Grosso do Sul que apresentou a maior taxa de mortalidade da região Centro-Oeste (Gráfico 25).

⁵Os dados publicados pelo IBGE.

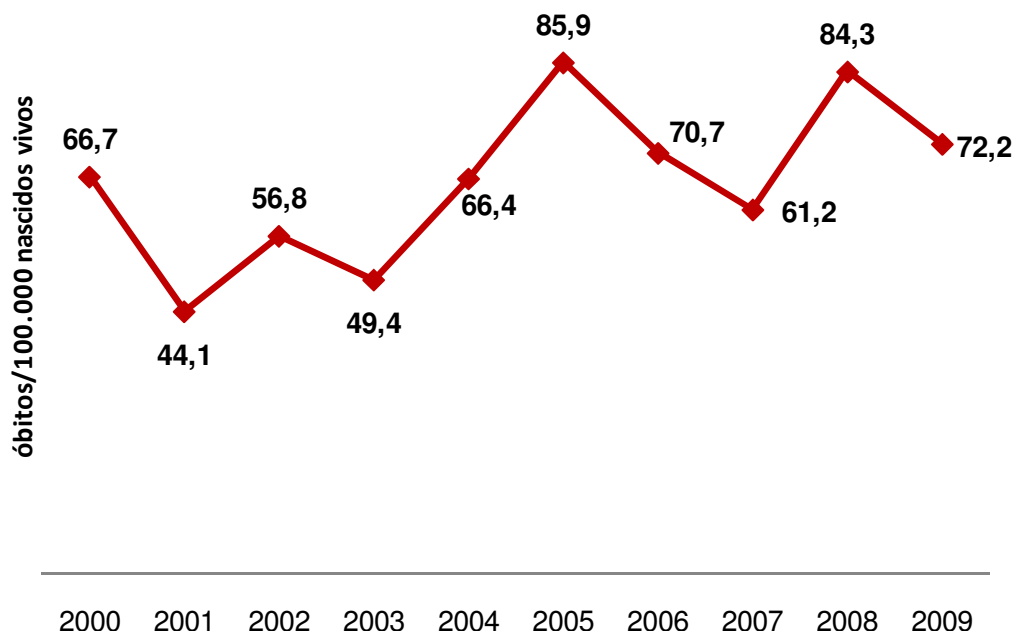
Gráfico 25 –Taxa de mortalidade infantil no Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso – 2010



Fonte: MS, 2011.

A mortalidade materna, no entanto, vem crescendo em Mato Grosso. No ano 2000 foram 66,7 óbitos em cem mil nascidos vivos, houve um declínio em 2001, quando alcançou o nível mais baixo da década, 44,1, quase metade do ano anterior, como mostra o gráfico 26. A partir desse ano, a taxa de mortalidade materna aumentou e atingiu o nível mais alto em 2005, com 85,9 óbitos. Em 2009, contudo, pode-se observar o início na redução da mortalidade materna, mesmo assim, em 2010 esta taxa ainda foi superior a registrada no ano 2000, porém retomou a trajetória de queda. Esta tendência reflete, diretamente, melhorias na qualidade dos serviços ofertados pelo sistema de saúde e, principalmente, a prevenção de mortes materno-infantil.

Gráfico 26 – Taxa de mortalidade materna em Mato Grosso – 2009



Fonte: MS, 2011.

Além das taxas de mortalidades infantil e materna, cabe ressaltar a importância das outras causas de mortes da população mato-grossense. Segundo, o Ministério da Saúde, em 2008, 27,6 dos óbitos foram causados por doenças do aparelho circulatório, seguida das neoplasias com 14,1% e as doenças do aparelho respiratório que foram responsáveis por 9% das mortes no Estado.

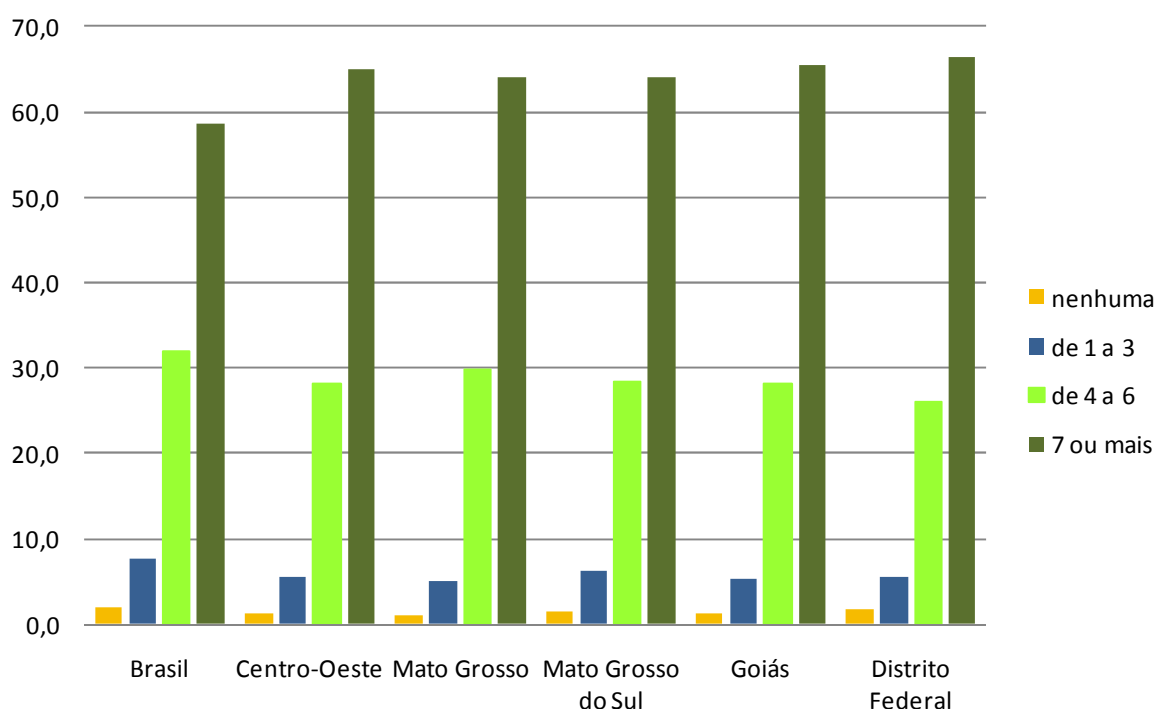
Destaca ainda o número relativo das pessoas que morreram por causas violentas, por exemplo, homicídios foram 33,3 óbitos por cem mil habitantes. Se comparado aos 27,1 registrado no Brasil e 32,4 da região Centro Oeste, constata-se que é um percentual muito alto. Outro fator preocupante, é que as maiores vítimas das mortes violentas foram jovens, na faixa etária entre 15 e 24 anos, e com predominância dos jovens do sexo masculino.

Dentre as principais variáveis analisadas, algumas mostraram que ocorreram melhorias nas condições de vida da população, porém outras demonstram que ainda há muitos desafios por vencer, para que os cidadãos mato-grossenses tenham mais saúde. Contudo, cabe salientar que, apesar desses desafios, os avanços já

registrados refletem melhorias na qualidade de alguns serviços de atenção básica ofertados à população, principalmente, quando relacionados à saúde da mulher gestante.

O gráfico 27 mostra que em 2009, que 64,0% das mulheres grávidas realizaram, em Mato Grosso, sete ou mais consultas pré-natais, no Brasil esse percentual foi de 58,5%, e na região Centro-Oeste, 65,0%. Isto representa um significativo número de mulheres com consultas médicas no período do pré-natal. Está acima do número de consultas recomendadas pelo Ministério da Saúde que é de pelo menos seis (6) consultas durante a gestação.

Gráfico 27 – Número de consultas médicas de pré-natais no Brasil, no Centro-Oeste, no Distrito Federal e nos estados da região Centro-Oeste - 2009



Fonte: MS, 2009.

Entretanto Mato Grosso registrou, no que se refere aos serviços de assistência hospitalar, diminuição no número de leitos. Em 2005, o Estado dispunha de 7.347 leitos hospitalares e em 2006, ampliou esta quantidade para 7.505 leitos, porém houve uma redução no número de leitos hospitalares, no Estado, para 6.940 leitos em 2007, 6.880 em 2008 e 6.860 em 2009 e 2010.

Quanto à oferta *per capita* de leitos hospitalares, constata-se que no período 1999 a 2009, a relação entre número de leitos e população, também diminuiu. Em 1999 eram 3,03 leitos hospitalares por mil habitantes, mas em 2009, foram 2,3 leitos por mil habitantes. Um dos fatores que ocasionou essa redução foi o desequilíbrio entre oferta e demanda de leito, pois as necessidades são crescentes e, por outro e houve diminuição do número de leitos ofertados, decorrentes do fechamento de unidades hospitalares (Tabela 14).

Tabela 14 – Evolução do número de leitos hospitalares, por mil habitantes e por hospitais, em Mato Grosso - 1999-2009

Ano	Número de leitos por 1.000 habitantes	Número de leitos por hospital
1999	3,0	38,3
2000	2,9	37,9
2001	2,1	30,4
2002	2,4	42,9
2003	2,4	41,0
2004	2,7	41,8
2005	2,5	43,4
2006	2,4	43,4
2007	2,4	43,4
2008	2,4	42,7
2009	2,3	43,5

Fonte: MS, 2010.

De acordo com os dados da tabela 15, a rede hospitalar no Estado estava constituída, em sua maioria, por hospitais de médio e pequeno portes. A rede hospitalar possui: dois hospitais universitários, cinco hospitais regionais instalados nas cidades-polos de Sorriso, SINOP, Cáceres, Rondonópolis e Colíder. Nas regiões sul, sudoeste, centro-norte e norte, constata-se que grande dos serviços de saúde são prestados por instituições privadas que oferecem atendimentos de média e alta complexidades, enquanto que nos públicos municipais os serviços prestados são de atendimento primário.

Tabela 15 – Evolução da rede hospitalar em Mato Grosso - 1999-2009

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Filantropico	Universitário	Privado	Total
1999	-	3	48	10	1	126	188
2000	-	1	49	2	1	137	192
2001	-	3	45	18	1	111	179
2002	-	5	43	18	1	80	147
2003	-	4	48	20	4	82	158
2004	1	5	52	12	2	119	177
2005	1	4	58	7	2	102	165
2006	1	5	63	14	1	96	180
2007	1	4	52	16	1	99	173
2008	1	4	55	14	1	96	171
2009	1	5	53	14	0	88	164

Fonte: SEPLAN, 2010.

No que diz respeito à oferta de serviços ambulatoriais na rede de saúde pública no Estado, entre os anos de 2000 e 2003, pode-se contatar que o número de postos de saúde era superior aos de centros de saúde. A partir de 2004, houve uma inversão dos investimentos públicos nesta área. O número de centros de saúde foi, significativamente, aumentado com a respectiva diminuição do número de postos. Isto mostra que houve melhorias na oferta de serviços ambulatoriais, porque os centros de saúde disponibilizam mais especialidades médicas para os usuários da rede e os postos ampliaram a cobertura dos serviços de atenção primária. Conforme os dados da Secretaria de Estado de Saúde (SES), em 2005, o índice de cobertura pelo programa saúde da família foi de 56,7% da população e alcançou, em 2009, 65,1%.

A mudança nas políticas de investimentos mostram que as estratégias para implementação de ações do Programa Saúde da Família (PSF) já atingiu todos os municípios do Estado. Desse modo o objetivo passou a ser o de ampliar esta cobertura pelas equipes das unidades instaladas. A tabela 16 mostra, também, que houve uma ampliação dos serviços prestados, nos setores de atendimentos de urgência e emergência, devido ao aumento na quantidade de unidades de prontos socorros, entre os anos 2000 e 2009.

Tabela 16 – Evolução da rede ambulatorial de saúde pública em Mato Grosso - 2000-2009

Ano	Posto de saúde	Centro de saúde	Policlínica	Ambulatório hospitalar	Pronto socorro
2000	449	225	17	61	8
2001	410	198	17	73	7
2002	400	190	28	40	5
2003	383	199	16	67	6
2004	258	556	19	67	9
2005	262	578	18	-	8
2006	249	623	21	-	10
2007	256	623	21	-	10
2008	241	655	16	-	11
2009	222	674	18	-	12

Fonte: SEPLAN, 2010.

Vale ressaltar, ainda, que outro componente importante para avaliar a qualidade dos serviços de saúde prestados à população é o número de médico existente por habitantes. O recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é de quatro médicos por mil habitantes. Em 2005 e em 2008, Mato Grosso tinha apenas 1,1 médico por mil habitantes. Os dados confirmam que a quantidade de médicos, além de estar bem abaixo do recomendado pela OMS, também evidenciam que Mato Grosso é o estado que apresentou a menor relação médicos / mil habitantes, na região Centro-Oeste.

3.5 Segurança Pública

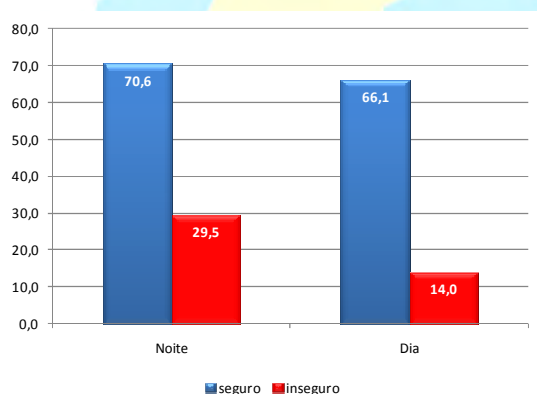
A violência manifestada, sob a ótica da criminalidade, tem sido uma das mais contundentes preocupações a ser enfrentada pelas autoridades de segurança pública em Mato Grosso. A evolução da criminalidade no Estado tem provocado insegurança na população e afetou os diversos setores da sociedade, nos campos econômico e social. O grande desafio das autoridades é conter a violência e restabelecer a sensação de segurança dos cidadãos mato-grossenses.

Para isto é preciso atuar sobre os fatores objetivos e subjetivos que geram insegurança na sociedade. Os fatores objetivos referem-se aos riscos de uma agressão física e/ou uma violação ao patrimônio, em seus diversos graus, que um cidadão possa vir a sofrer. Os subjetivos referem-se à intensidade do medo que a pessoa sente em sua casa, em seu bairro ou em sua cidade, independentemente,

do risco de sofrer essas agressões. Estes fatores são, por exemplo, divulgações exacerbadas de crimes, atos violentos ocorridos ou a falta de visualização pelos cidadãos: de uma estrutura de segurança identificada, de policiais fardados ou de viaturas que circulem no bairro onde residem ou trabalham.

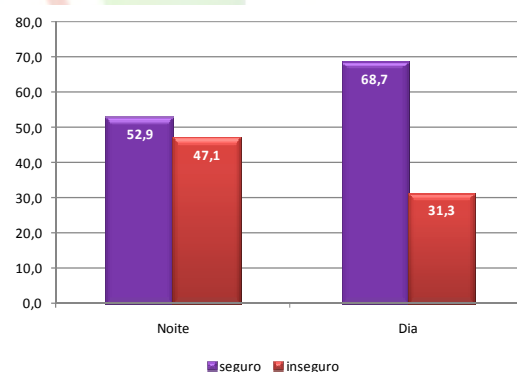
O grau de medo da sociedade, pode ser observado nos dados do gráfico 28. O percentual de pessoas que reconhecem sentir medo ao andar pelas ruas de seus bairros, à noite, é de 29,5%, mas quando se referem ao circular pelos bairros durante o dia, o percentual é de 14,0%. A sensação de insegurança, à noite, aumenta para 47,1% e 31,3% no período diurno, quando se deslocam para outros bairros da cidade (Gráfico 29). Mesmo no período diurno quando a sensação de medo é menor, aproximadamente, um terço da população sofre com a insegurança nas cidades.

Gráfico 28 - Sensação de segurança no bairro onde residem, períodos diurno e noturno - 2010



Fonte: SESP, 2010.

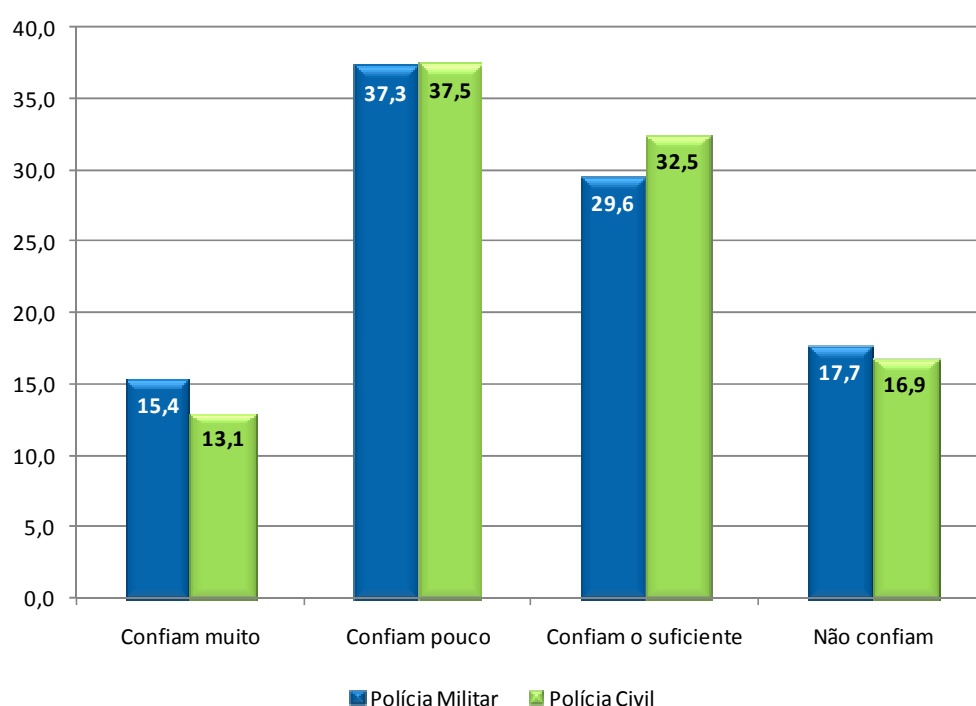
Gráfico 29 - Sensação de segurança fora do bairro onde residem, períodos diurno e noturno - 2010



Outro fator preponderante para reduzir o medo da população é aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições de segurança pública. Este fator refere-se à parte subjetiva do medo, mas também age na redução da criminalidade, porque contribui para minimizar as subnotificações de crimes e a sensação de impunidade, além de favorecer as execuções de ações de combate à criminalidade.

As polícias civil e militar são as principais instituições de segurança pública do Estado, porém convivem com a falta de credibilidade perante à opinião pública mato-grossense. Conforme mostra o gráfico 30, a parcela da população que confia muito e o suficiente nestas instituições está abaixo de 45,0%, enquanto que a maioria, mais de 50%, tem pouca ou nenhuma confiança nessas instituições.

Gráfico 30 – Grau de confiança nas instituições de segurança pública do estado de Mato Grosso - 2010



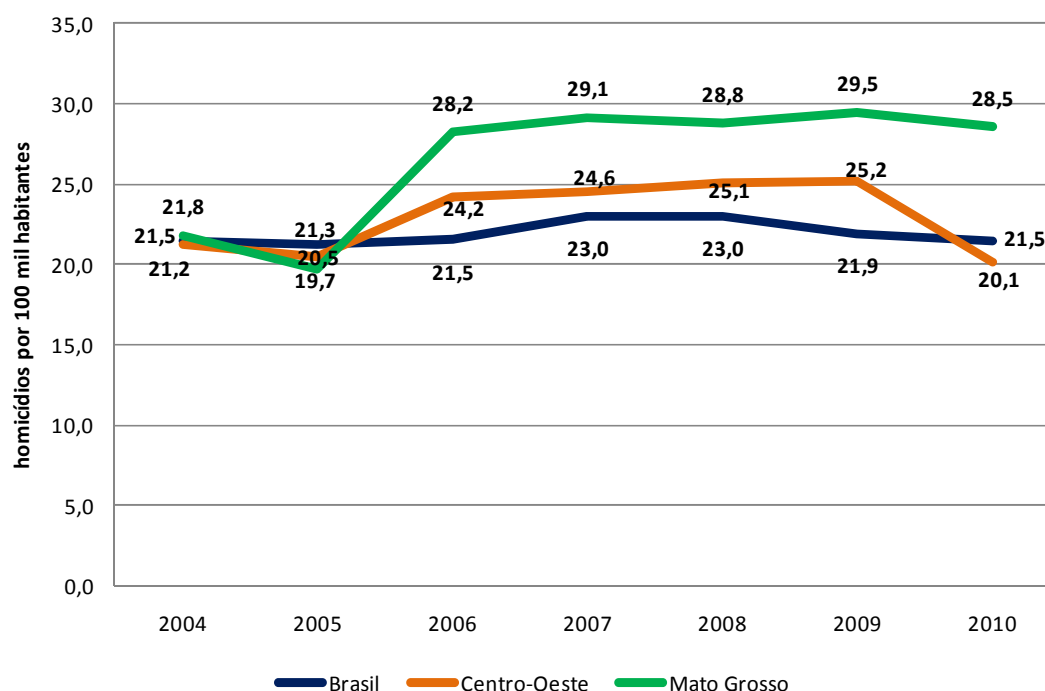
Fonte: SESP, 2010.

Todavia, as instituições de segurança centram esforços em ações que atuam sobre a parte objetiva da insegurança, ou seja, aquelas que diminuem o risco que o cidadão tem de sofrer uma agressão física e/ou de violação ao seu patrimônio. Este risco pode ser medido pelas taxas de pessoas vitimizadas e pela criminalidade registrada.

Mato Grosso registrou elevados índices de criminalidade no período 2004 a 2010. Conforme mostra os dados do gráfico 31, a taxa de homicídios cresceu 30,8%. Saltou de 21,8 homicídios por grupo de cem mil habitantes em 2004, para 28,5 em

2010. Na região Centro-Oeste este índice apresentou queda de 5,0%, passou de 21,2 para 20,1 homicídios enquanto no Brasil esta taxa mostrou-se estável, com aproximadamente, 21,5.

Gráfico 31 – Evolução da taxa de homicídios em Mato Grosso - 2004-2010



Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.

Ainda nessa linha de comparações, outro aspecto importante a ser observado, quando se analisa os homicídios, é que o Estado encontra-se os estados com os piores índices, mas melhorou sua posição em nível nacional. Conforme mostram os dados do gráfico 32, Mato Grosso há cinco anos ocupava a oitava (8ª) posição entre os dez (10) estados⁶ com maiores taxas de homicídios, porém passou para o sexto (6º) lugar, em 2010.

⁶ Foram considerados, para analisar as taxas de homicídios, os estados que compõem o grupo 1 do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Estes estados apresentam a mesma qualidade técnica das informações sobre crimes violentos. Foram fornecidas, à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça, pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Defesa Social.

Gráfico 32 - Taxa de homicídios, por 100 mil habitantes, nos estados selecionados e Distrito Federal – 2005/2010

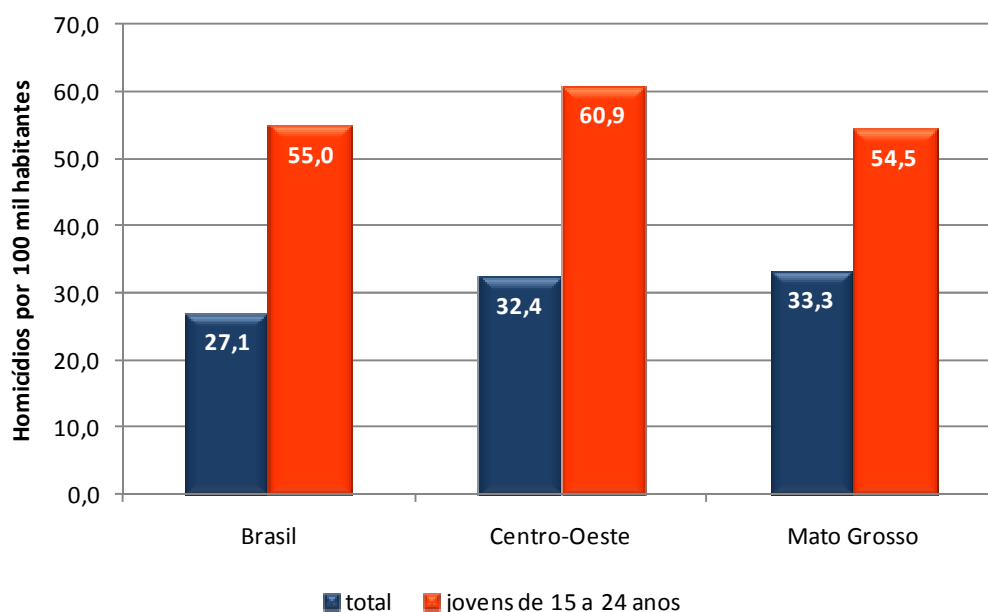


Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.

Outro aspecto relevante, quanto à criminalidade no Estado, está relacionado com o perfil das pessoas vítimas de crimes letais. Cabe ressaltar, porém, que há divergências entre as taxas de homicídios utilizadas para estabelecer o perfil das vítimas, e também, devido ao fato de que são obtidas por meio de metodologias e fontes diferentes.

No Brasil, na região Centro-Oeste e particularmente em Mato Grosso, as maiores vítimas de crimes letais são os jovens. De acordo com os dados do gráfico 33, em 2009, o Brasil registrou a morte de 55,0 jovens por grupos de cem mil habitantes, na região Centro Oeste, este número foi de 60,9 e em Mato Grosso morreram 54,5 jovens com idade entre 15 e 24 anos. Mesmo com o registro de um grande número de vítimas, o Estado ficou abaixo das médias nacional e regional. Vale observar que isto não diminui a gravidade do problema da criminalidade entre a população juvenil no Estado.

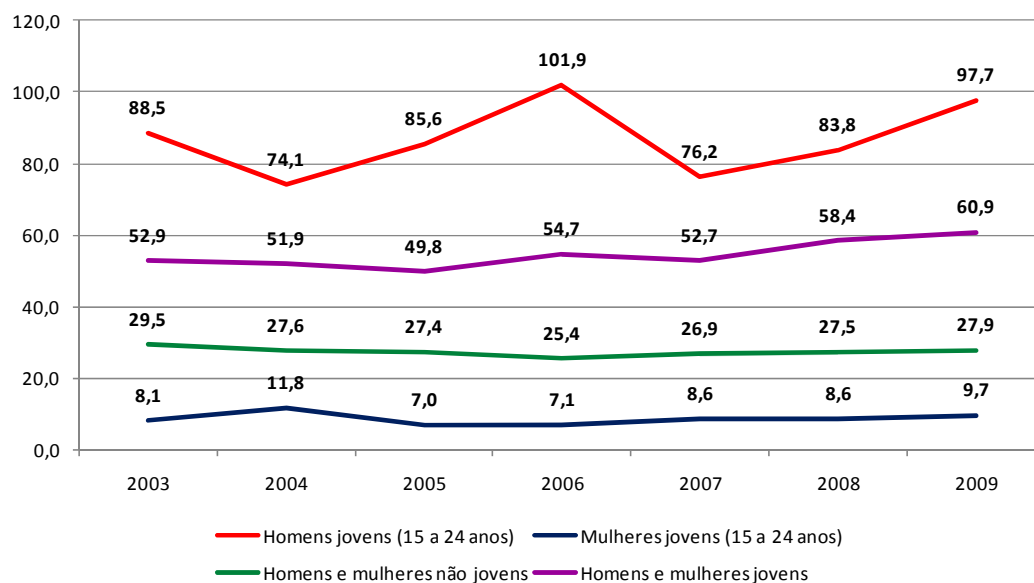
Gráfico 33 – Taxas de homicídios na população total e de jovens na faixa etária entre 15 e 24 anos no Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso - 2009



Fonte: MS, 2010.

Outra característica observada, sobre o perfil das vítimas, diz respeito ao gênero. No período analisado, morreram mais jovens do sexo masculino. Em 2003, a taxa de homicídios entre os homens jovens foi de 88,5 por cada grupo de cem mil habitantes (Gráfico 34). Atingiu 101,9 homicídios em 2006 e, em 2009, foram registrados 97,7 casos. Quando referem-se às mulheres jovens, essas taxas mostram que, nos anos de 2003 e 2009, foram registradas 8,1 e 9,7 mortes. Ainda, com base nos dados do gráfico 7, constata-se que as taxas de crimes fatais, registradas entre homens e mulheres jovens, são mais elevadas que entre homens e mulheres não jovens.

Gráfico 34 – Taxa de homicídios em Mato Grosso, por 100 mil habitantes, segundo perfil da vítima - 2003-2009

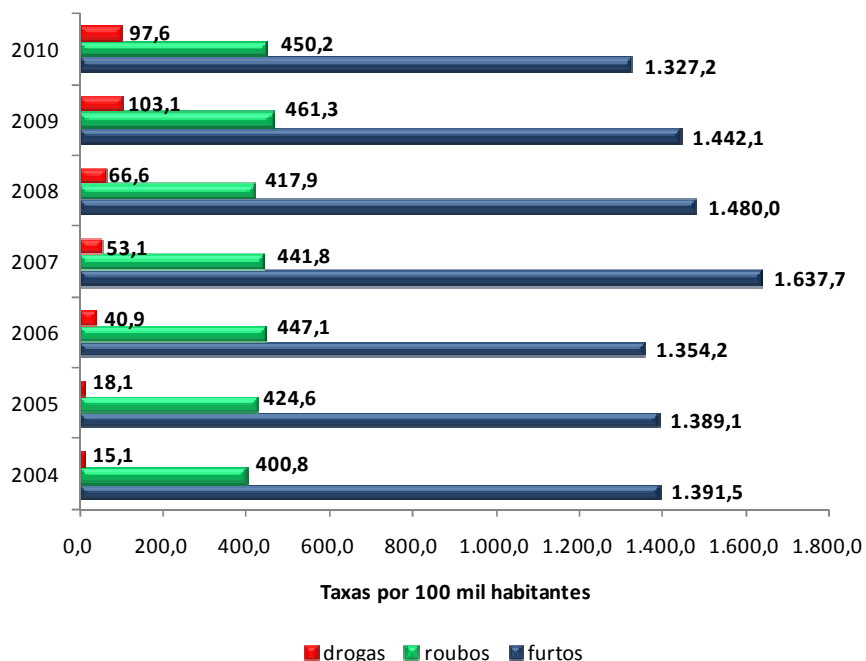


Fonte: MS, 2010.

A taxa de homicídios é um indicador estratégico para avaliar a evolução da criminalidade, porque os crimes de homicídios revestem-se de características peculiares que os colocam em evidência nos debates sobre as questões criminais. A principal delas é que esta taxa revela a violência no seu grau extremo, isto é, a perda da vida humana. Além disso, a morte por homicídio é o tipo mais contundente de violência, propicia uma elevada taxa de notificação e permite uma análise mais apurada deste tipo de crime.

As taxas de roubos, furtos, porte e tráfico de drogas são, também, indicadores importantes para análise da criminalidade registrada. Isto porque, além dos homicídios, os crimes violentos contra o patrimônio, especificamente roubos, estão entre os que mais afetam a sensação de segurança da população. Os furtos, apesar de não haver violência na ação do infrator, devem ser considerados, pois ocorrem de forma muito recorrente no Estado. Os crimes por porte e tráfico de drogas impactam muito porque têm grande influência sobre as ocorrências dos demais delitos, particularmente, nos crimes contra o patrimônio.

Gráfico 35 – Evolução das taxas de roubos, furtos, uso, porte e tráfico de drogas em Mato Grosso - 2004-2010



Fonte: PJC/MT, 2011.

Houve crescimento nas taxas de crimes de roubos em Mato Grosso no período analisado. O gráfico 35 mostra que estas taxas cresceram 12,3% entre 2004 e 2010. Passaram de 400,8 casos em 2004 para 450,2 em 2010, por grupos de cem mil habitantes. As taxas de crimes por porte e tráfico de drogas foram alarmantes, porque cresceram 544,7% nesse mesmo período. Passaram de 15,1 casos em 2004 para 97,6 em 2010. Enquanto isso, os delitos de furtos diminuíram. Foram notificados 1.391,5 casos em 2004 e 1.327,2 em 2010, o que representou uma queda de 5,0%. Mesmo com a retração nesta taxa, as notificações sobre furtos ainda são significativamente altas e refletem aumento dos problemas relativos a estes delitos e a necessidade de atuações mais efetivas para seus enfrentamentos.

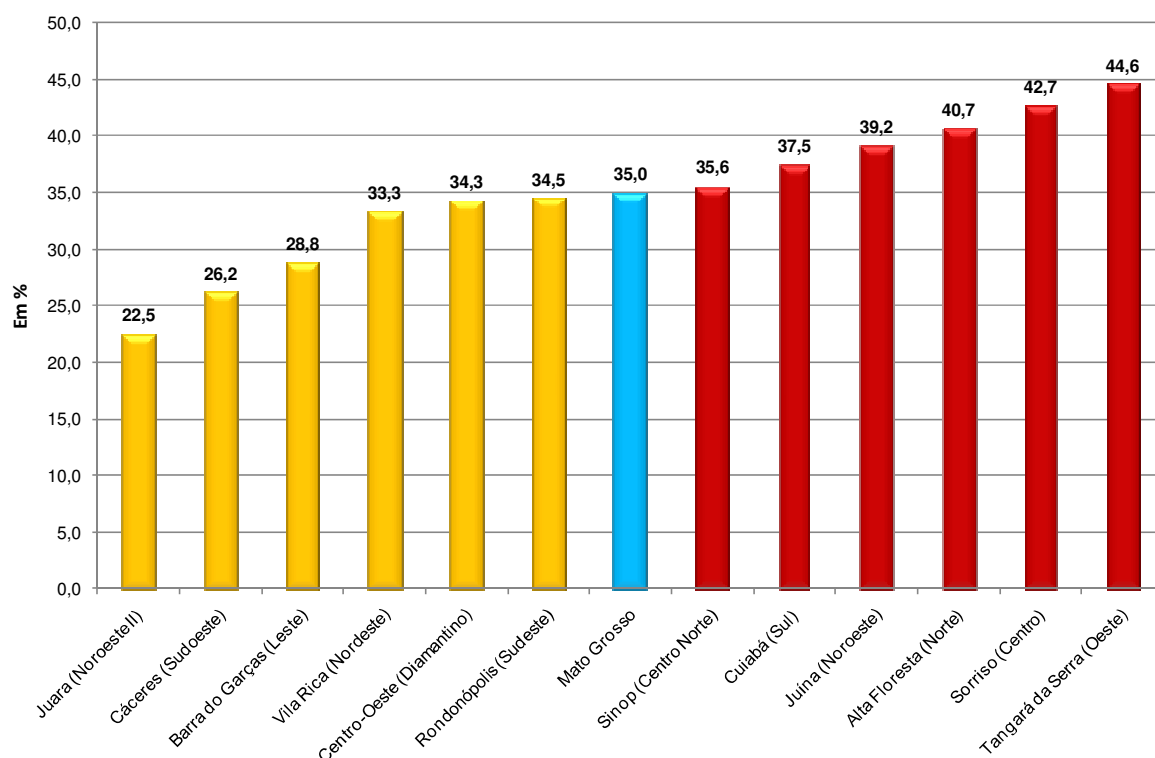
As instituições de segurança pública do Estado, além dos problemas decorrentes do crescimento contínuo das taxas de criminalidade, têm que enfrentar outro que é relativo à subnotificações dessas ocorrências frente a realidade de vitimizações vivenciadas no Estado. O gráfico 9 mostra que 35,0%, mais de um terço da população mato-grossense, foi vitimizada por uma dessas modalidades de

crimes: roubos ou furtos de veículos ou de outros bens, fraudes ou estelionato, acidentes, agressões, ameaças, ofensa sexual e discriminação.

No ano de 2010, os percentuais de vitimização em 50,0% das doze regiões do Estado foram acima da média estadual (Gráfico 36). Vale destacar que entre estas regiões, estão localizados alguns dos polos mais dinâmicos do Estado. A região sul, onde encontra-se a Capital, apresentou o percentual de 37,5%. A porção oeste, polarizada pela cidade de Tangará da Serra, registrou o maior número de pessoas vitimadas, com 44,6% da população. Na região centro, cuja cidade-polo é Sorriso, 42,7% da população já sofreu algumas dessas agressões e, também, com índices acima da média, encontravam as regiões de Juína, no noroeste do Estado, com 39,2% e Sinop, centro-norte de Mato Grosso, com 35,6% de pessoas atingidas pela violência.

Os outros 50,0% das regiões, gráfico 36, registraram percentuais abaixo da média de Mato Grosso. A região de Juara, com 22,5%, apresentou a menor taxa de vitimização. Constavam, ainda, os polos de Rondonópolis, no sudeste com 35,0%, de Barra do Garças, no leste com 28,8%, de Diamantino, no centro-oeste com 34,3%, de Vila Rica, no nordeste com 33,3% e o de Cáceres, no sudoeste onde foi registrado 26,2%.

Gráfico 36 – Percentual de vitimizações, por regiões do Estado, e a média estadual de vítimas - 2010



Fonte: SESP, 2010.

Contudo, o registro de grande parte dos crimes ocorridos não é efetuado. A pesquisa realizada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) em 2010, constatou que 72,3% das vítimas de delitos não chamaram ou informaram a polícia. Sem a notificação da infração, fica inviável avaliar se um determinado tipo de crime está aumentando ou diminuindo, se as variações nos registros devem-se a ocorrências de crimes ou suas notificações, seja por incremento das estruturas de segurança, maior facilidade para o registro ou por aumento da confiança dos cidadãos nas instituições. Este fato demonstra que a subnotificação é um problema grave. Pode evidenciar deficiências no sistema de atendimento e registro nos estabelecimentos de segurança pública, além disso, também reflete a baixa confiança que o cidadão tem nas instituições.

As deficiências estruturais, do setor de segurança pública, são obstáculos que o Estado tem que enfrentar com vigor para equacionar problemas relativos a

ocorrências de delitos, principalmente, se considerar os fatores temporais e geográficos destes serviços.

A questão temporal significa que o serviço precisa ser executado dentro de um período de tempo, relativamente curto, entre a solicitação e a prestação do serviço, por exemplo: serviços atendidos pelos telefones 190 e 193, atendimentos a vítimas de acidentes e ocorrências de incêndios, ocorrências policiais, perícias nos locais de crimes, acidentes de trânsito, entre outras. Já a questão geográfica exige que estes serviços sejam executados no local onde o cidadão se encontra.

É fato constatado que o efetivo das instituições de segurança pública não atende às necessidades da população. Existe uma grande defasagem entre o efetivo e o número ideal de profissionais da área de segurança para atuar nas instituições. Em 2010, quadro 2, a quantidade de profissionais que atuavam na área de segurança pública não chegava à metade do número necessário. Houve, nos últimos anos, aumento no ingresso de profissionais, porém foram pessoas com idades bem acima da idade considerada ideal para o início da carreira. Isto diminui o tempo de permanência da pessoa como servidor ativo e acelera os processos de saídas, em especial na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros.

Quadro 2 – Efetivo das instituições de segurança pública em Mato Grosso - 2010

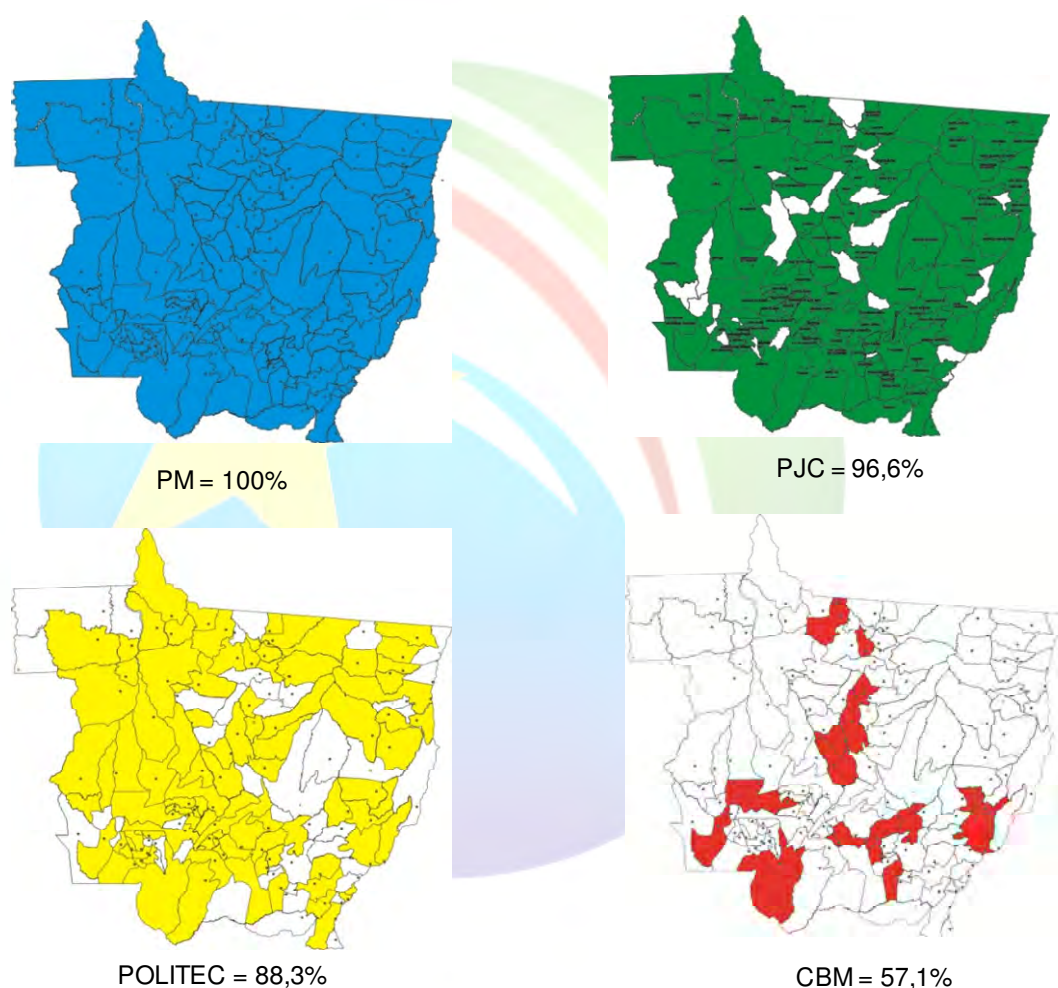
EFETIVO TOTAL	Existente	Previsto
Polícia militar	5.997	11.400
Polícia civil	2.336	5.600
Bombeiro militar	901	3.991
Perícia Oficial e Identificação Técnica (POLITEC)	370	770
TOTAL	9.604	21.761

Fonte: SESP, 2010.

Esse fator dificulta adequações de pessoal nas instituições que não conseguem atingir o número ideal de profissionais e, conseqüentemente, proporcionar melhorias nas estruturas. Possibilita, ainda, uma distribuição desigual desses profissionais no território mato-grossense. Para se ter uma ideia dessas

desigualdades, enquanto na Capital o número é de um policial para cada cento e quarenta habitantes, no interior há um policial para cada quinhentos e trinta e quatro habitantes. Isto indica que, no interior, o número de policiais está bem abaixo do recomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que, é de um por duzentos e cinquenta habitantes e, portanto, reflete as carências das instituições de segurança pública em Mato Grosso.

Figura 10 – Cobertura dos serviços das instituições estaduais de segurança pública - 2010



Fonte, SESP, 2010.

Existem, também, deficiências para coberturas dos serviços de segurança. Estes serviços são realizados de forma desigual no Estado (Figura 10). A Polícia Militar (PM) é a única instituição com atividades presentes em todos os municípios. A

Polícia Judiciária Civil (PJC) cobre 96,6% da população, a Polícia Técnica (POLITEC), 88,3% e o Corpo de Bombeiros (CBM) atende 57,1%. Portanto, ainda existem, 3,4% da população do Estado, mais de cem mil pessoas, sem cobertura dos serviços da Polícia Civil e uma parcela de um milhão e duzentas mil pessoas sem atenção adequada do Corpo de Bombeiros.

Quadro 3 – Despesas total e *per capita* realizadas com a segurança pública nos estados da região Centro-Oeste e Distrito Federal - 2006-2010

Unidades da Federação	2006		2007		2008		2009		2010	
	Total (R\$ milhões)	Per capita	Total (R\$ milhões)	Per capita	Total (R\$ milhões)	Per capita	Total (R\$ milhões)	Per capita	Total (R\$ milhões)	Per capita
Distrito Federal ⁷	92,2	38,7	81,2	33,4	146,6	57,3	214,5	82,3	283,4	110,3
Goiás	714,8	124,7	953,4	163,2	902,7	154,4	1.089,4	183,8	1.174,1	195,6
Mato Grosso	508,2	177,9	447,8	153,9	730,5	246,9	857,5	285,7	915,9	301,8
Mato Grosso do Sul	415,1	180,6	540,0	231,6	629,9	269,7	644,9	273,1	637,5	260,3

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2011.

Apesar dos problemas citados, particularmente, nos últimos três anos e conforme quadro 3, os gastos com segurança pública aumentaram no Estado. Em 2006, as despesas com segurança pública foram de R\$ 508,2 milhões e, em 2010, foram elevadas para, aproximadamente, R\$ 916,0 milhões. Mato Grosso foi o estado que apresentou maior volume de gasto *per capita*, em segurança pública, na região Centro-Oeste.

3.6 Diversidade cultural de Mato Grosso

3.6.1 Diversidade étnica, racial e cultural de Mato Grosso

O estado de Mato Grosso caracteriza-se por grande diversidade étnica, racial e cultural. É o resultado do processo de formação do território mato-grossense devido a intensa convivência entre as populações com culturas regionais e as

⁷ Nas despesas com a segurança pública do Distrito Federal não estão incluídos os valores relativos à co-participação da União com o custeio de pessoal e encargos sociais.

oriundas dos processos migratórios. Essa característica confere ao Estado uma riqueza social que reflete-se nas identidades locais.

A interação dos povos que já habitavam o Estado com os migrantes deixaram marcas nas bases culturais e contribuíram para dar identidades específicas às regiões. Hoje aspectos cosmopolitas podem ser observados, porque surgiram culturas híbridas com diversas expressões comportamentais e artísticas.

A diversidade étnica, racial e cultural reflete os modos de agir, pensar e sentir, não só entre os indivíduos dos mesmos grupos sociais, mas também, suas relações e posturas diante da biodiversidade local. A manutenção dessas diversidades e identidades coletivas decorre, principalmente, das resistências dos grupos sociais, na defesa de seus valores e direitos, ao contato com novas culturas e modelos de desenvolvimento.

Esses grupos estão lutando, ao longo das décadas, para o reconhecimento de seus direitos, de sua cultura, de sua história. A Constituição Federal de 1988 que assegurou aos povos indígenas, quilombolas e outros o reconhecimento de seus direitos. A partir deste reconhecimento, o Governo Federal em conjunto com os movimentos sociais iniciaram um longo processo de estudos e mobilizações, para elaborar políticas públicas específicas para atender os anseios desses povos.

Em 2005 no 1º Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais foi constituída a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) que coordenou a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais⁸. A partir desse encontro, alguns estados começaram também a criar sua própria comissão e, em 2009, foi criada no Congresso Nacional a Frente Parlamentar dos Povos e Comunidades Tradicionais.

⁸ Decreto Federal nº 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007

Um dos pontos cruciais para que uma política seja bem desenhada e que atenda a sociedade é saber para quais e quantas pessoas as ações são destinadas. O antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida⁹ asseverou, com base em suas pesquisas, que cerca de ¼ do território brasileiro era ocupado por povos e comunidades tradicionais e esses dados foram considerados como subsídios pelo Governo Federal para a construção da política nacional. O estudo feito pelo antropólogo indicou que esses grupos sociais chegavam a quase 5 milhões de pessoas e conforme demais informações levantadas pela CNPCT, ainda poderia haver 26 grupos específicos sobre os quais ainda era precária a disponibilidade de dados.

Quadro 4 – Terras tradicionalmente ocupadas – 2006

Povo ou Comunidade Tradicional	Área Habitada (ha)	Número de Famílias
Povos Indígenas (220 etnias)	110 milhões	734.127
Quilombolas	30 milhões	2.000.000
Seringueiros	3 milhões	36.850
Seringueiros e castanheiros	17 milhões	163.000
Quebradeiras de coco-de-babaçu	18 milhões	400.000
Atingidos por barragens – incluindo parte dos pescadores e ribeirinhos	...	1.000.000
Fundos de pasto	...	140.000
Totais	176 milhões	4,5 milhões

Fonte: CNPCT, 2006.

No período de 2003 a 2010¹⁰, um total de 1,5 milhão de pessoas tiveram seus direitos reconhecidos em regularização fundiária, distribuídos principalmente em unidades de conservação sustentável (reservas extrativistas, florestas nacionais e reservas de desenvolvimento sustentável), terras indígenas, projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados: agroextrativista, projeto de

⁹ Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Subsídios para as oficinas regionais sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais realizadas em Brasília, no período de 14 a 26 de setembro de 2006. Disponível em <http://www.mds.gov.br/>. ACESSO em 01/02/2012.

¹⁰ BRASIL. Balanço das Ações para Povos e Comunidades Tradicionais no Governo Lula (2003-2010).

desenvolvimento sustentável e florestais; e também, áreas de terras: quilombolas e ribeirinhos agroextrativistas.

Esses dados foram importantes para atender as demandas dos diversos grupos sociais. Uma ação preliminar para o levantamento dos dados e mapeamentos dos grupos, povos e comunidades tradicionais em Mato Grosso, fez-se necessária para que eles deixassem de ser “invisíveis” no contexto das políticas públicas estaduais.

Um importante estudo para o mapeamento desses grupos foi iniciado em 2008 quando perceberam a ausência dos aspectos sociais de Mato Grosso nas discussões da proposta de lei do Zoneamento Socioeconômico Ecológico. A partir desse momento os levantamentos de dados sobre grupos, povos e comunidades tradicionais no Estado foram iniciados para realizar o Mapeamento Social do Estado¹¹.

O Mapeamento Social¹² registrou a existência de 52 grupos sociais, comunidades ou movimentos e 47 etnias indígenas. Foi constatada a existência de antigos e novos protagonistas sociais que nesse “vir-a-ser” de vários grupos e movimentos constituíram o Mapa dos Grupos Sociais (Anexo 1).

Os grupos sociais foram registrados em cinco categorias: tradição; local da cultura e hábitat; labor, trabalho e produção; *driving forces* e desenvolvimento e escolhas e/ou filosofia de vida.

A categoria tradição abrange as identidades constituídas por condições tradicionais, sociais e/ou étnicas, como por exemplo: indígenas, quilombolas, ciganos, grupos de expressões culturais regionais como Siriri, Cururu e Dança do Congo, etc.

¹¹ Trabalho realizado pelo Grupo Pesquisador de Educação Ambiental (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso em conjunto com demais entidades governamentais e não governamentais do Estado.

¹² Ver SILVA, Regina.

Os povos indígenas contribuem, significativamente, para formar a diversidade sociocultural em Mato Grosso. São 47 etnias localizadas em 78 terras indígenas que estão em diferentes fases de regularização. Existem, no entanto, controvérsias sobre a quantificação das etnias, não só em função da ausência de registro, como também, no que se refere aos dados sobre comunidades isoladas, além de outras ainda não identificadas. Por exemplo, a etnia Canela-Apanyekra, originários do Maranhão e a etnia Krenak-Maxacalli que vive no município de Canabrava do Norte, ambas na região do rio Araguaia que embora reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ainda lutam pelo reconhecimento e demarcação de seu território.

Mato Grosso tem, segundo a Fundação Cultural Palmares, mais de 60 comunidades quilombolas reconhecidas e que estão em processo de regularização fundiária no Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA). As comunidades quilombolas concentram-se nas regiões central e oeste do Estado, especialmente, nas proximidades da capital Cuiabá, em toda região da do vale do rio Cuiabá, mas também, nas proximidades de Vila Bela da Santíssima Trindade, antiga capital e no vale do rio Guaporé. Os quilombolas, de acordo com estudos realizados¹³, estão localizados nos municípios de Poconé (39%), Barra do Bugres (15%), Chapada dos Guimarães (10%), Nossa Senhora do Livramento (10%), Vila Bela da Santíssima Trindade (7%), Cáceres (7%), Cuiabá (6%), Acorizal (3%) Santo Antônio de Leverger (2%) e o quilombo urbano: Capão do Negro Cristo Rei em Várzea Grande (1%).

A segunda categoria local da cultura e hábitat compreende os grupos com identidades vinculadas ao local, onde a cultura se manifesta, pois estão intrinsecamente ligados aos territórios e são, ainda, dependentes do hábitat ao qual pertencem: pantaneiros, mimoseanos, morroquianos, beiradeiros, fronteiriços e ribeirinhos.

Pantaneiros é a denominação genérica dada a todas as comunidades do Pantanal que possuem diversas expressões culturais e identitárias. Geralmente

¹³ Ver SILVA, Regina; SATO, Michèle.

todas as casas pantaneiras possuem um santuário, pois há uma forte tradição religiosa que, no geral, também está presente nas comemorações festivas.

Mimoseanos são as pessoas da comunidade de Mimoso, localizada no município de Santo Antônio de Leverger, com forte identidade pantaneira e, também influenciados pela vida do Marechal Rondon, ilustre personalidade nascida na região.

Morroquianos são os moradores que vivem da Morraria, no entorno da Estação Ecológica da Serra das Araras, próximo a Cáceres, Porto Estrela e Barra do Bugres e das comunidades do Taquaral, Água Branca, Bocaina, Santana, Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora do Carmo, São Sebastião, Guanandi, Exu e Vila Aparecida. Localizam-se entre morros, serras, bocainas, córregos (afluentes do rio Paraguai), chapadinhas e vales que fazem parte da província serrana.

Fronteiriços são os assentados próximos a Bolívia que vivem da agricultura de subsistência. Já os beiradeiros vivem às margens dos rios Guariba e Roosevelt, situados no bioma Amazônia. E os ribeirinhos são todos os que vivem, de forma tradicional, às margens dos rios, especialmente, dos rios do Pantanal e do Cerrado.

A terceira categoria: labor, trabalho e produção explícita que as identidades estão construídas nas relações com o trabalho por meio de um estreito convívio com a natureza ou pelo modo de subsistência, como exemplo: seringueiros, extrativistas, retireiros do Araguaia, artesãos, pescadores profissionais/artesanais, pequenos agricultores, articuladores da economia solidária, entre outros.

Os retireiros do Araguaia vivem em uma área úmida nas regiões de inundação do rio Araguaia. Buscam, desde 1999, a criação da “Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mato Verdinho” que favorecerá a autonomia do trabalho e possibilitará a demarcação de uma área que possa ser usada, de forma específica, para suas sobrevivências e para que possam conquistar uma vida mais digna.

Os seringueiros e os extrativistas estão localizados no bioma Amazônia com destaque para a Reserva Extrativista Guariba Roosevelt. Já os artesãos e os

pescadores profissionais/artesanais localizam-se, especialmente, nos biomas Cerrado e Pantanal. Estão distribuídos, em todo território mato-grossense, os pequenos agricultores e os articuladores da economia solidária. Cultivam os mais diversificados produtos agrícolas sem o uso de agrotóxicos e dão preferência aos insumos defensivos naturais.

A quarta categoria inclui as identidades construídas em função das *driving forces* e desenvolvimento que estão dinamizados na lógica de grandes projetos desenvolvimentistas. Neste grupo estão os atingidos por barragens, prioritariamente, aqueles situados no Cerrado, por exemplo, os atingidos pela Barragem de Rio Manso, mas também, os acampados, os agricultores rurais e os assentados do movimento dos sem-terra que possuem uma aproximação identitária com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Localizam-se em todo o Estado.

A quinta categoria: escolhas e/ou filosofia de vida compreende os grupos relacionados a algum movimento de cunho religião, de lazer, artístico ou filosófico, como por exemplo: ecologistas, movimento artista pela natureza, movimento hippie, movimento negro e das mulheres negras, movimentos ligados à teologia da libertação e grupos com expressões ligadas à espiritualidade, entre outros.

As categorias não estão definidas de maneira rígida. Houve um esforço de classificação, sendo fundamental ressaltar que as cinco categorias apresentadas interconectam-se de maneira dialética, pois muitas delas tocam-se e remodelam-se na construção identitária devido à pluralidade e fluidez.

O mapeamento dos grupos sociais não tem a pretensão de fechar o conjunto dos protagonistas que formam as identidades de resistência em Mato Grosso. É sim, uma história em construção, dinâmica e tecida por continuidades e descontinuidades. Desta forma, o estudo não pode ser confundido com um censo e, nem mesmo, como um levantamento exaustivo, mas um panorama da situação atual, um retrato das identidades que pulsam em Mato Grosso.

O Plano Estadual de Educação 2008-2018 propõe que “As diversidades étnica, racial e cultural constituam os aspectos mais fortes e ricos do processo construtivo

da identidade mato-grossense. Contudo, não podemos deixar de reconhecer que a nossa realidade, bem como a do país, é marcada por preconceitos e discriminações, particularmente em relação às populações negra e indígena [...]”. Daí a importância de evidenciar as diferenças para que todos possam ser contemplados, lutem por seus direitos e participem em igualdade de condições na formulação de políticas públicas.

Para que uma política pública seja elaborada, implementada e que transforme a realidade desses grupos sociais, é necessário que o Governo de Mato Grosso fomente a sua elaboração principalmente com a formação de uma comissão estadual paritária entre sociedade civil e governo, bem como, a realização de conferências e que todos os grupos participem dos processos de elaboração, implementação e avaliação. O pesquisador Paul Little¹⁴ define que “ (...) se não há movimento social que fundamente a política, dificilmente a política pode vingar”.

3.6.2 Patrimônio Cultural do Estado

É importante considerar que os diversos grupos sociais existentes são os principais atores na construção do patrimônio cultural do Estado, pois contribuem na constituição dos patrimônios de natureza material e imaterial. Conforme ressalta Grunberg, o patrimônio cultural pode ser entendido como:

todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança. Patrimônio Cultural não são somente aqueles bens que se herdaram dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo”: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos etc. Grunberg (2007, p.5)

¹⁴ Relatório do Iº Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, realizado no período entre 17 e 19 de agosto de 2005 no Conselho Indigenista Missionário (CIMI) - Centro de Formação Vicente Canhas em Luziânia – DF. Disponível em <http://www.mds.gov.br/>. ACESSO em 01 fev. 2012.

Assim, o patrimônio cultural de Mato Grosso deve ser valorizado e constantemente preservado. Isto porque ele é a fonte de expressão da criatividade humana e da diversidade cultural existente no Estado. É o fator de aproximação e intercâmbio entre os seres humanos. O reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural é condição preponderante para a construção da memória e identidade dos diversos grupos sociais existentes.

3.6.2.1 Patrimônio Cultural Material

Para o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2008, o patrimônio material é “Todo bem de natureza ou suporte material, tangível. Tradicionalmente dividido entre bens móveis e imóveis. Os imóveis referem-se aos monumentos, edificações, sítios arqueológicos, sítios históricos urbanos ou rurais, paisagens, parques, jardins. Os móveis referem-se às obras de arte (pintura, escultura, instalações...), documentos (livros, mapas, fotografias, registros...), mobiliário e elementos integrados da arquitetura (como os altares, os guarda-corpos e as artes murais).”

Existem, em território mato-grossense, 100 bens tombados¹⁵. Destes, 81 são bens arquitetônicos, 07 bens são de natureza urbanística, 10 são patrimônios paisagísticos e 02 bens são de natureza arqueológica/paleontológica (Apêndice 1). No entanto, é necessário que ocorra o avanço e o aprimoramento de alguns instrumentos de gestão do patrimônio cultural mato-grossense para que a sua valorização seja efetivada.

Segundo o levantamento da gestão estadual, dentre os instrumentos para reconhecimento dos bens culturais, apenas o processo de inventário está implementado. O mapeamento do patrimônio cultural ainda está em fase de desenvolvimento e não existe uma base de dados ou indicadores culturais organizados para subsidiar o estudo, o monitoramento e a avaliação do patrimônio cultural do Estado.

¹⁵ Tombamentos realizados pelas leis municipais, estaduais e federais de proteção do patrimônio cultural.

O tombamento, dentre os instrumentos de proteção do patrimônio cultural, é a ação que tem maior aplicabilidade, porém no que se refere ao registro dos bens culturais imateriais, se considerar o baixo compilamento e também o estudo de todas as expressões e manifestações de natureza imaterial, o processo ainda é frágil.

Em relação aos instrumentos de tutela é de se considerar que algumas etapas estejam sendo desenvolvidas como: inspeções técnicas, fiscalizações dos bens protegidos e estruturação da equipe de orientação técnica e de conservação dos bens culturais. Ainda está ausente o processo de licenciamento para utilização dos bens e embargo ou multas/sanções para as possíveis irregularidades que comprometam a preservação do patrimônio cultural.

3.6.2.2 Mostras do Patrimônio Cultural Imaterial

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2003, definiu patrimônio imaterial como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, bem como, os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados e que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconheçam como parte integrante de seu patrimônio cultural.” Dessa maneira, pode-se destacar como amostras do patrimônio imaterial o ritual Yaokwa, principal cerimônia da etnia Enawene Nawe, o modo de fazer viola de cocho, a moda de viola e as danças: siriri, cururu, rasqueado, congo e facão.

O ritual Yaokwa consiste na interação mística dos Enawene Nawe com os Yakariti, temidos seres subterrâneos. Para a execução do ritual, a comunidade divide-se entre os Harikare e os Yaokwa conforme os clãs que organizam a sociedade. Os Harikare são os anfitriões responsáveis pela preparação da cerimônia na aldeia. Os Yaokwa são os pescadores que partem em busca de grande quantidade de peixe para oferecer aos Yakariti. Na ocasião da relação de troca e apaziguamento entre os Enawene Nawe e os Yakariti, os pescadores representam os espíritos que serão domesticados.

A viola de cocho, outro elemento do patrimônio imaterial do Estado, é um instrumento musical produzido, principalmente, pelos artesões ribeirinhos das cidades mato-grossenses de: Cuiabá, Várzea Grande, Poconé, Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger, Jangada, Rosário Oeste, Diamantino, Nossa Senhora do Livramento, e também em Corumbá e Ladário, ambas no estado de Mato Grosso do Sul. O nome cocho foi dado pela técnica de escavação da tora de madeira inteiriça que forma a caixa de ressonância da viola. A viola possui 70 centímetros de comprimento e 25 centímetros de largura. É confeccionada, preferencialmente, com madeiras da ximbuva e do sarã-de-leite.

Para preservar esse saber tradicional é necessário tanto o desenvolvimento contínuo de planos de manejo sustentável das espécies que servem de matéria-prima para a fabricação do instrumento, como também, a permanente transmissão do conhecimento e a valorização dessa tradição artesanal, visto que o significado simbólico perpassa o campo das crenças, valores por meio das vivências culturais coletivas que o transmitem oral e informalmente. Nesse sentido, está sendo desenvolvida uma atividade denominada “Pontão da Viola de Cocho” que é uma articulação das esferas governamentais para salvaguardar todo complexo cultural referente à viola de cocho. As diversas ações previstas visam, entre outras questões, defender a divulgação das informações sobre o patrimônio cultural relacionado à viola de cocho e fortalecer o diálogo, entre as comunidades tradicionais da Baixada Cuiabana e o poder público, para construir uma política mais democrática e descentralizada no contexto cultural deste bem mato-grossense.

Esse instrumento é um dos componentes básicos nas execuções das danças típicas mato-grossenses: siriri, cururu e rasqueado. O siriri é dançado e cantado por homens, mulheres e crianças. A expressão corporal e a coreografia desta dança transmitem o respeito e o culto pela amizade e, por isto, é conhecida como “dança homenagem”. É executada, especialmente, nas festas religiosas.

O cururu é uma manifestação dançada e cantada exclusivamente por homens, na maioria das vezes, em formato de roda. Os cururueiros, dois a dois, cantam versos e toadas sobre amor, religião, política ou o que o mestre cururueiro

quiser tocar. São imprescindíveis nas festas de santo, quando saúdam o santo no momento do levantamento e descida do mastro. Tanto o siriri como o cururu são embalados pelo som da viola de cocho, do ganzá (instrumento de percussão feito de taquara) e do mocho ou tamborim (semelhante a um banco de madeira com assento de couro esticado). O conjunto formado por esses instrumentos imprime o ritmo para essas danças, mas cada qual com suas peculiaridades.

O rasqueado teve origem no período pós Guerra do Paraguai, quando prisioneiros e/ou refugiados não voltaram para sua terra de origem e ficaram confinados à margem direita do rio Cuiabá, atual cidade de Várzea Grande. Os paraguaios, em convivência com as populações ribeirinhas, interferiram nos costumes, no modo de falar e, especialmente, nas danças folclóricas. Essa integração deu origem ao rasqueado que era, tradicionalmente, embalado pelo som da viola de cocho. Mas, com o passar do tempo, ganhou outra variação e atualmente utilizam amplificadores e outros instrumentos modernos.

A moda de viola, influência dos imigrantes do Sudeste, é um gênero musical que ganhou características regionais próprias. Atualmente é uma modalidade que está sendo amplamente apreciada em todo o Estado, porém, originalmente foi cultivada no Vale do Araguaia e Pantanal. Os principais temas de seus versos retratam o cotidiano do boiadeiro e do lavrador no campo, seus “causos” de amor, de sofrimento ou sátiras sobre um acontecimento qualquer que envolva o universo caipira. A moda de viola deu origem a vários estilos musicais entre eles: o caipira e o sertanejo romântico.

A dança do congo, manifestação artística de origem africana, ocorre nas cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade e em Nossa Senhora do Livramento. É herança cultural das pessoas que foram trazidas pelos processos migratórios e faz parte do mosaico cultural de Mato Grosso. Essa dança representa a luta simbólica entre dois reinados africanos e é realizada na festa de São Benedito. O movimento dos dançarinos representa a marcha dos soldados e estes protegem os festeiros que carregam objetos sagrados e as promesseiras que acompanham o cortejo e levam flores para homenagear São Benedito.

A dança do facão, manifestação trazida pelos imigrantes gaúchos, é apresentada com maior ênfase no interior do Estado. Ocorre, especialmente, nos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e nessa apresentação os dançarinos usam facões, adagas ou espadas, exibem agilidade e rico figurino.

E como importante instrumento para a valorização de todas as formas de manifestações culturais destaca-se a rede dos pontos de cultura. Esta rede é composta pelos grupos e associações culturais que desenvolvem ações para preservar memórias e histórias, além de estimular atividades voltadas para a cultura de raiz e para o fortalecimento das manifestações populares, dentro das regiões de origem. Em Mato Grosso existem 39 pontos de cultura distribuídos em 23 municípios (Apêndice 2).

É preciso, ainda, considerar o registro dos bens imateriais de Mato Grosso que são considerados patrimônios culturais: o modo de fazer a canoa pantaneira, a festa de São Gonçalo, a festa de São Benedito, a comunidade de São Gonçalo Beira-Rio e o lugar histórico “Fazenda Taquari”.

Neste levantamento também é relevante considerar as instituições que atuam na disseminação do patrimônio cultural: bibliotecas e museus.

Existem, no Estado, 162 bibliotecas públicas: 141 bibliotecas de âmbito municipal (uma em cada município), 01 estadual e 20 comunitárias. As bibliotecas comunitárias estão distribuídas da seguinte forma: 01 em Barra do Bugres, 11 em Cuiabá, 03 em Água Boa, 01 em Barão de Melgaço, 02 em Comodoro e 02 em Lucas do Rio Verde.

Todas são organizadas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas que possui uma ação articulada com o Sistema Estadual para a integração e interação das bibliotecas existentes no Estado. Ainda não existe uma sistematização completa sobre o fluxo de usuários ou sobre o porte dos acervos das bibliotecas municipais. A biblioteca Estadual Estevão de Mendonça tem um fluxo de visitantes/mês mais expressivo. O acervo dessa biblioteca é composto de 79.000 obras com registro

magnético desde 2005. Este volume, somado ao restante com registro manual, é estimado entre a 80.000 a 100.000 obras.

Atualmente as bibliotecas passam por um processo de modernização no sistema de gestão de informações e melhorias na capacitação dos funcionários para o fortalecimento da relevância desses importantes patrimônios culturais.

O número de museus no Estado totaliza 48 unidades em funcionamento ou em fase de implantação e estão distribuídos em 28 municípios. O acervo desses museus abrange uma variedade de artefatos no campo das artes, história, arqueologia, paleontologia, ciências naturais, entre outros (Quadro 5).

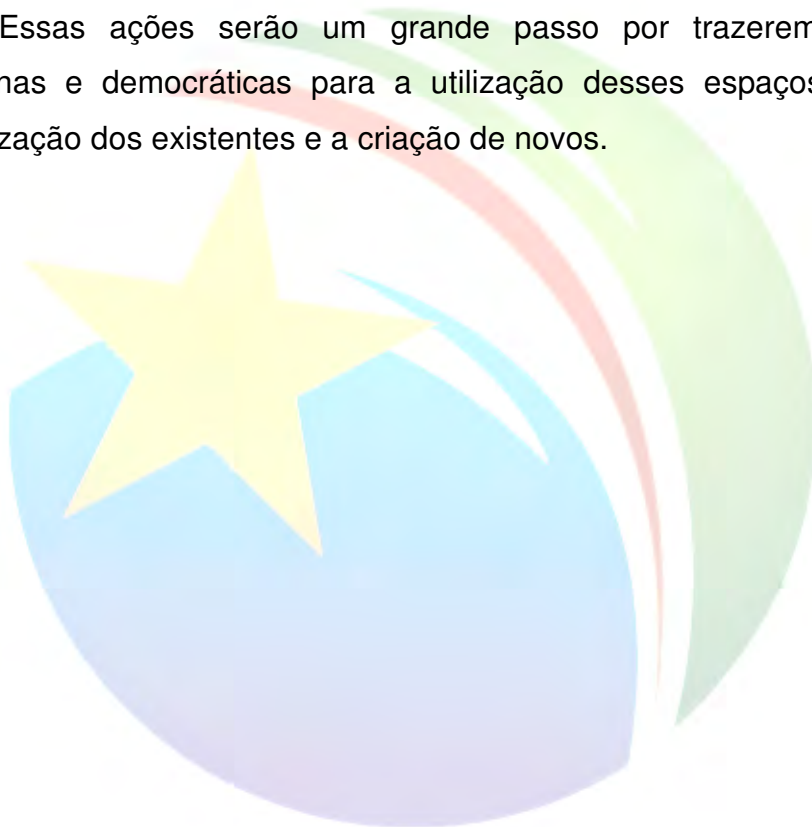
Quadro 5 – Número de museus, por municípios de Mato Grosso - 2010

Municípios	Quantidade
1. Água Boa	1
2. Alta Floresta	2
3. Araputanga	1
4. Cáceres	3
5. Campo Verde	1
6. Canarã	1
7. Chapada dos Guimarães	3
8. Cláudia	1
9. Cuiabá	14
10. Diamantino	1
11. Dom Aquino	1
12. General Carneiro	2
13. Juína	1
14. Luciara	1
15. Nobres	1
16. Nossa Senhora do Livramento	1
17. Poconé	1
18. Porto dos Gaúchos	1
19. Poxoréu	1
20. Ribeirãozinho	1
21. Rondonópolis	1
22. Rosário Oeste	1
23. Santo Antonio de Leverger	1
24. São Félix do Araguaia	1
25. Sinop	1
26. Tabaporã	1
27. Várzea Grande	2
28. Vila Bela da Santíssima Trindade	1
Total	48

Fonte: SEC, 2010.

Os museus estão organizados por dois sistemas: um nacional e um estadual. Este último foi implantado em 2007 para potencializar o mapeamento das unidades existentes ou em fase de implementação. O desafio atual do sistema é melhorar o funcionamento de todas as unidades museológicas. Essa tarefa abrange: aperfeiçoar os recursos humanos com maior capacitação em âmbito nacional ou regional, informatização dos acervos existentes em todas as unidades museológicas, maior aplicação de recursos em pesquisas, aumento dos cursos de graduação na área de museologia e concurso público para ampliar o número de especialistas da área nas instituições governamentais.

Essas ações serão um grande passo por trazerem perspectivas mais modernas e democráticas para a utilização desses espaços, pois favorecem a revitalização dos existentes e a criação de novos.



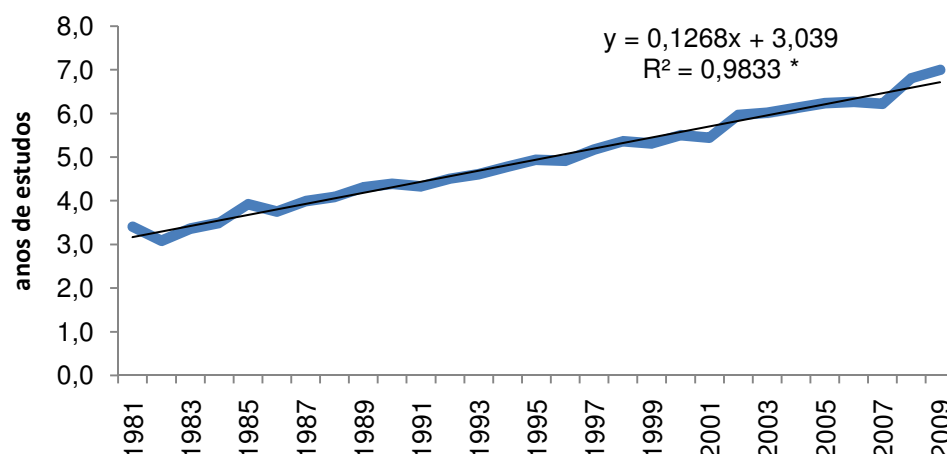
IV. EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Os indicadores mato-grossenses da área educacional estão, em geral, inferiores aos nacional e regional. Desse modo, faz-se necessário analisar que a situação da educação formal é muito delicada porque os indicadores nacionais são considerados ruins quando comparados aos padrões internacionais. Mato Grosso, mesmo assim, apresenta uma situação melhor que a maioria dos estados das regiões Norte e Nordeste, mas inferior aos estados do Sul e do Sudeste.

4.1. Educação de jovens e adultos

A atual situação educacional de jovens e adultos é consequência do baixo investimento na educação, nas últimas décadas, no Brasil. O elevado contingente de adultos e jovens que pouco ou nada estudaram contribui para o baixo desempenho dos indicadores de escolaridade. Em 2009, a população mato-grossense com 25 anos ou mais apresentava 7,1 anos de escolaridade média (Gráfico 37). Isto mostra que são necessários oito anos, equivalentes a dois mandatos governamentais, para que o nível médio de escolaridade da população seja aumentado em um ano.

Gráfico 37 – Evolução da escolaridade média da população mato-grossense, com 25 anos ou mais - 1981-2009



Nota¹⁶: Elaborado pela SEPLAN, 2012

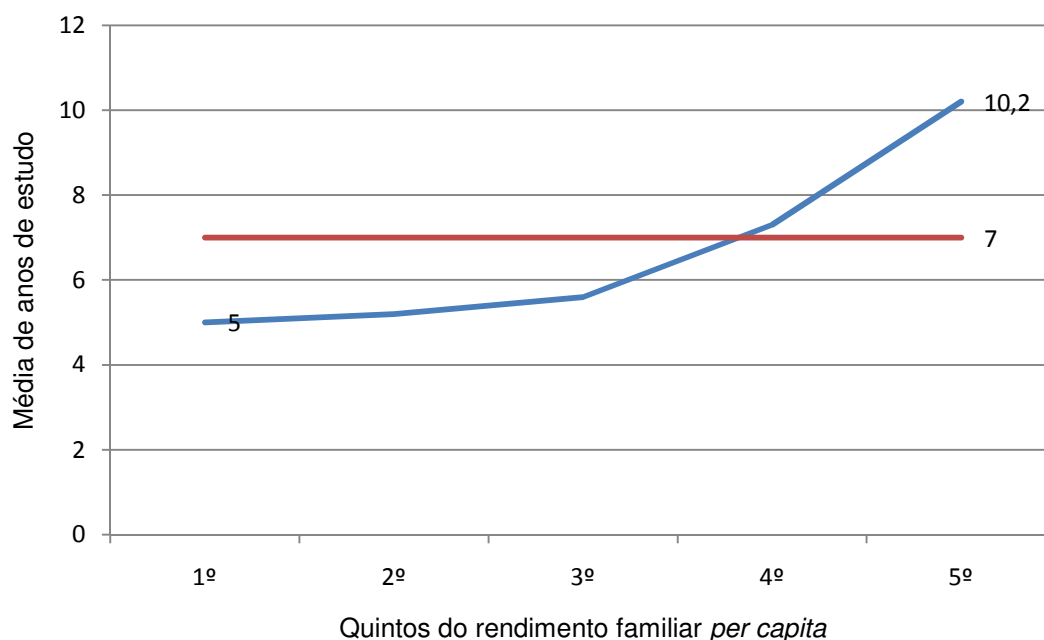
As desigualdades de renda interferem, diretamente, nos níveis de escolaridade (Gráfico 38). Em média a escolaridade da parcela mais pobres da população, correspondente a 20%, é de apenas 5 anos de estudo, enquanto que entre os 20% mais ricos, esse índice atinge mais 10 anos. A desigualdade educacional tem sido apontada como uma das causas da elevada desigualdade de renda no Brasil, no entanto, a recente queda nos índices de concentração de renda, nos últimos anos, tem sido atribuída, em parte, aos progressos educacionais, sobretudo, no que se refere à universalização do acesso à educação básica¹⁷.

¹⁶ Os dados foram obtidos em diferentes fontes: Ipeadata (1981 a 2001), Atlas do Desenvolvimento Humano-(1991 e 2000), SEPLAN-MT (2002 a 2009), a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os dados de 1994 (quando não houve a PNAD) foram obtidos por média dos valores aproximados.

*A reta de regressão indica que a escolaridade aumenta, em média, 0,1268 anos a cada ano, ou seja, são necessários 8 anos para aumentar a escolaridade em 1 ano.

¹⁷ A desigualdade escolar da população ocupada vem diminuindo de forma consistente, embora esteja em patamar elevado. Entre os anos de 1996 a 2009, o índice de Gini para a distribuição dos anos de estudo diminuiu 21,8% em Mato Grosso.

Gráfico 38 – Média de anos de estudo da população de Mato Grosso com 25 anos ou mais, com base no rendimento mensal familiar *per capita* – 2009



Nota¹⁸: Elaborado pela SEPLAN, 2012.

Esse passivo educacional relativo à população de jovens e adultos tem sido colocado em segundo plano, embora tenham direito de completar seus estudos os incentivos governamentais não suficientes.

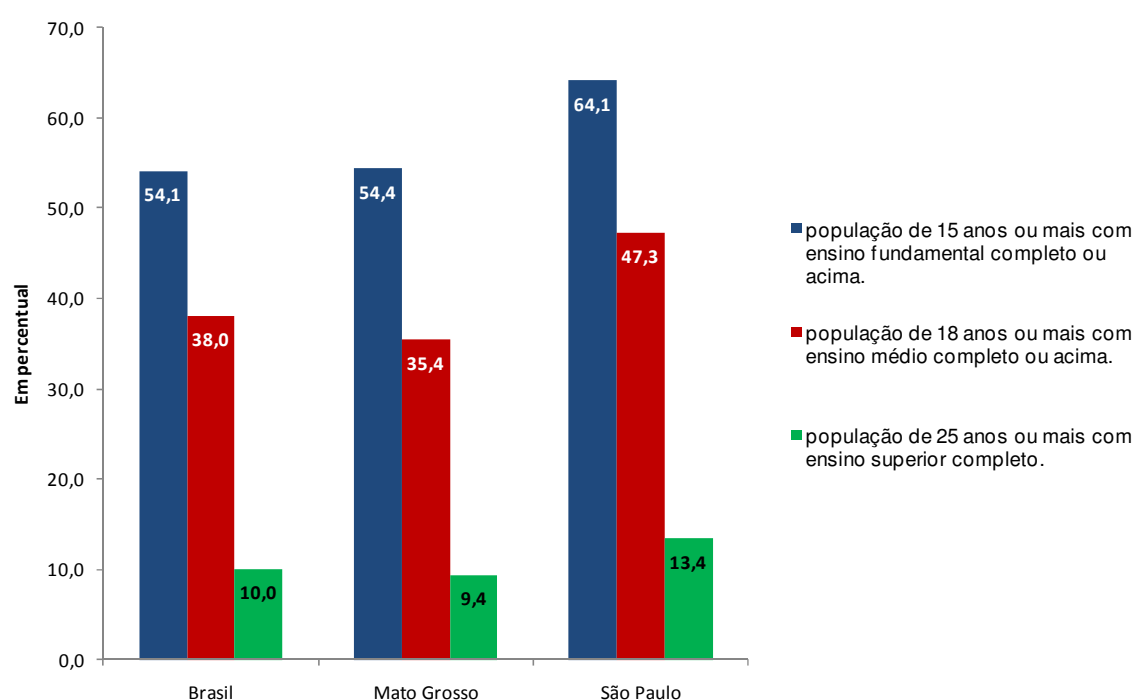
No Brasil, em 2008, apenas 54,1% das pessoas com 15 anos ou mais possuíam o nível fundamental de ensino completo e 38,0% das pessoas com 18 anos ou mais possuíam nível médio completo. A formação superior é uma realidade bem mais distante, alcançada por apenas 10,0% da população com 25 anos ou mais.

Os índices de escolaridade permitem observar que há significativa disparidade entre os estados brasileiros. Em Mato Grosso, 54,4% das pessoas com 15 anos ou mais concluíram o ensino fundamental. Em São Paulo, esse

¹⁸ Os dados foram obtidos por meio de tabulações especiais, a partir dos dados da PNAD, 2009.

índice alcançou 64,1% (Gráfico 39). Para atingir o índice paulista o Estado tem que proporcionar o acesso ao ensino fundamental para cerca de 260 mil jovens. Isso equivale a 24,5% de todas as pessoas de 15 anos ou mais que possuem escolarização inferior a oito anos de estudo.

Gráfico 39 – Nível de escolaridade da população de jovens e adultos no Brasil, Mato Grosso e São Paulo – 2008



Nota¹⁹: Elaborado pela SEPLAN, 2012

No ensino médio o percentual da população com idade a partir de 18 anos caiu para 35,4% e isto demonstra que, neste nível de ensino, a situação de Mato Grosso é mais grave. Para alcançar o índice de 47,3%, registrado por São Paulo, será necessário assegurar a formação, no nível médio, para 265 mil pessoas ou 19,3% do público alvo, ou seja, as pessoas de 18 anos ou mais e com menos de 11 anos de estudo.

¹⁹ Os dados foram obtidos por meio de tabulações especiais, a partir dos dados da PNAD, 2009.

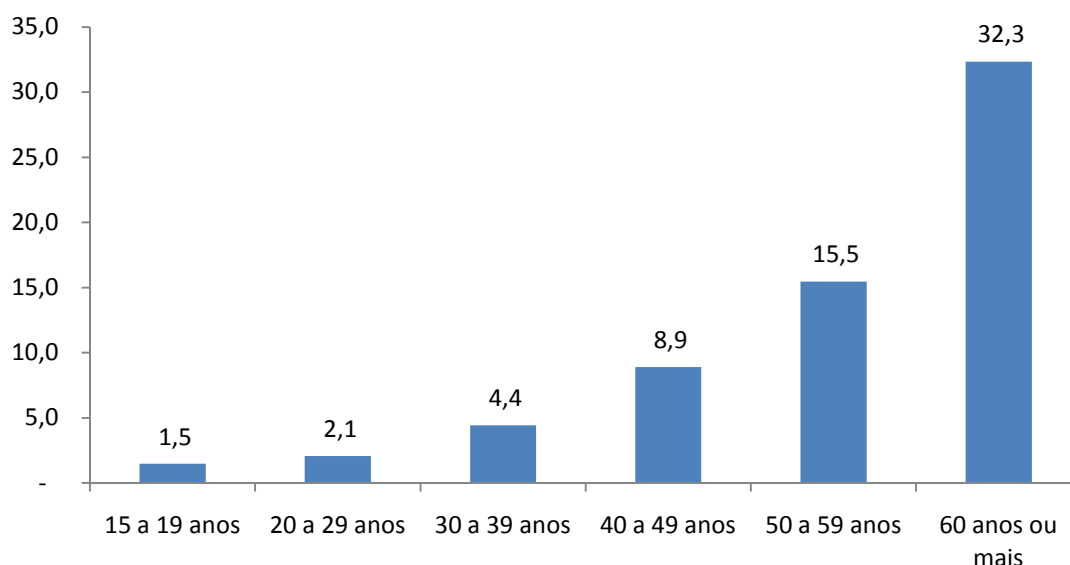
A não conclusão da educação básica, especialmente, do ensino médio continua a alimentar a demanda por educação de jovens e adultos. Esse fenômeno pode ser observado na crescente “juvenilização” do público que frequenta essa modalidade de ensino. Assim, ampliar o atendimento e melhorar a qualidade da educação básica reduzirá, no futuro, a demanda por essa modalidade de ensino.

4.2 Analfabetismo

O analfabetismo²⁰, na população de jovens e adultos, constitui a face mais grave do déficit educacional. Os atuais índices de analfabetismo são elevados e refletem as condições educacionais e socioeconômicas tanto em nível nacional quanto estadual, e também, o baixo desempenho empreendido para a alfabetização desse contingente da população ao longo do tempo. Em 2010, a taxa estadual de analfabetismo atingia 1,5% da população na faixa etária de 15 a 19 anos. O percentual de analfabetos cresce, à medida que aumenta a faixa etária (Gráfico 40).

²⁰ A taxa de analfabetismo é aferida, no censo demográfico e na PNAD, mediante resposta subjetiva à pergunta “sabe ler e escrever um bilhete simples?”. Trata-se, portanto, de uma situação de analfabetismo extremo e independente da aquisição de escolaridade. Em contraposição, o analfabetismo funcional abrange qualquer pessoa de 15 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo. Em Mato Grosso existem cerca de meio milhão de analfabetos funcionais (21,9% da população de 15 anos ou mais).

Gráfico 40 – Taxa de analfabetismo, por faixa etária, em Mato Grosso – 2010



Fonte: IBGE, 2010

Como a população está em processo de envelhecimento, em função da redução da natalidade e do aumento da expectativa de vida e, desse modo, a taxa de analfabetismo apresentará um ritmo mais lento de redução, a menos que sejam intensificados os programas de alfabetização de adultos²¹

Em Mato Grosso, a taxa anual de analfabetismo declinou, em média, 0,85 pontos percentuais entre 1981 e 1996 e apenas 0,29 pontos percentuais entre 1997 e 2010.²² A ocorrência simultânea de alta taxa de fecundidade e taxa crescente de escolarização na infância propiciaram uma queda mais acentuada do analfabetismo até meados dos anos 90, apesar de o atendimento escolar ter atingido seu auge no fim dos anos 90, com praticamente 97,0% das crianças de 7 a 14 anos matriculadas. O percentual de crianças atendidas no Brasil foi de 96,9%, em Mato Grosso chegou a 96,7 e na região Centro-Oeste foi de 97,2%.

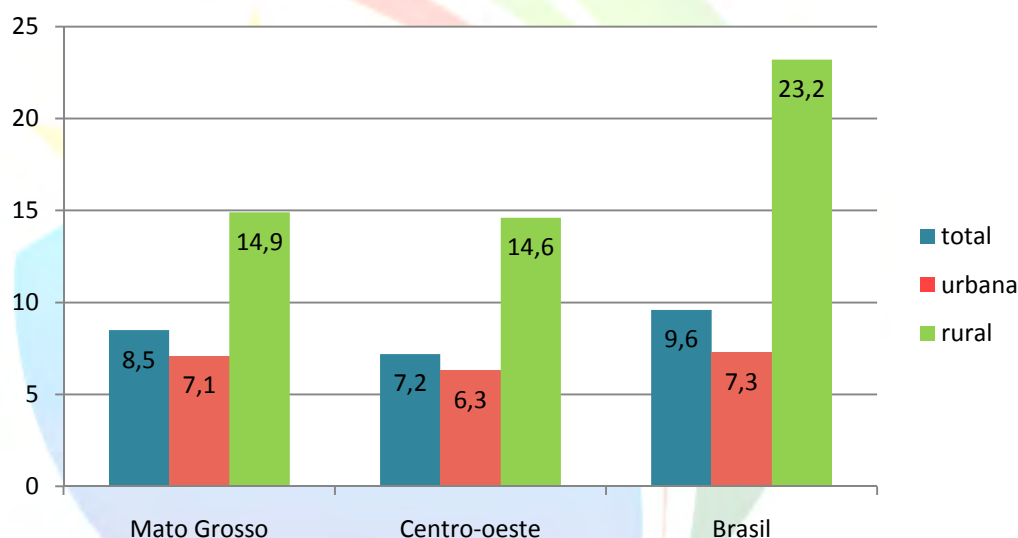
²¹ Para se ter uma idéia, Argentina e Chile alcançaram taxas de analfabetismo em torno de 3%, já no ano de 2000. A depender apenas de fatores demográficos, os índices de Mato Grosso chegarão a esse nível entre 2030 e 2035.

²² Uma das hipóteses para esse arrefecimento está nos fluxos migratórios mais recentes, nos quais tem predominado populações de regiões com elevada incidência de analfabetismo (Nordeste e Norte). Ver Nota Técnica sobre Tendências Demográficas em Mato Grosso.

Nesse mesmo período, a taxa de fecundidade apresentou diminuição expressiva²³. Com isso, a contribuição das gerações mais novas para a redução do analfabetismo tornou-se progressivamente menos significativa.

O analfabetismo, além de mais concentrado na população a partir de 40 anos é, também, mais acentuado na zona rural. Na população de 15 anos ou mais do meio rural em Mato Grosso foi registrada a taxa de 14,9%, superior ao observado na zona urbana. Isto mostra que o perfil do analfabeto que vive no Estado segue as tendências observadas em níveis regional e nacional (Gráfico 41).

Gráfico 41 –Taxa de analfabetismo da população, com 15 anos ou mais, por situação do domicílio – 2010



Fonte: IBGE, 2010.

A taxa de analfabetismo mostrou uma significativa variação entre os municípios mato-grossenses. Nos municípios de Porto Estrela e Campinápolis a taxa ultrapassou a marca de 25,0%. Constam na tabela 2 os doze municípios do Estado que registraram taxas de analfabetismo superiores a 17,0%.

²³ No Brasil, a média de filhos por mulher apresentou o seguinte índice: 5,8 filhos em 1970, 4,4 em 1980, 2,4 em 2000 e 2,0 em 2009. Estas médias em Mato Grosso estiveram acima das médias nacionais, mas convergiram para o padrão nacional em 2009.

Tabela 17 – Municípios mato-grossenses com as maiores taxas de analfabetismo – 2010

	municípios	número de pessoas com 15 anos ou mais	número de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais	taxa de analfabetismo (%)
1	Porto Estrela	2.658	676	25,4
2	Campinápolis	8.545	2.144	25,1
3	Nova Nazaré	1.912	463	24,2
4	Acorizal	4.161	981	23,6
5	Gaúcha do Norte	4.274	1.002	23,4
6	Nossa Senhora do Livramento	8.749	1.999	22,8
7	Jangada	5.494	1.118	20,3
8	Nova Brasilândia	3.424	690	20,2
9	Poconé	23.123	4.131	17,9
10	Reserva do Cabaçal	1.923	344	17,9
11	Barão de Melgaço	5.707	992	17,4
12	Jauru	7.611	1.308	17,2

Fonte: IBGE, 2010.

Os municípios de Lucas do Rio Verde e Nova Mutum apresentaram indicadores bastante satisfatórios. As taxas de analfabetismo, inferiores a 4,0%, ficaram próximas aos níveis considerados normais. Embora o analfabetismo seja mais pronunciado nos municípios rurais, o indivíduo analfabeto, nos municípios mais urbanizados, arca com maiores custos nas áreas social, econômica e psicológica.

Tabela 18 – Municípios mato-grossenses com as menores taxas de analfabetismo – 2010

	municípios	número de pessoas com 15 anos ou mais	número de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais	taxa de analfabetismo (%)
1	Lucas do Rio Verde	34.044	1.113	3,3
2	Nova Mutum	23.547	906	3,8
3	Cuiabá	424.673	18.064	4,3
4	Primavera do Leste	38.976	1.838	4,7
5	Sinop	83.280	4.224	5,1
6	Sorriso	48.656	2.463	5,1
7	Ipiranga do Norte	3.725	193	5,2
8	Santa Rita do Trivelato	1.813	94	5,2
9	Tapurah	7.875	409	5,2
10	Campo Novo do Parecis	20.039	1.110	5,5
11	Campos de Júlio	3.631	205	5,6
12	Sapezal	13.098	741	5,7

Fonte: IBGE, 2010.

É preciso que a principal preocupação da política pública seja zerar a transmissão do analfabetismo para as gerações futuras. Isso requer que 100% das crianças com 6 e 7 anos estejam na escola e que aos 8 anos já estejam, plenamente, alfabetizadas. Estas duas etapas são fundamentais para não comprometer o desempenho escolar nas etapas seguintes²⁴.

A meta estabelecida no Projeto do Plano Nacional de Educação (PPNE) é elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015. Até 2020, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. Para cumprir essas metas, Mato Grosso teria que alfabetizar cerca de 115.062 pessoas até 2020, sendo 45,2 mil delas até 2015. Evidentemente, a meta proposta seria superada se todo esse contingente fosse

24 A taxa de alfabetização de crianças alcança os seguintes índices nas faixas etárias: 51,6% para crianças com seis anos, 83% com 7 anos, 92,5% com 8 anos e 97,2% com 9 anos. Dados obtidos por meio de tabulações especiais a partir de PNAD, 2009.

alfabetizado porque em função dos fatores demográficos e da maior escolarização na base da pirâmide etária²⁵ o analfabetismo seria reduzido.

4.3. Atendimento educacional da população em idade escolar

O Brasil vem conseguindo progressos notáveis, embora tardiamente, no que se refere ao atendimento da população em idade escolar. As taxas de cobertura, crianças de 7 a 14 anos matriculadas, foram praticamente universalizadas no ensino fundamental. Essa etapa recebeu prioridade já nos anos 90, com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF). No ensino médio e na educação infantil, porém ainda persistem problemas devidos a coberturas insuficientes.

As creches, em Mato Grosso, atenderam a cerca de 33,6 mil crianças na faixa etária de 0 a 3 anos e isto correspondia a 17,4% de cobertura. O PPNE, utilizado como referência, prevê atender 50% deste público até 2020. Para alcançar essa meta, o Estado deverá atender mais 63 mil crianças na rede de creches. Foram atendidas 73,5 mil crianças, na faixa etária de 4 a 5 anos ou 71,0% do total de 103,6 mil. Existe, portanto, um déficit de 30 mil matrículas, visto que a meta proposta pelo PPNE é universalizar o atendimento nessa faixa etária. O percentual de crianças com 6 anos que freqüentavam as salas de aula foi de 92,4%, mas havia ainda 3,7 mil crianças que estavam fora da escola. Do contingente de 432,5 mil crianças, de 7 a 14 anos, foram atendidas 418,3 mil que equivaliam a 96,7% do total.

25 Se admitir uma redução natural de 0,29 pontos percentuais ao ano, pode-se esperar uma taxa de analfabetismo em torno de 6,0% em 2020

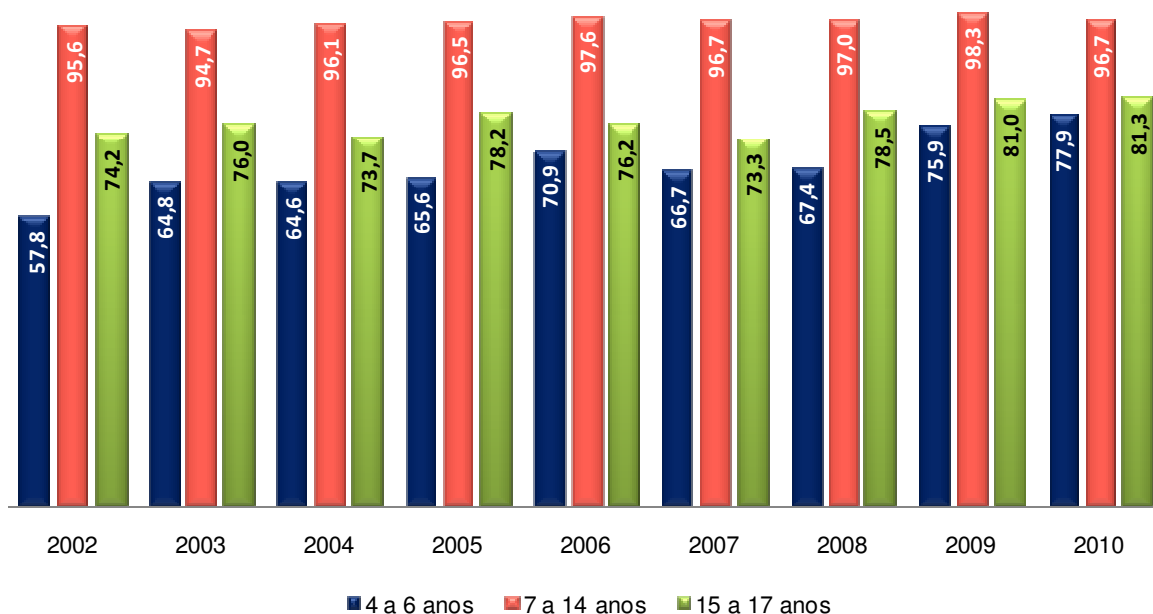
Tabela 19 – Atendimento escolar, por faixa etária, da população de Mato Grosso – 2010

Grupos de idade	número de pessoas que frequentava escola ou creche	número de pessoas fora da escola	taxa de atendimento (%)
0 a 3 anos	33.594		17,4
4 ou 5 anos	73.552	30.087	71,0
6 anos	46.084	3.777	92,4
7 a 14 anos	418.275	14.227	96,7
15 a 17 anos	141.347	32.467	81,3
18 ou 19 anos	48.301		43,7
20 a 24 anos	72.638		25,4
25 anos ou mais	142.283		8,4
4 a 17 anos	679.258	80.558	89,4
Total	976.074		32,2

Fonte: IBGE, 2010.

O atendimento da população na faixa etária de 15 a 17 anos foi de 81,3%, portanto, havia 32,4 mil pessoas que não freqüentam escola. A defasagem escolar é muito elevada nesse grupo de idade, uma vez que apenas 55,1% cursavam o ensino médio em 2009. O PPNE estabelece metas de universalização para as crianças com idades entre 4 a 17 anos que em Mato Grosso corresponde a 759,8 mil pessoas. Deste total, 89,4%, ou seja, 679,3 mil frequentavam escola, conseqüentemente, 80,6 mil crianças ainda não tinha acesso ao ensino formal (Tabela 19).

Gráfico 42 - Atendimento escolar, por faixa etária, em Mato Grosso - 2002-2010



Fonte: Todos pela Educação, 2010

O atendimento escolar para as crianças na faixa de 4 a 6 anos, em 2002, foi de 57,8% e saltou para 77,9% em 2010. No ensino fundamental no mesmo período, praticamente, manteve o percentual de atendimento: foi 95,6% em 2002 e 96,7% em 2010 para a população de 7 a 14 anos. Houve, também, estabilidade no percentual de atendimento aos adolescentes com idades entre 15 e 17 anos que passou de 74,2% para 81,3 %, no período mencionado (Gráfico 42).

4.4 Qualidade da educação

Assegurar uma educação de qualidade para todos é o maior desafio para as próximas décadas. É imperioso reconhecer que o déficit no atendimento e a evasão escolar no ensino médio estão inter-relacionados com a baixa qualidade da educação. Este desafio está apropriadamente resumido na formulação das ações que assegurem condições de acesso, permanência e bom desempenho dos alunos na escola. Salvo em situações mais específicas, caso das populações isoladas e/ ou em situação de maior vulnerabilidade social, a questão do acesso e permanência está relativamente equacionada. Mas, segundo dados oficiais

sobre avaliações, os sistemas educacionais não estão alcançando índices satisfatórios no que se refere ao aprendizado dos alunos. E, em Mato Grosso, essa situação é mais grave que a do Brasil ou a da região Centro-Oeste.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) estabelece o nível mínimo de desempenho que cada aluno deve obter nas avaliações (Quadro 6). Por exemplo, na 3ª série do ensino médio os alunos devem superar 350 pontos em matemática e 300 pontos em língua portuguesa. Considera-se satisfatória, em termos de referência internacional, a situação em que 70% dos alunos estejam com desempenho acima dos pontos especificados²⁶.

Quadro 6 - Pontuação mínima, por disciplina e série, para um aprendizado adequado.

série/etapa	matemática	língua portuguesa
4º/5º anos do ensino fundamental	acima de 225	acima de 200
8º/9º anos do ensino fundamental	acima de 300	acima de 275
3ª série do ensino médio	acima de 350	acima de 300

Fonte: Todos pela Educação, 2009

A tabela 20 apresenta resultados obtidos pelos alunos em 2009 para: Brasil, Centro Oeste e estados do Centro-Oeste. O baixo desempenho é problema generalizado na educação do País e a matemática encontra-se em situação mais crítica. Nos 4º e 5º anos do ensino fundamental, em matemática, apenas 27,7% das crianças mato-grossenses, em todas as redes e dependências administrativas, demonstraram proficiência compatível com o esperado para a etapa. Esse índice caiu para 12,7% no 8º e no 9º anos do ensino fundamental. Na 3º ano do ensino médio o índice foi de apenas 6,0%, pois à medida que a escolarização avança, uma proporção cada vez menor dos alunos consegue alcançar os níveis esperados de proficiência.

²⁶ Ver Nota Técnica preliminar: metodologia para obtenção das metas finais e parciais.

O índice de desempenho dos alunos mato-grossenses, em matemática, é, inquestionavelmente, o mais distante do considerado ideal quando comparado aos brasileiro, sul-mato-grossense, goiano e regional. O índice de desempenho dos alunos dos 4º e 5º anos do ensino fundamental de Mato Grosso foi o único que ficou inferior a 30%. Os índices nacional, regional, sul-mato-grossense e goiano mantiveram-se na casa dos 30% e o Distrito Federal manteve-se acima de 50%. Para os 8º e 9º anos do ensino fundamental, pode-se observar que houve queda significativa no desempenho dos alunos, embora com menor intensidade para os alunos do Distrito Federal. A tendência de queda foi mantida para o desempenho dos alunos do último ano do ensino médio, porém mais acentuada no desempenho dos alunos de Mato Grosso e de Goiás.

Tabela 20 – Percentual de alunos com aprendizado adequado no Brasil, no Centro-Oeste e em estados da região Centro-Oeste – 2009

Séries/etapas	Brasil	Centro-Oeste	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
4º/5º anos do ensino fundamental (língua portuguesa)	34,2	40,2	35,1	31,7	38,5	52,8
4º/5º anos do ensino fundamental (matemática)	32,6	36,2	31,1	27,7	33,2	52,1
8º/9º anos do ensino fundamental (língua portuguesa)	26,3	27,8	33,0	23,9	24,9	34,7
8º/9º anos do ensino fundamental (matemática)	14,8	15,6	18,4	12,7	13,2	22,6
3ª série do ensino médio (língua portuguesa)	28,9	29,5	42,4	21,0	27,0	38,4
3ª série do ensino médio (matemática)	11,0	10,4	14,2	6,0	8,9	17,7

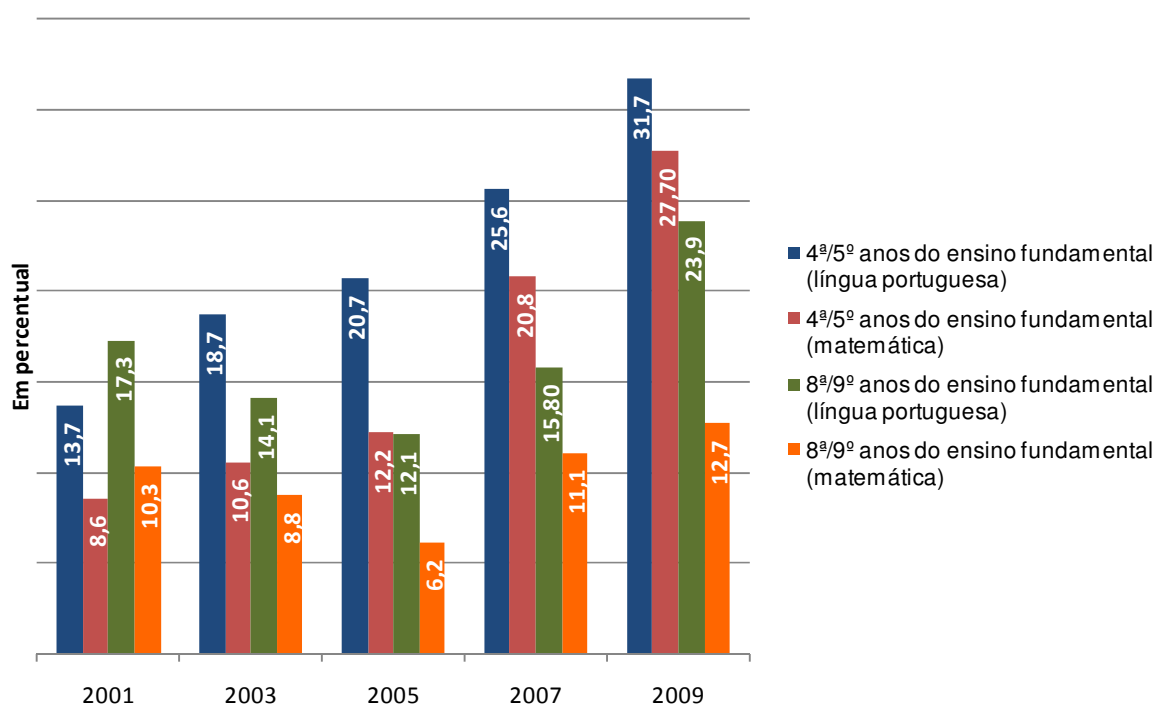
Fonte: Todos pela Educação, 2009

Em língua portuguesa também ocorre queda de desempenho na passagem dos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Nos 4º e 5º anos do ensino fundamental, em 2009, constatou-se que 31,7% dos alunos obtiveram índice de desempenho satisfatório e nos 8º e 9º anos apenas 23,9% conseguiram atingir este índice. Na 3ª série do ensino médio somente 21,0% alcançaram bom nível de desempenho. Mas, pode-se observar que a queda nos desempenhos dos alunos, em língua portuguesa, no estado de Mato Grosso, foram mais

acentuadas entre as etapas do ensino fundamental e que entre a última etapa do ensino fundamental e o final do ensino médio o índice foi significativamente menor.

O desempenho dos alunos mato-grossenses, em língua portuguesa, nos 4º e 5º anos do ensino fundamental foi, significativamente, inferior aos desempenhos dos alunos do Distrito Federal e do Centro-Oeste e mais próximo aos índices nacional, sul-mato-grossense e goiano. Estas relações foram mantidas para os 8º e 9º anos do ensino fundamental, porém com menores diferenças entre os índices. Quanto aos desempenhos obtidos pelos alunos da última etapa do ensino médio, ficou evidenciado que houve maior destaque para o estado de Mato Grosso do Sul e para o Distrito Federal, no entanto a atuação dos alunos mato-grossenses se distanciou das atuações nacional, goiana e regional.

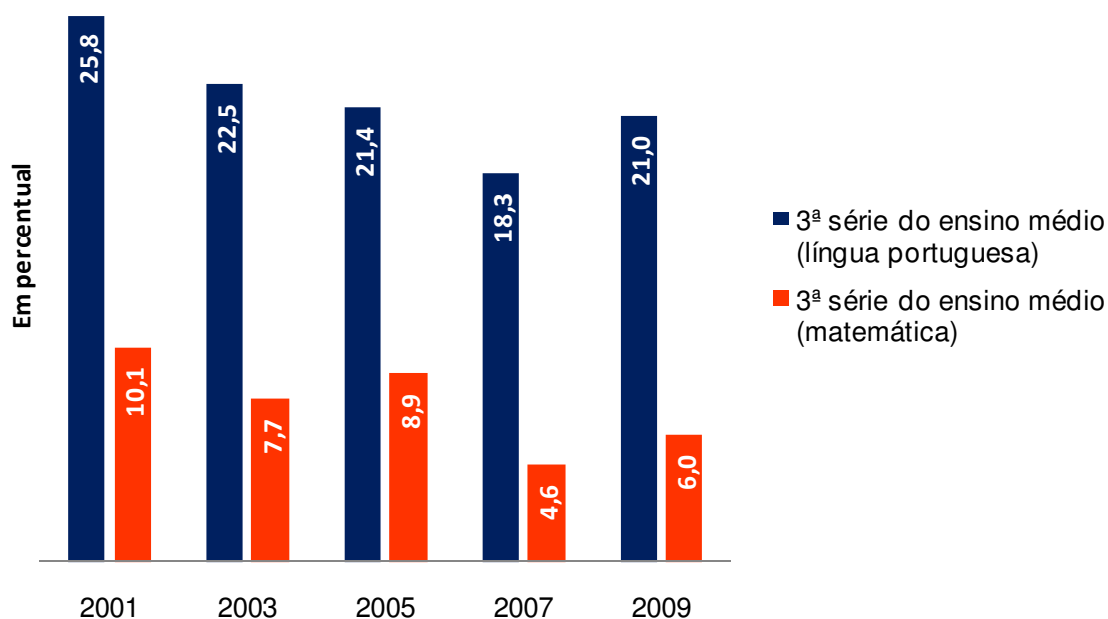
Gráfico 43- Percentual de alunos mato-grossenses com aprendizado adequado, no ensino fundamental, em língua portuguesa e matemática - 2001/2009



Fonte: Todos pela Educação, 2009

Os índices de desempenho dos alunos mato-grossenses no ensino fundamental, apesar de manter-se abaixo dos índices satisfatórios, têm apresentado progressos no período de 2001 a 2009. O percentual de alunos com desempenho satisfatório, nos anos iniciais do ensino fundamental, aumentou de 13,7% para 31,7% em língua portuguesa e passou de 8,6% para 27,7% em matemática. Nos anos finais do ensino fundamental que equivalem aos 8º e 9º anos, o desempenho evoluiu de 17,3% para 23,9% em língua portuguesa e de 10,3% para 12,7% em matemática (Gráfico 43).

Gráfico 44 - Percentual de alunos mato-grossenses com aprendizado adequado, no ensino médio, em língua portuguesa e matemática - 2001/2009



Fonte: Todos pela Educação, 2009.

O desempenho dos alunos no último ano do ensino médio em Mato Grosso, no período de 2001 a 2009, apresentavam índices preocupantes. O percentual de alunos com aprendizado satisfatório caiu de 25,8% para 21,0% em português e de 10,1% para 6%, em matemática (Gráfico 44). Os resultados das avaliações oficiais lançaram uma grande interrogação sobre até que ponto o ensino médio

consegue agregar algum valor em termos de conhecimento adicional e sobre as possíveis causas desse fenômeno.

Gráfico 45 – Percentual de alunos mato-grossense com aprendizado inadequado, na 3ª série do ensino médio, em língua portuguesa – 2005

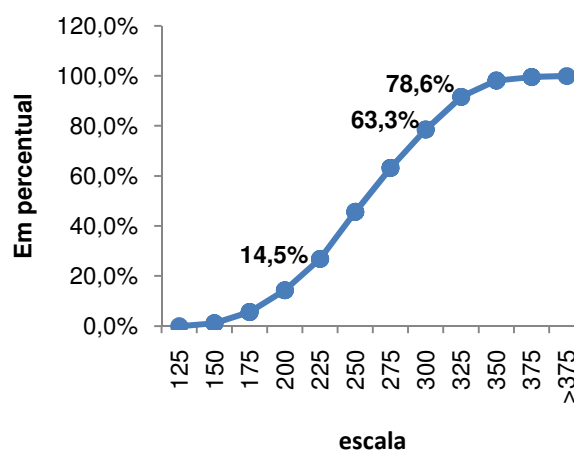
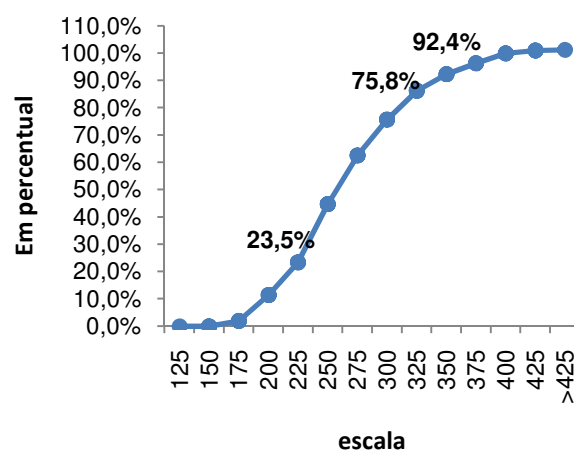


Gráfico 46 - Percentual de alunos mato-grossense com aprendizado inadequado, na 3ª série do ensino médio, em matemática – 2005



Nota²⁷: Elaborado pela SEPLAN, 2012

Inquestionavelmente, é grande o percentual de alunos que, ao final da educação básica, não consegue resolver questões com o nível de complexidade estabelecido para os 8º e 9º anos do ensino fundamental. Dados de 2005²⁸ indicavam que 63,3% dos alunos da 3ª série do ensino médio, em língua portuguesa, não atingiram o desempenho esperado para alunos dos 8º e 9º anos do ensino fundamental. Em matemática, 75,8% desses alunos não conseguiam resolver problemas que um aluno dos 8º e 9º anos do ensino fundamental deveriam ser capazes de resolver (Gráfico 45 e 46).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) considera que duas variáveis são importantes nas avaliações: o rendimento escolar, cujas taxas de

²⁷ Os dados foram obtidos por meio de tabulações especiais, a partir dos dados do SAEB/INEP/MEC.

²⁸ O ano de 2005 foi último ano para o qual o MEC disponibilizou dados detalhados.

aprovação são obtidas no censo escolar e a proficiência que tem como base as notas dos alunos nas avaliações do SAEB e na Prova Brasil.

Os índices obtidos pelos alunos mato-grossenses nas avaliações IDEB, em termos percentuais, referentes ao quesito rendimento escolar nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, estavam equiparadas às variações médias nas taxas nacional e regional, porém bem aquém dos padrões estabelecidos internacionalmente. Os rendimentos apresentados pelos alunos da 3ª série do ensino médio mantiveram-se abaixo das médias nacional e regional, no entanto, apresentaram variações percentuais significativas porque a situação estadual encontrava-se bem distanciada dos índices já mencionados e, em virtude de um esforço do setor educacional, conseguiu equiparar-se às referidas médias.

Tabela 21 –Variações nas taxas das aprovações dos alunos nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio - 2005/2009

Anos iniciais do ensino fundamental	2005	2007	2009	variação percentual
Mato Grosso	3,6	4,4	4,9	36,1
Centro-Oeste	4,0	4,4	4,9	22,5
Brasil	3,8	4,2	4,6	21,1
Anos finais do ensino fundamental	2005	2007	2009	variação percentual
Mato Grosso	2,9	3,6	4,3	48,3
Centro-Oeste	3,4	3,8	4,1	20,6
Brasil	3,5	3,8	4,0	14,3
3ª série do ensino médio	2005	2007	2009	variação percentual
Mato Grosso	2,6	3,0	3,2	23,1
Centro-Oeste	3,3	3,4	3,5	6,1
Brasil	3,4	3,5	3,6	5,9

: Fonte: MEC/INEP, 2010

A tabela 21 contém as avaliações do IDEB, referentes a proficiências dos alunos, para Mato Grosso, Centro-Oeste e Brasil, entre 2005 e 2009. Observa-se que, no ensino fundamental, Mato Grosso melhorou seus indicadores que ficaram acima das médias nacional e regional, porém ocorreu o inverso em relação ao ensino médio. O avanço observado no ensino fundamental pode ser, em parte,

atribuído a melhorias na proficiência dos alunos, conforme tabela 22. No ensino médio, a melhoria no IDEB, deve-se quase que, exclusivamente, ao aumento das taxas de aprovação, uma vez que não houve alterações nos níveis de proficiência.

Tabela 22 – Variações nas taxas de proficiências dos alunos nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio - 2005/2009

Anos iniciais do ensino fundamental - língua portuguesa	2005	2007	2009	variação percentual
Mato Grosso	166,5	175,5	184,5	10,81
Centro-Oeste	175,7	179,5	190,1	8,20
Brasil	172,3	175,8	184,3	6,96
Anos iniciais do ensino fundamental - matemática	2005	2007	2009	variação percentual
Mato Grosso	176,4	192,1	202,3	14,68
Centro-Oeste	186,6	196,1	208,6	11,79
Brasil	182,4	193,5	204,3	12,01
Anos finais do ensino fundamental – língua portuguesa	2005	2007	2009	variação percentual
Mato Grosso	224,7	229,3	243,2	8,23
Centro-Oeste	233,1	235,6	246,2	5,62
Brasil	231,8	234,6	244	5,26
Anos finais do ensino fundamental - matemática	2005	2007	2009	variação percentual
Mato Grosso	231,6	243,3	247,1	6,69
Centro-Oeste	239,7	249,6	250,6	4,55
Brasil	239,5	247,4	248,7	3,84
3ª série do ensino médio - língua portuguesa	2005	2007	2009	variação percentual
Mato Grosso	255,7	253,8	260,4	1,84
Centro-Oeste	261,6	262,6	269,3	2,94
Brasil	257,6	261,4	268,8	4,35
3ª série do ensino médio – matemática	2005	2007	2009	variação percentual
Mato Grosso	263,6	264,6	263,7	0,04
Centro-Oeste	274,5	275,4	274,6	0,04
Brasil	271,3	272,9	274,7	1,25

Fonte: MEC/INEP

Os conceitos nas avaliações utilizados pelo IDEB variam de zero a dez. A meta do Ministério da Educação é elevar o IDEB do Brasil para níveis de referência

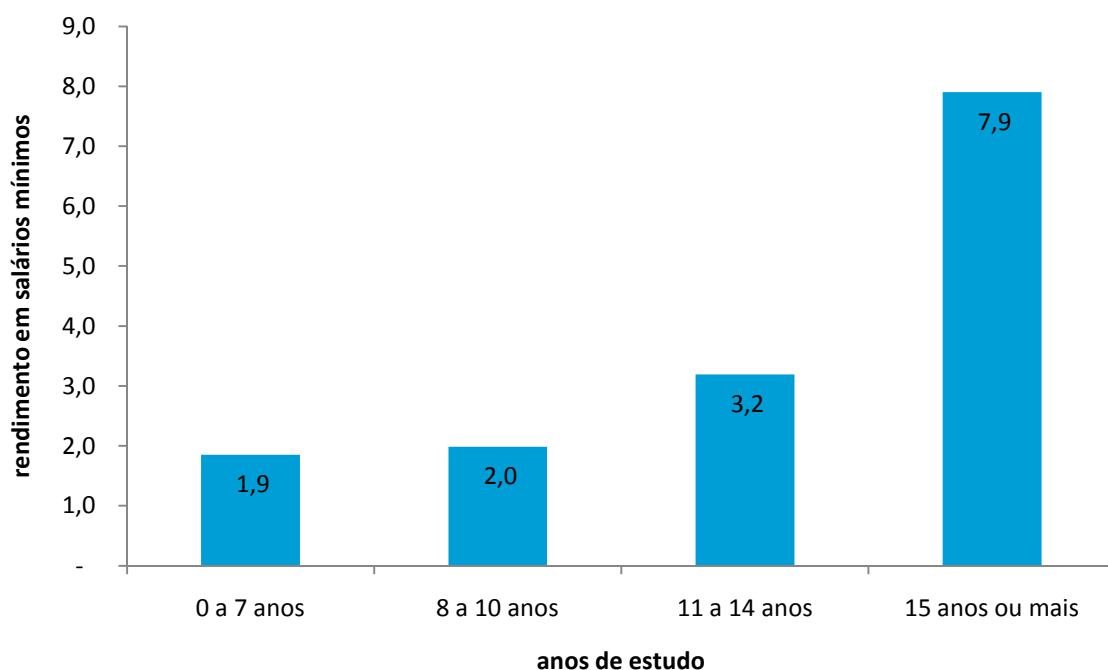
internacional: 6,0 para os anos iniciais do ensino fundamental, 5,5 para os anos finais do ensino fundamental e 5,2 para o ensino médio, até 2021, véspera do bicentenário da independência do País. Assim, espera-se que até essa data, o Brasil, em todas as redes de ensino, atinja essas metas.

4.5 Acesso ao ensino superior

O novo PPNE, em tramitação no Congresso Nacional, pretende dobrar, em um prazo de 10 anos, o atendimento da população com 18 a 24 anos no ensino superior. Os dados oficiais indicam que o gargalo do acesso à educação superior está na população com baixa renda. Em Mato Grosso, metade da população de 18 a 24 anos pertence a esse estrato de renda, mas apenas 16% dos jovens atendidos na educação superior estão nesse estrato. Um dos desafios para democratizar o acesso ao ensino superior é qualificar a educação básica e minimizar a evasão escolar.

O ensino superior é o nível escolar que proporciona maior retorno econômico, pelo menos do ponto de vista individual, por favorecer maior ascensão social. Em Mato Grosso, gráfico 45, o rendimento médio das pessoas ocupadas vai de 1,5 salário mínimo, na população com menos de 1 ano de estudo, passando por 2,0 salários mínimos entre os que possuem o nível fundamental completo e chega a 3,2 salários mínimos entre aqueles com escolarização básica completa. O rendimento médio salta para 7,9 salários mínimos para as pessoas que têm formação superior. É um acréscimo de 147,5% com relação aos que possuem escolarização básica ou de 298,0% com relação aos que possuem apenas o nível fundamental de ensino. Além de rendimentos mais elevados, a educação superior reduz o risco do desemprego. Em 2008, dados da PNAD, a taxa de desocupação na população com curso superior era de 2,3%, menos da metade dos 5,8% verificados no total da População Economicamente Ativa (PEA).

Gráfico 47 – Rendimento médio, em salário mínimo, das pessoas ocupadas em Mato Grosso, segundo os anos de estudo – 2008



Nota²⁹: Elaborado pela SEPLAN, 2012

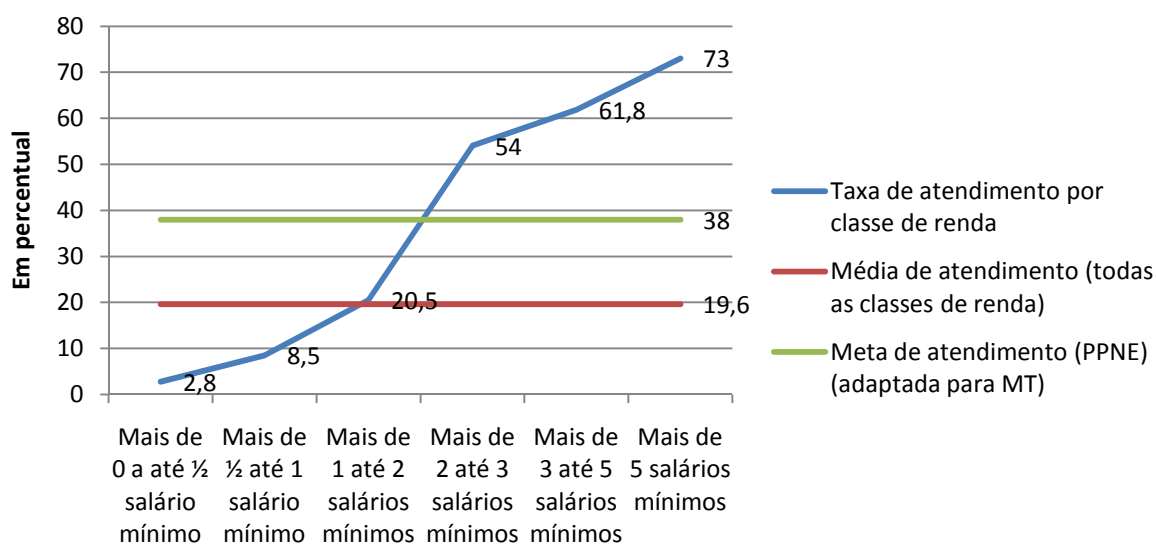
O acesso ao ensino superior continua sendo um privilégio em que pese esforços recentes³⁰ para minimizar esta situação, como: ampliações de vagas pelo Pro-Uni e financiamento estudantil. Em Mato Grosso, gráfico 12, entre os jovens pobres com 18 a 24 anos com renda domiciliar *per capita* de até 1/2 salário mínimo, a taxa de atendimento no ensino superior foi de apenas 2,8%. Nas famílias com renda acima de 2 salários mínimos *per capita* o atendimento é de 60,7%, chegando a 73% entre os jovens de famílias com mais de 5 salários mínimos por pessoa, dados de 2008. Na média, a taxa de atendimento no ensino superior para todas as classes de renda, em Mato Grosso, era de 19,6%. Esse percentual colocava o Estado entre os mais bem sucedidos nesse quesito. É preciso considera, porém, que os mais pobres, além do baixo índice de acesso,

²⁹ Os dados foram obtidos por meio de tabulações especiais, a partir dos dados da PNAD, 2009. Exclusive população sem rendimento ou sem declaração de rendimento.

³⁰ Em termos relativos, a chance de um jovem situado entre os 10% mais ricos frequentar o ensino superior é 24 vezes maior do que a chance de um jovem entre os 20% mais pobres.

podem estar em carreiras menos prestigiadas e com menor chance de promover mudanças socioeconômicas mais significativas.

Gráfico 48 – Taxa de atendimento da população de 18 a 24 anos no ensino superior em Mato Grosso, segundo o rendimento domiciliar *per capita* – 2008



Nota³¹: Elaborado pela SEPLAN, 2012

Alguns entraves apresentam-se como fator limitante à democratização do acesso ao ensino superior, por exemplo: baixa qualidade do ensino e reduzida taxa de conclusão da educação básica. Em 2008, apenas 21,7% dos jovens mato-grossenses com 18 a 24 anos, em famílias com renda *per capita* de até 1/2 salário mínimo, possuía o ensino médio completo, tabela 4. Nessa mesma faixa etária, o índice os jovens, nas famílias com renda familiar superior a 5 salários mínimos por pessoa, foi de 86,5%.

³¹ Os dados foram obtidos por meio de tabulações especiais, a partir dos dados da PNAD, 2009.

Tabela 23 – Percentual dos jovens mato-grossenses com 18 a 24 anos que concluíram o ensino médio, segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita* - 2008

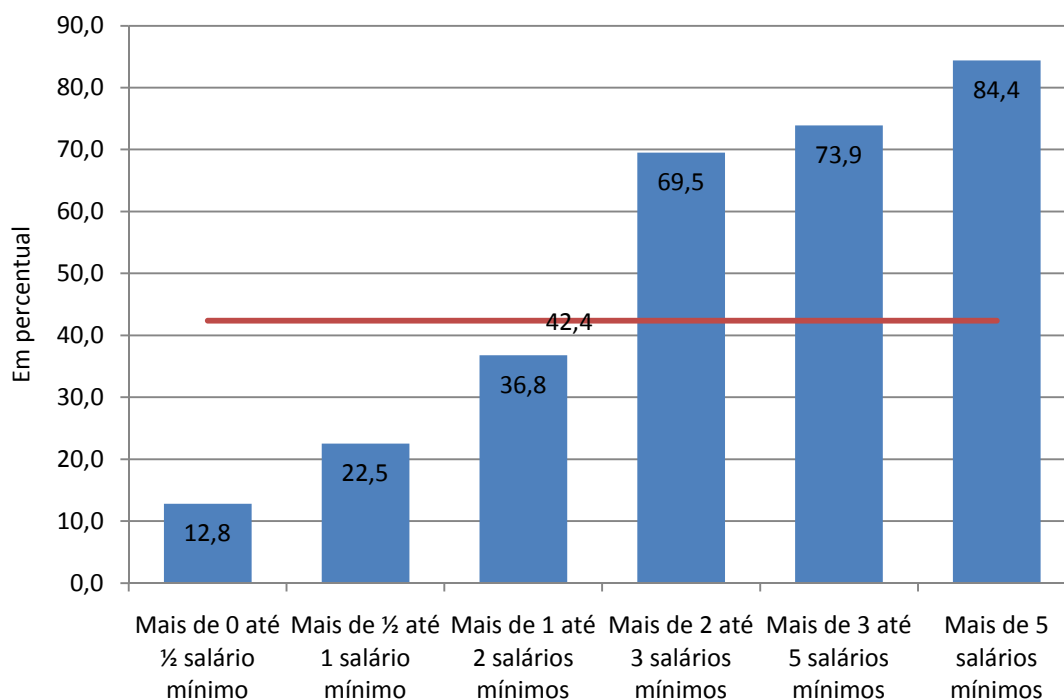
Classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Taxa de conclusão do ensino médio (jovens de 18 a 24 anos)
Até ½ salário mínimo	21,7
Mais de ½ até 1 salário mínimo	37,6
Mais de 1 até 2 salários mínimos	55,8
Mais de 2 até 3 salários mínimos	77,6
Mais de 3 até 5 salários mínimos	83,6
Mais de 5 salários mínimos	86,5
Todas (inclusive as sem rendimentos e as sem declaração de rendimentos)	47,8

Nota³²: Elaborado pela SEPLAN, 2012

Se todos os jovens com ensino médio completo, nesta faixa etária, fossem matriculados no ensino superior, a taxa de atendimento chegaria a, no máximo, 47,8% e, em termos atuais, a meta proposta pelo PPNE equivaleria a atender a 80% da demanda potencial em Mato Grosso. Pode-se comprovar que os baixos índices de conclusão do ensino médio estão nas classes de renda mais baixa.

³² Os dados foram obtidos por meio de tabulações especiais, a partir dos dados da PNAD, 2009.

Gráfico 49 – Percentual de jovens mato-grossenses com 18 a 24 atendidos no ensino superior em relação aos que concluíram o ensino médio, segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita* – 2008



Nota³³: Elaborado pela SEPLAN, 2012

A demanda potencial atendida, nas classes com maior renda, é bastante elevada (Gráfico 47). Entre os jovens que possuíam ensino médio completo e pertenciam a famílias com renda *per capita* acima de cinco salários mínimos, 84,4% estavam na educação superior. Entre os jovens mais pobres, a taxa de atendimento era de apenas 12,8%.

4.6 Educação profissional

A educação profissional é apresentada como uma modalidade educacional na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)³⁴ Esta modalidade de educação esteve

³³ Os dados foram obtidos por meio de tabulações especiais, a partir dos dados da PNAD, 2009.

agregada ao ensino de 2º grau, atual ensino médio, até 1996, quando então passou a ter identidade própria. Sua característica marcante é a capacidade de integrar-se a diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia com o objetivo de conduzir o educando ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Pode ser desenvolvida em escolas, em instituições especializadas ou no próprio ambiente de trabalho.

A educação profissional, com base na legislação em vigor no Brasil, está classificada em três níveis:

1. Básico: modalidade de educação não-formal e de duração variável;
2. Técnico: destinado a jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, mas cuja titulação pressupõe a conclusão da educação básica de 11 anos;
3. Tecnológico: destinado à formação superior de jovens e adultos, tanto na graduação como na pós-graduação.

Vale ressaltar que a formação profissional não termina com a conquista de um certificado ou diploma. A nova política educacional estabelece a educação continuada/permanente, como forma de atualizar, especializar e aperfeiçoar jovens e adultos em seus conhecimentos. Outro parâmetro importante, neste contexto, são as metas do Plano Estadual de Educação relativas à educação tecnológica e à formação profissional e voltadas para a construção de uma nova educação profissional.

No estado de Mato Grosso, a oferta de cursos destinados a esta modalidade de ensino nas unidades escolares dos municípios é de caráter, predominantemente, privado. Dentre as unidades escolares públicas destacam-se as de âmbito federal, seguidas da rede estadual e municipal (Tabela 24).

³⁴ Lei nº. 9.394/96 - Título VI, Capítulo III, artigo 39: desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Tabela 24 - Evolução das unidades escolares da educação profissional, em Mato Grosso, por dependência administrativa - 2005-2009

Ano	Unidades Escolares				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
2005	13	3	1	3	6
2006	17	7	1	2	7
2007	10	2	-	2	6
2008	22	1	4	1	16
2009	26	5	6	1	14

Fonte: SEPLAN, 2010.

A quantidade de docentes na educação profissional, entretanto, é mais significativa na rede pública federal. Pressupõe-se que isto ocorra, em função da concentração da oferta de cursos de nível básico e tecnológico, atendidos por maior número de docentes (Tabela 25).

Tabela 25 – Evolução do número de docentes por dependência administrativa na educação profissional - 2005-2009

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
2005	408	255	55	20	78
2006	325	195	55	12	63
2007	552	405	-	23	124
2008	320	121	81	5	113
2009	437	189	134	5	109

Fonte: SEPLAN, 2010.

É válido anotar que a oferta de educação profissional, no Estado, ainda é muito baixa, pois ocorre, somente, em alguns municípios (Quadro 7). Essa pouca participação dos municípios na educação profissional evidencia a defasagem entre oferta e demanda e pode refletir, também, do ponto de vista de avaliação prática, nos impactos dos programas públicos e privados. Nesse contexto, a educação profissional pode ser oferecida pelas escolas técnicas federais, estaduais, municipais e privadas, sendo que nestas últimas estão incluídos os estabelecimentos do chamado Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço de Apoio à Pequena e Microempresa (SEBRAE) e, também, instituições empresariais, sindicais, comunitárias e filantrópicas.

Quadro 7 – Municípios que oferecem educação profissional - 2005 – 2009

Ano	Municípios
2005	Campo Novo do Parecis, Cuiabá, Cáceres, Nova Mutum, Poxoréu, Rondonópolis.
2006	Brasnorte, Cáceres, Campo Novo dos Parecis, Cuiabá, Nova Mutum, Poxoréu, Rondonópolis, Sorriso, Tangará da Serra.
2007	Barra do Garças, Cuiabá, Rondonópolis, Sorriso, Tangará da Serra, Tapurah, Várzea Grande
2008	Barra do Garças, Cuiabá, Poxoréu, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sorriso, Tangará da Serra, Tapurah, Várzea Grande.
2009	Alta Floresta, Aripuanã, Barra do Garças, Campo Novo dos Parecis, Cuiabá, Diamantino, Juara, Matupá, Nova Mutum, Pontes e Lacerda, Poxoréu, Primavera do Leste, Rondonópolis, Santo Antônio de Leverger, Sinop, Sorriso, Tangará da Serra, Tapurah, Várzea Grande.

Fonte: SEPLAN, 2010.

As instituições federais responderam, no período de 2005 a 2007, pela maioria das matrículas, devido sua presença mais acentuada na rede pública. O número de matrículas das instituições privadas, em 2008, superou as matrículas na esfera federal. Em 2009, as matrículas da rede estadual suplantaram as matrículas das unidades particular e federal (Tabela 26). Muitas pessoas puderam ser beneficiadas pela ampliação da oferta de vagas, nas diferentes dimensões da educação profissional, e também, muitas foram atendidas para além dos efeitos da educação formal.

Tabela 26 – Evolução das matrículas por dependência administrativa na educação profissional - 2005-2009

Ano	Matrículas				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
2005	4771	2202	1741	213	615
2006	4156	1767	1429	184	776
2007	2227	1536	-	107	584
2008	4112	1.054	1.144	106	1808
2009	4960	1451	1876	110	1523

Fonte: SEPLAN, 2010.

Em Mato Grosso é preciso universalizar os acessos à educação infantil, ao ensino médio e melhorar a qualidade em todas as etapas, especialmente, no ensino médio. Nesta etapa não houve progressos significativos. No Estado, segundo o censo demográfico de 2010, aproximadamente, 80,6 mil crianças na faixa etária de 4 a 17 anos estão fora da escola.

O ensino médio carece de uma identidade, uma função social mais bem definida. Para as classes de maior renda ele tem caráter propedêutico, isto é, permite o acesso ao ensino superior. Para a maioria da população, esta etapa do ensino não tem dado contribuição significativa, porque não prepara para o mercado de trabalho, não viabiliza o acesso ao ensino superior e não proporciona os alunos níveis adequados de conhecimento.

Na educação de jovens e adultos existe uma dívida social que deve ser resgatada. Mato Grosso, para cumprir a meta do PPNE, tem que alfabetizar 115.000 pessoas. Para elevar os níveis de escolaridade desta população para patamares próximos aos registrados no Sul e Sudeste do Brasil, precisa incentivar os jovens e os adultos a completar níveis básicos de ensino.

Em Mato Grosso, 19,6% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos foram atendidos no ensino superior. Neste nível de ensino, o desafio é ampliar o atendimento para a população com menor renda, sobretudo, para famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo. A taxa de conclusão de apenas 21,8%

dos jovens pobres com idades entre 18 e 24 anos constitui-se em um desafio para propiciar o acesso no ensino superior. Proporcionar atendimento a população de baixa renda requer políticas mais intensivas de apoio e assistência ao estudante, capazes de assegurar-lhes condições de permanência e conclusão dos estudos. O financiamento deficitário da educação básica dificulta a expansão do atendimento no ensino superior. Os recursos disponíveis para o financiamento da educação básica não permitem oferecer salários condizentes aos profissionais da educação e nem solucionar déficit histórico dos investimentos na rede escolar³⁵.



³⁵ Em Mato Grosso, o professor da educação básica (todas as redes) com formação superior completa ganha, em média, 51,2% do rendimento médio auferido pelo demais trabalhadores com o mesmo grau de escolaridade e jornada de trabalho equiparável. Dados obtidos por meio de tabulações especiais da PNAD indicaram que o piso nacional do magistério, de R\$ 1.187 em 2011, era suficiente apenas para evitar que os professores ficassem entre os 20% com a pior remuneração do mercado de trabalho. Ver nota técnica sobre Salários na educação e salários no mercado de trabalho: quanto vale um professor?.

V. BIOMAS DE MATO GROSSO

Este tópico é dedicado aos Biomas de Mato Grosso, mas limita-se a caracterizações gerais e destaca algumas de suas particularidades fundamentais. Na primeira parte do capítulo dá-se ênfase a alguns aspectos gerais do Estado e, no segundo, estão apresentadas as principais especificações dos biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal, relativas a vegetação, fauna, clima, solos e atividades antrópicas.

5.1 Caracterização dos biomas de Mato Grosso

5.1.1 Características gerais do Estado

Mato Grosso é um dos maiores estados brasileiros, em extensão territorial, com uma área de 903.386,1 km². O Estado, apesar da vasta extensão territorial, tem baixa densidade demográfica, apenas 3,3 habitantes por km². Atualmente, o Estado está constituído por 141 municípios e possui uma população de 3.035.122 de habitantes. Isto representa pouco mais de 21,6% da população total da região Centro-Oeste, e 1,6% da população brasileira, (IBGE, 2010).

Neste espaço localizam-se, também, as nascentes de inúmeros cursos d'água que formam 03 (três) grandes bacias hidrográficas do País: a Amazônica, a Platina e a Araguaia-Tocantina. Concentra-se, em território mato-grossense, parte significativa do sistema hidrográfico do Centro-Oeste e do Brasil e como já referido, contribui para a formação de importantes bacias hidrográficas (Apêndice 3). Os principais rios de Mato Grosso que formam as 03 (três) grandes bacias, são: Juruena, Teles Pires, Xingu, Araguaia, Paraguai, Piquiri, Guaporé, Cuiabá, São Lourenço e Mortes.

Em Mato Grosso predominam os climas: equatorial continental úmido e o equatorial tropical. O equatorial continental úmido abrange a porção centro-norte e o equatorial tropical atinge a maior parte das regiões centro-sul e leste de Mato Grosso. As temperaturas elevadas prevalecem no Estado e são decorrentes desses tipos climáticos. As temperaturas médias situam-se entre 22º e 26ºC nas regiões

com clima equatorial úmido e entre 20º e 28 °C nas regiões com clima equatorial tropical.

Outra característica importante do Estado está nas diferentes formas de relevo, cuja paisagem é formada por: planaltos, depressões e planícies. Os planaltos identificados em Mato Grosso são: o Planalto e a Chapada do Parecis, o Planaltos e a Chapada dos Guimarães, o Planalto do Alcantilados, o Planaltos e as Serras Residuais do Norte, do Guaporé e do Alto Paraguai, a Província Serrana, o Planalto do Arruda-Mutum e o Planalto de São Vicente. Formam o relevo, também as depressões do Norte de Mato Grosso, do Guaporé, do Araguaia, do Alto Paraguai, a Cuiabana e a Interplanáltica de Paranatinga e as Planícies e Pantanaís dos rios Guaporé e Paraguai e a Planície do rio Araguaia (HIGA, 2005).

Mato Grosso tem grandes extensões de solos com baixa fertilidade devido à alta salinidade, presença de rochas e textura arenosa. Há casos em que os solos têm deficiências de determinados nutrientes, mas com fertilidade natural média. Além disso, ocorrem áreas com fertilidade natural média e alta, com topografias favoráveis à mecanização, mas que apresentam características físicas regulares em razão de má drenagem e por estarem sujeitas a excesso de água em determinados períodos do ano, por exemplo, várzeas do rio Cuiabá e de seus tributários.

Essas características permitem que exista, no Estado, uma ampla diversidade de paisagens naturais, sobretudo, da cobertura vegetal com predomínio de florestas (ombrófila e estacional) e, savanas (cerrados), com ocorrência de espécies de fauna e flora distintas, com alta incidência de endemismo. A expressiva riqueza em recursos naturais tem proporcionado acelerados processos de expansão econômica e demográfica, porém com diferentes impactos antrópicos.

O rápido crescimento da economia, decorrente dos investimentos em rodovias e de incentivos fiscais e creditícios, concedidos nas últimas décadas, pelos Governos Estadual e Federal, promoveu a expansão acelerada da fronteira agrícola. A forte expansão da agropecuária no território estadual provocou alterações no ambiente natural.

Os resultados dessas ações antrópicas, com diferentes graus de intensidades, foram as degradações dos recursos naturais por: desmatamento das reservas florestais, deterioração dos recursos hídricos e assoreamento dos rios, degradação dos solos e diminuição da biodiversidade no Estado.

Apesar disso, o Estado e a União intensificaram ações que visavam minimizar as pressões antrópicas sobre os recursos naturais, particularmente, as relacionadas ao desmatamento da cobertura vegetal dos biomas mato-grossenses. Mesmo assim, até 2009, foram desmatados 35,3 milhões de hectares dos 90,2 milhões de hectares, área total de Mato Grosso (Tabela 27). Isto equivale a 39,2% da área total dos biomas. Foram desmatados 35,2% do bioma Amazônia, 47,1% do Cerrado e 24,1% do Pantanal.

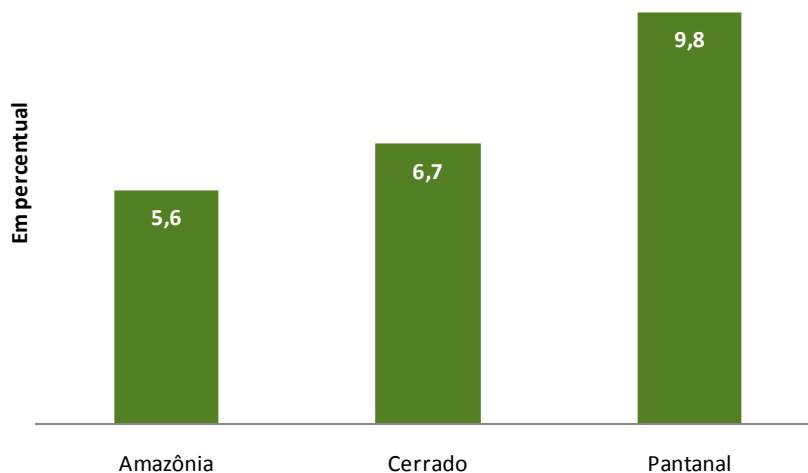
Tabela 27 – Percentual da área desmatada por bioma em Mato Grosso – 2011

Biomass	área total (ha)	área desmatada até 2009 (ha)	%
Amazônia	48.099.194,7	16.919.878,4	35,2%
Cerrado	35.984.775,5	16.964.318,5	47,1%
Pantanal	6.110.286,5	1.472.045,1	24,1%
Total	90.194.256,7	35.356.241,9	39,2%

Fonte: SEMA, 2011.

Cabe destacar, também, outros fatores que ajudaram a reduzir os impactos das ações humanas no meio ambiente. Ocorreram melhorias no sistema de gestão ambiental do Estado, proporcionadas por uma legislação moderna que permite a definição de Unidades de Conservação (UC) no território estadual. Existem em Mato Grosso, segundo a SEPLAN, 103 UC's sendo: 23 federais, 46 estaduais e 34 municipais. Estas unidades abrangem uma área 5,41 milhões de hectares que correspondem 6,0% do território mato-grossense (Apêndices 4, 5 e 6).

Gráfico 50 – Percentual das Unidades de Conservação (UC) por biomas em Mato Grosso – 2010



Fonte: SEMA, 2010.

As áreas legalmente protegidas no território de Mato Grosso incluem, também, terras indígenas; territórios quilombolas e outras áreas como: jardim zoobotânico, lagoa Paiaguás e planície alagável da bacia do Alto Paraguai (Apêndice 7).

A consolidação de áreas legalmente protegidas nos últimos anos e o controle mais rigoroso do desmatamento contribuíram para diminuir os efeitos das pressões antrópicas decorrentes, sobretudo, da expansão das atividades econômicas e do crescimento demográfico. O fortalecimento do sistema de gestão ambiental do Estado pode melhorar a relação entre a economia e o meio ambiente, pois favorecer o crescimento econômico com preservação dos recursos naturais constitui um diferencial importante para o desenvolvimento estadual.

Nesse território, figura 11, encontram-se 03 (três) importantes biomas³⁶ brasileiros: Amazônia, Cerrado e Pantanal. O maior dos três biomas em território

³⁶ bioma é um conjunto de diferentes ecossistemas com certo grau de homogeneidade, comunidades biológicas, ou seja, as populações de organismos da fauna e da flora interagindo entre si e interagindo também com o ambiente físico chamado biótopo.

mato-grossense é o bioma Amazônia e ocupa 53,6%, sobretudo, na parte norte. O bioma Cerrado abrange 39,6% do território e estende-se desde as divisas com os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul até a divisa com Rondônia. O Pantanal ocupa 6,8% da parte sul do Estado.

Figura 11 – Biomas de Mato Grosso – 2011



Fonte: IBGE, 2011.

5.1.2 Bioma Amazônia

O bioma Amazônia abrange uma área de 49.053.882,8 hectares na porção norte de Mato Grosso. Nesse espaço geográfico, equivalente a 54,1% do território mato-grossense, vivem, aproximadamente, 1,0 milhão de pessoas. Este bioma, no sentido leste-oeste, estende-se desde os municípios de Canarana, Ribeirão Cascalheira, Bom Jesus do Araguaia, Alto Boa Vista, Canabrava do Norte, Santa Terezinha e Vila Rica até o extremo oeste, limite com o estado de Rondônia e até o sudoeste, limite com a Bolívia (Figura 11). A vegetação é constituída por grandes porções de florestas: ombrófila e estacional, ora em blocos contínuos, ora entremeados por porções de cerrados e campinaranas.

Ocorrem nesse bioma três tipos de clima: equatorial continental úmido com estação de seca definida pela depressão sul-amazônica, clima sub-equatorial continental úmido do planalto dos Parecis e clima tropical continental alternadamente úmido e seco. Predomina temperaturas elevadas, com média situada entre 22 e 26°C. Outra característica deste bioma está nas suas diferentes formas de relevo e nas paisagens formadas por: planalto dos Parecis, serras residuais, depressão do Alto Paraguai, depressão do Guaporé e depressão Cuiabana, baixo planalto Jauru-Rio Branco e morros

O solo é outro elemento estruturante de grande importância para o bioma Amazônia. Há solos de boa a média fertilidade como podzólicos argilosos e latossolos, embora ocorra também em areias quartzosas (com grossa camada de serapilheira) ou em solos aluviais. Nas áreas de interflúvios tabulares e superfícies pediplanadas estão os solos do tipo latossolo amarelo (bacia do Guaporé) ou terraços quaternários da depressão do Pantanal (confluência do rio São Lourenço com o rio Cuiabá), em solos do tipo podzólico e plintossolo.

As atividades agropecuárias e a exploração madeireira são as principais responsáveis pela degradação ambiental e, particularmente, pelo desmatamento da cobertura vegetal. A abertura de estradas, em direção ao norte do Estado, permitiu o acesso a áreas preservadas e a práticas de atividades econômicas como:

exploração de madeira nativa, pecuária extensiva, agricultura mecanizada e extração mineral.

Os impactos da ação antrópica provocados pelo avanço da fronteira agrícola, com abertura de novas áreas de pastagens e de terras para a implantação de lavouras, mas, principalmente, para o cultivo da soja são percebidos em diversas partes desse Bioma. Na porção central do bioma Amazônia as coberturas florestais já se encontram muito alteradas e estão sob forte pressão do desmatamento.

A pressão do desmatamento também é forte no sudeste, limite sul do Parque do Xingu, nos municípios de Gaúcha do Norte e parte de Querência e concentra-se sobre as cabeceiras dos formadores do rio Xingu. Essa situação indica a possibilidade de interferência na qualidade das águas superficiais e subterrâneas devido ao avanço da agricultura moderna, em especial, o plantio da soja e ao uso, em larga escala, de fertilizantes e defensivos agrícolas.

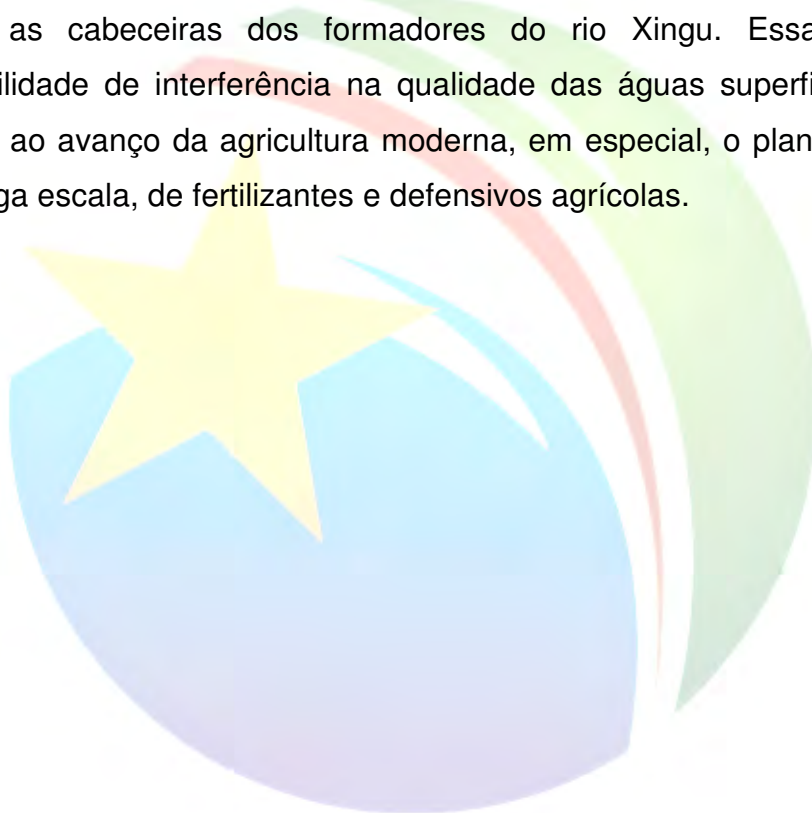
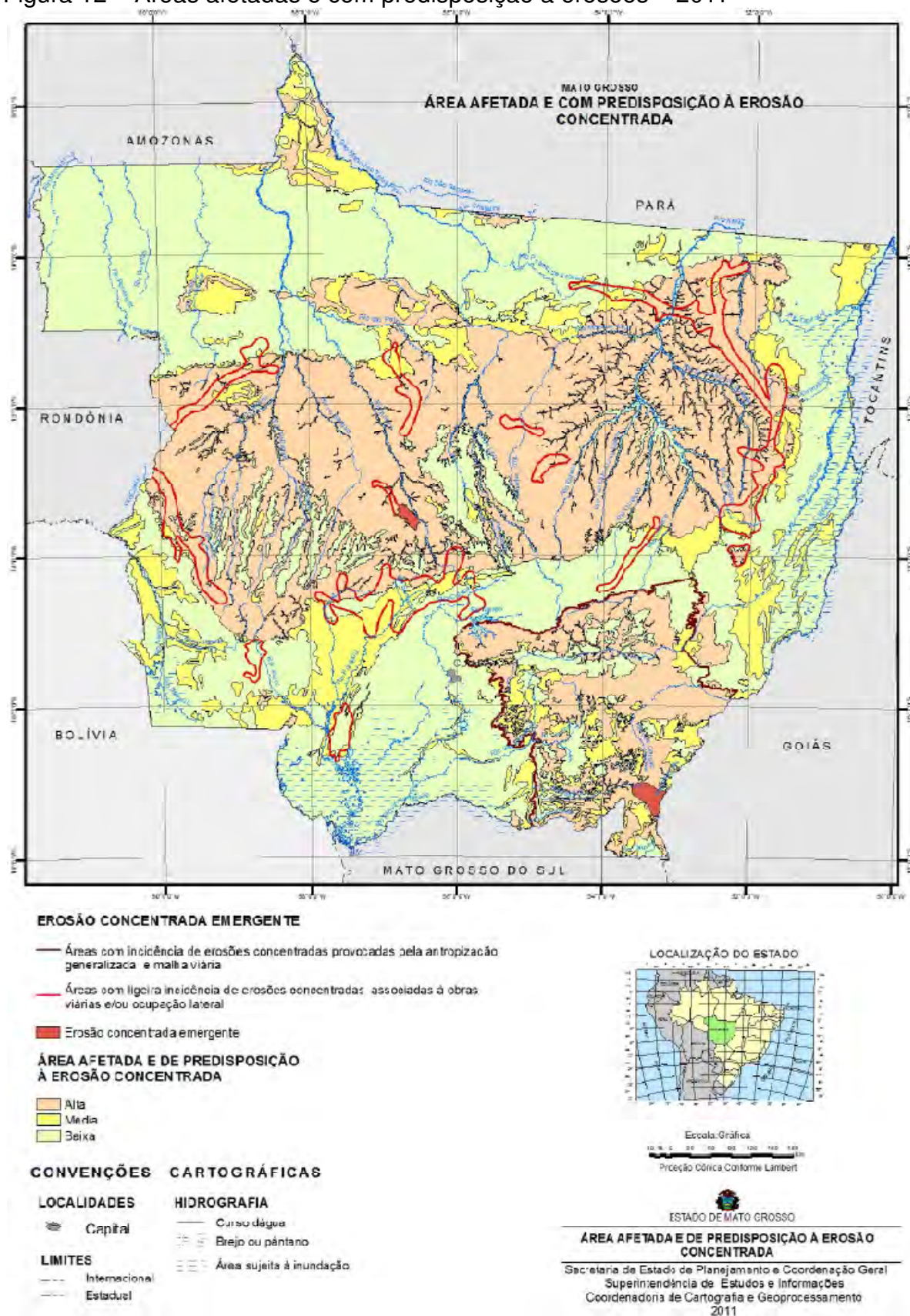


Figura 12 – Áreas afetadas e com predisposição a erosões – 2011



Fonte: SEPLAN, 2011.

Deve-se destacar a alta incidência de áreas afetadas e com predisposição a erosões, acentuadas pelas pressões antrópicas, em grande parte do território do bioma Amazônia. Existe, também, considerável área com incidências de erosões associadas a obras viárias, que ocorrem nas porções leste, noroeste e partes centrais do bioma (Figura 12).

5.1.3 Bioma Cerrado

O bioma Cerrado ocupa uma área de 36.326.680,8 de hectares e estende-se desde a fronteira com os estados de Tocantins e Goiás até com extremo oeste, limite com o estado de Rondônia (Figura 11). Nessa área que corresponde a 40,06% do território mato-grossense vivem, aproximadamente, 2,0 milhões de pessoas. As florestas estacionais e, principalmente, as savânicas que são as formações características deste Bioma. As savanas são constituídas por diferentes fitofisionomias que vão desde a mais aberta, com característica de campo (Campo Cerrado) até a mais fechada, com aspectos florestais (Cerradão). A fisionomia vegetal predominante é constituída por bosques abertos, com árvores contorcidas e grossas de pequena altura (entre 8 e 12m), um estrato arbustivo e outro herbáceo, onde sobressaem as gramíneas e leguminosas.

O cerrado é reconhecido como a savana mais rica do mundo e abriga uma ampla diversidade de espécies da flora e da fauna. Existe uma grande diversidade de habitats, que determinam uma notável alternância de espécies entre diferentes fitofisionomias. São conhecidas 199 espécies de mamíferos, 837 espécies de aves, 1.200 espécies de peixes, 180 de répteis, 150 de anfíbios e 11.627 plantas nativas. O Cerrado é refúgio de 13% das borboletas, 35% das abelhas e 23% dos cupins dos trópicos.

O clima típico da região é tropical úmido, notadamente sazonal, com verão chuvoso e inverno seco. A pluviosidade anual fica em torno de 800 a 1.600 mm. A estação seca estende-se de três a sete meses e isto provoca alterações significativas na flora local pelo desaparecimento da vegetação herbácea e a queda de folhas dos arbustos de troncos tortuosos, com cascas grossas. Mesmo estando

sujeito a épocas prolongadas de estiagens, os rios que cortam os cerrados, normalmente, não secam e mantêm uma mata ciliar em seu percurso. O lençol subterrâneo na região é mais profundo do que em outras áreas. As profundidades variam entre 15 e 20 metros. Em geral, os solos existentes no bioma Cerrado são muito antigos e profundos, pouco estratificados e pobres em resíduos orgânicos, comumente, são do tipo latossolo.

Esse Bioma é de grande importância para o equilíbrio ecológico, porque representa uma verdadeira “espinha dorsal” do sistema hidrográfico do Brasil. Nele estão situadas as nascentes dos principais rios formadores de três grandes bacias hidrográficas brasileiras e grandes aquíferos subterrâneos. Essas áreas são marcadas pelas localizações dos rios Araguaia e Mortes e conservam espécies típicas de ambientes aquáticos ou condicionados à dinâmica dos rios, cheias e vazantes, como a floresta aluvial, por exemplo. São fatores que limitam o uso intensivo das aluviões para a exploração econômica e contribuem para manter elevados os níveis de conservação ambiental.

A agricultura mecanizada é predominante no bioma Cerrado, onde produz grãos em larga escala, particularmente, a soja, e, secundariamente, a pecuária. Essa concentração da produção prevalece em Mato Grosso e utiliza parcela significativa desse Bioma no País.

A modernização da agropecuária e a rápida expansão da exploração da agricultura nas terras do Centro-Oeste aceleraram a pressão antrópica nos ecossistemas do Cerrado por fazer uso intensivo de: técnicas de correção de solo, fertilizantes, irrigação e defensivos agrícolas. Esses procedimentos interferem, negativamente, na qualidade das águas superficiais e subterrâneas, na drenagem de áreas de nascentes e nas planícies fluviais com rebaixamento do lençol freático. A substituição da vegetação originária produz impactos nas bacias hidrográficas existentes no Cerrado e provocam mudanças no regime de chuvas.

5.1.4 Bioma Pantanal

O Pantanal é o menor bioma de Mato Grosso. Ocupa uma área, na porção sul do Estado, de 4.938.865,4 hectares que equivale a 5,45% da área total de Mato Grosso, com uma população pouco acima de 100 mil habitantes (Figura 11). Situado entre o cerrado e o chaco boliviano, o Pantanal constitui um ambiente singular associado aos cursos de água e aos ciclos de cheias e vazantes que formam varjões, lagoas e banhados. A planície pantaneira é considerada a maior área alagável do mundo.

Esse bioma apresenta um mosaico de ecossistemas, mas mantém afinidades, sobretudo, com o cerrado e, em parte, com a floresta amazônica. Os planaltos e as terras altas da bacia do rio Paraguai são formados por áreas escarpadas e planaltos erodidos, conhecidos localmente como serras.

O Pantanal é um bioma constituído, principalmente, por savana estépica que permanece alagada, no decorrer do ano, em sua maior parte e tem altitude média de 100 metros. A planície pantaneira é banhada pelos rios que formam a bacia do Alto Paraguai e onde desenvolvem fauna e flora abundantes e de rara beleza. Nele existem, porém, espécies da flora que são predominantes no bioma Cerrado, mas também, há espécies da floresta amazônica, da mata atlântica e do chaco boliviano.

O Pantanal é uma grande área de captação e evaporação de águas e representa um importante ecossistema que contribui, efetivamente, para o equilíbrio ecológico e para a sustentabilidade ambiental do planeta. Espalha-se, em Mato Grosso, em terras banhadas pelo rio Paraguai e constitui um grande reservatório pluvial por reter água, em um período que dura até cinco meses, entre cheias e vazantes. Apresenta duas estações bem definidas: estiagem e chuvas. O verão, com clima é quente e úmido, caracteriza-se como a estação das chuvas e determina a época das enchentes. O inverno, relativamente mais frio, apresenta massa de ar úmida devido à evaporação da água acumulada no solo nos períodos de cheia.

O solo pantaneiro, de um modo geral, apresenta limitações para práticas agrícolas. As áreas úmidas possuem baixa fertilidade. A maior parte dos solos do

Pantanal é arenosa, mas suporta pastagens nativas que alimentam os animais herbívoros nativos e o gado bovino, introduzido na região, pelos colonizadores. Há, no entanto, uma parcela da pastagem original substituída por forrageiras exóticas, como a braquiária.

Esse Bioma apresenta uma grande diversidade biológica: peixes, aves, mamíferos e anfíbios, como tuiuiús, emas, capivaras, ariranhas, cervos-do-pantanal, onças, jacarés e sucuris, etc. O leito do rio Paraguai e seus afluentes servem de habitat para muitos peixes como: pintado, dourado, pacu e para répteis como: serpentes, lagartos jacarés, etc. O cervo e a capivara são animais que estão ameaçados de extinção, inclusive, em outras regiões do Brasil.

Essas características contribuíram para que o Pantanal fosse reconhecido pela Constituição Federal de 1988, como patrimônio nacional. Isto condicionou as práticas de todas as atividades ali desenvolvidas a necessidades de preservação dos recursos naturais. A importância da conservação desse patrimônio, também, foi reconhecida pela UNESCO como patrimônio natural mundial e reserva da biosfera.

A principal atividade econômica da planície pantaneira é a pecuária. A criação extensiva de animais, em áreas de pastagens nativas, é praticada há mais de dois séculos. A produção pecuária no Pantanal, devido às condições ambientais, é menor que a no planalto que utiliza técnicas mais modernas.

Em 2010, de acordo com dados do IBGE, os principais municípios produtores, na planície pantaneira: Cáceres, Santo Antonio de Leverger, Barão de Melgaço, Curvelândia e Poconé tinham um rebanho bovino de 1,9 milhão de cabeças, equivalente a 6,8% do total de 28,7 milhões de cabeças existente no Estado. Esse rebanho exerce um impacto moderado sobre os ecossistemas do Pantanal porque as restrições ambientais impõem uma produção em escalas moderadas e com técnicas tradicionais. Existem, no entanto, ameaças ao ambiente natural, particularmente, quando utilizam ervas exóticas como o capim *brachiaria* africana para ampliar as áreas de pastagens. Tais procedimentos põem em risco o equilíbrio ecológico do bioma Pantanal.

Dois outros problemas ambientais graves afetam o Pantanal mato-grossense: o assoreamento dos rios e a contaminação ambiental pela utilização do mercúrio nas atividades garimpeiras. Além disso, esse Bioma sofre os impactos do crescimento desordenado e as deficiências na oferta de serviços de saneamento básico nas duas maiores cidades do Estado: Cuiabá e Várzea Grande. O esgoto sanitário e os resíduos sólidos, em grande parte, nestas duas cidades não são tratados adequadamente. O lançamento desses dejetos no leito do rio Cuiabá, na forma *in natura*, contamina a água e causa danos à biodiversidade do Pantanal.



VI. POTENCIALIDADES E ESTRANGULAMENTOS DE MATO GROSSO

Mato Grosso é um estado com grandes potencialidades que decorrem, não só de suas riquezas em recursos naturais e biodiversidade, mas também da sua cultura e da sua base econômica. São fatores que podem constituir o alicerce firme para um futuro desenvolvimento sustentável. No entanto, o estado de Mato Grosso registra, ao mesmo tempo, sérios obstáculos que podem atrapalhar o seu desenvolvimento e dificultar a conquista dos macro-objetivos, definidos pela sociedade mato-grossense.

6.1 Potencialidades

Potencialidades são características ou condições internas do estado de Mato Grosso que favorecem o desenvolvimento, desde que sejam aproveitadas e utilizadas adequadamente. São componentes da realidade do Estado que oferecem uma vantagem diferenciada para atrair investimentos e impulsionar dinamismo socioeconômico. Entre as potencialidades do Estado podem ser destacadas as seguintes:

- a. **disponibilidade de recursos naturais** – Mato Grosso tem uma enorme disponibilidade de recursos naturais renováveis, ainda não conhecidos e estudados na sua totalidade, com elevada biodiversidade e riqueza da flora medicinal. Atividades que podem constituir-se em novas bases econômicas vinculadas ao conhecimento genético (incluindo o conhecimento dos povos da floresta), e também, como serviços ambientais e negociação de crédito de carbono;
- b. **existência de áreas conservadas nos biomas** – apesar das pressões antrópicas que vêm provocando degradação ambiental no Estado, existem importantes áreas remanescentes nos três biomas dominantes, com grande riqueza em recursos naturais renováveis que podem ser utilizados de forma sustentável;
- c. **disponibilidade de recursos hídricos** – a rede hidrográfica de Mato Grosso oferece um potencial elevado de recursos hídricos para múltiplos usos: geração

de energia elétrica, navegação, piscicultura e agricultura irrigada. Confere ao Estado um importante diferencial para a qualidade de vida e para a economia;

- d. **capacidade para exploração de energia renovável** – a riqueza dos recursos vegetais e a possibilidade de produção de biomassa permitem que Mato Grosso se destaque como um grande produtor de energia renovável;
- e. **existência de terra para agropecuária** – Mato Grosso ainda conta com terras aptas para a produção agropecuária. Os solos que, embora não sejam dotados de grande fertilidade, são profundos e bem drenados;
- f. **presença de ricas paisagens naturais e acervo cultural** – o território mato-grossense é rico em belas e diversificadas paisagens naturais para atração turística. Ao mesmo tempo, Mato Grosso tem um importante acervo cultural, com a diversidade e multiplicidade de manifestações e grupos culturais. Ambos são potenciais relevantes para o desenvolvimento do turismo e do ecoturismo no Estado;
- g. **disponibilidade de recursos naturais renováveis recursos minerais** – Mato Grosso conta com grandes reservas minerais ainda não devidamente exploradas, mas que podem constituir a base de avanço no segmento mineral.
- h. **capacidade de adensamento das cadeias produtivas** – com uma economia ainda concentrada em atividades primárias: pecuária e grãos, principalmente soja, milho, Mato Grosso tem um potencial grande para adensamento e beneficiamento dos produtos primários com agregação de valor à estrutura produtiva;
- i. **existência de centros de pesquisas e unidades de ensino superior** – Mato Grosso possui uma boa rede de instituições de ensino superior: públicas e privadas, com condições de realizar pesquisas. São suficientes para dotá-lo de importante processo de inovação e difusão de conhecimento e de tecnologias, ainda hoje limitadas e restritas;
- j. **capacidade empreendedora da população** – a formação sociocultural de Mato Grosso, como a diversidade e interação de diferentes culturas, cria uma capacidade empreendedora e uma postura aberta à inovações, com novas gerações de inovadores e ousados empresários. Essa cultura empreendedora

pode ser fundamental para ampliar investimentos e adensar as cadeias produtivas, com agregação de valor dos produtos primários.

6.2 Estrangulamentos

Estrangulamentos são condições internas do estado de Mato Grosso que emperram ou dificultam o seu desenvolvimento. São componentes indesejáveis ou negativos da realidade e podem neutralizar não só as potencialidades, como também, a atração de investimentos. Podem também diminuir o impulso do dinamismo econômico e social. Dentre os estrangulamentos destacam-se os seguintes:

- a. **deficiência do sistema de transporte e logística** – a infraestrutura de transporte e logística de Mato Grosso possui limitada estrutura rodoviária e ferroviária, baixa qualidade do sistema rodoviário e carência de uma estrutura logística multimodal combinada com sistema de armazenamento e distribuição. Fatores que elevam os custos de transportes e comprometem a competitividade sistêmica da economia;
- b. **estrutura produtiva fortemente concentrada na agropecuária** – a agropecuária é a principal atividade econômica de Mato Grosso, responsável por quase 30% do PIB estadual. A agricultura, com predomínio na produção de grãos, responde por 23% deste percentual. A soja ocupa, aproximadamente, 05 (cinco) milhões de hectares, ou seja, quase metade da área cultivada. A predominância da pecuária e da produção de grãos no Estado evidencia um elevado grau de especialização e liderança produtiva, mas pode constituir também uma fragilidade por depender, excessivamente, de um setor e quase de um único produto;
- c. **baixa qualidade da infraestrutura do turismo** – O Estado tem um enorme potencial turístico: paisagens naturais, acervo cultural, especialmente no Pantanal, diversidade e multiplicidade de manifestações e grupos culturais. Apresenta, no entanto, um fluxo muito modesto de turistas que, em grande parte, é decorrente de limitações na infraestrutura turística. De fato, o turismo em Mato Grosso carece de infraestrutura para viabilizar um fluxo mais amplo de turistas,

compatível com a sua riqueza e diversidades natural e cultural. Entre as limitações destacam-se: a falta de estrutura dos destinos, dificuldade de acessos, deficiências de informações sobre o setor, inexistência de pesquisas sobre os perfis dos turistas e sobre os seus movimentos nos diferentes pólos turísticos;

- d. **elevada dependência externa da economia** – a economia de Mato Grosso está voltada, em grande parte, para exportação de *commodities*³⁷. Isto faz com que o Estado fique vulnerável a flutuações da economia internacional e, principalmente, a instabilidades de preços dos produtos agropecuários;
- e. **reduzido nível de agregação de valor dos principais produtos** – A agropecuária, principal atividade econômica de Mato Grosso, tem baixo nível de agregação de valor e limitado encadeamento das cadeias produtivas. Isso reduz o efeito de transbordamento dessas cadeias no emprego e na renda da população;
- f. **degradação dos ecossistemas** – resultado das pressões antrópicas os desmatamento e as queimadas provocam a erosão, compactam os solos, contaminam a água, comprometem os recursos hídricos, desequilibram as espécies e reduzem a piscosidade de rios e lagos. A degradação dos ecossistemas compromete as potencialidades econômicas e a qualidade de vida da população;
- g. **fragilidade do Zoneamento Socioeconômico Ecológico (ZSEE)** – o principal instrumento de gestão do território mato-grossense é o Zoneamento Socioeconômico Ecológico pois define as diretrizes do processo de uso e ocupação sustentável dos recursos naturais. Como tal, deve orientar os investimentos públicos e privados no território de Mato Grosso, de modo a racionalizar a ocupação de espaços e garantir o desenvolvimento sustentável. No entanto, apesar da sua qualidade técnica e dos seus mecanismos de gestão do território, o ZSEE tem enfrentado restrições e deficiências gerenciais e organizacionais para assegurar o respeito às suas diretrizes e critérios de uso

³⁷ Plural do termo da língua inglesa *Commodity* que significa mercadorias de origem primária ou com pouca agregação de valor negociada nas bolsas de mercadorias.

sustentável dos recursos naturais, e desse modo, estabelecer sua efetiva operacionalização;

- h. **persistência de conflitos pela posse da terra** – persistem, ainda no estado de Mato Grosso, conflitos pela posse da terra como resultado de limitações nas regularizações e morosidade da justiça no tratamento das questões de titularidade que dão soluções jurídicas aos conflitos que ameaçam a paz social e comprometem a competitividade da economia mato-grossense;
- i. **níveis moderados de escolaridade e qualidade no ensino** – os índices de escolaridade e de qualidade do ensino em Mato Grosso situam-se abaixo da média regional, embora tendam a superar a média nacional. São, mesmo assim, níveis moderados e, de alguma forma, reduzem as oportunidades sociais da população jovem quanto à qualificação profissional e a preparação para mercado de trabalho, podendo comprometer a competitividade da economia. O nível modesto de qualidade no ensino está diretamente correlacionado com as deficiências do sistema educacional do Estado, com as dificuldades na gestão pública e, principalmente, com a baixa valorização dos profissionais mato-grossenses da educação;
- j. **deficiências nos níveis de qualificação da mão de obra** – a economia dinâmica e moderna de Mato Grosso requer mão de obra qualificada e novas tecnologias nos diversos segmentos e cadeias produtivas em expansão. As empresas de Mato Grosso manifestam preocupação com a carência desta mão de obra qualificada, pois isso pode comprometer a competitividade da economia e, ao mesmo tempo, inibir os investimentos produtivos no Estado;
- k. **insuficiência do sistema de ciência e tecnologia** – mesmo com maior investimento público em ciência e tecnologia que os estados vizinhos, o sistema de inovação e desenvolvimento tecnológico em Mato Grosso é, ainda, insuficiente para enfrentar os desafios que decorrem da disputa competitiva em torno da inovação e das possibilidades de aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Essa carência é mais grave quando se trata da pequena produção e da agricultura familiar que operam com baixa capacidade produtiva e tecnológica e, conseqüentemente, são mais dependentes do apoio público;

- l. **persistência de pobreza e desigualdades sociais** – mesmo que em níveis inferiores à média nacional, a pobreza e as desigualdades sociais em Mato Grosso são inaceitáveis. O grande dinamismo da economia convive com o desemprego, o trabalho informal, as deficiências nos sistemas de saúde e de segurança pública. De qualquer forma, o estado de Mato Grosso contém ainda um elevado contingente da população que vive em condições de risco social e com sensação de insegurança;
- m. **elevado índice criminalidade** – o índice de criminalidade em Mato Grosso supera a média nacional. No ano de 2010, em um grupo de 100.000 habitantes, foram 28,5 homicídios contra 20,1 da região Centro-Oeste e 21,5 do Brasil. Conclui-se, portanto, que Mato Grosso é o estado mais violento da região Centro-Oeste. A taxa de homicídios em Mato Grosso, quando se refere à população jovem, é menor que as médias regional e nacional, mas destaca-se pela elevada taxa de mortes por acidentes no trânsito, tanto entre a população total quanto entre os jovens. Assim, a criminalidade prejudica a imagem do Estado e pode dificultar a atração de investimentos que promovem o desenvolvimento econômico em Mato Grosso;
- n. **deficiência do sistema de saneamento básico** – Mato Grosso tem uma oferta de esgotamento sanitário inferior às médias nacional e regional. Isso compromete a qualidade de vida da população e atrapalha a competitividade das atividades turísticas no Estado;
- o. **problemas ambientais urbanos** – os espaços urbanos em Mato Grosso já evidenciam, em diferentes níveis, a degradação do meio ambiente e a habitabilidade nas cidades é um dos principais fatores que comprometem a qualidade de vida;
- p. **deficiência de gestão do Governo do Estado** – problemas gerenciais persistem no Estado e em várias áreas do Governo com a desarticulação de políticas e projetos que moderam o impacto e a efetividade da ação governamental. É particularmente preocupante a falta de articulação das medidas de segurança pública com as políticas sociais de prevenção (abordagem inadequada e desarticulada das políticas públicas de proteção social);
- q. **redução da capacidade financeira e da dependência de transferência externa** – a capacidade fiscal do estado de Mato Grosso está diretamente

vinculada a uma estrutura produtiva com baixo valor agregado aos produtos e destinada a exportações. Ambas podem inibir a arrecadação própria e gerar certa dependência das transferências externas. O sistema fiscal do Governo apresentou uma melhora na receita *per capita* e no percentual do PIB até 2006. Ocorreu um declínio leve nos anos mais recentes, mas houve uma queda importante tanto em 2009 quanto em 2010. Por outro lado, o estado de Mato Grosso teve, em 2009, um percentual de gasto com pagamento de juros e amortização de dívida superior aos dos outros estados do Centro-Oeste e, até mesmo, de estados como São Paulo e Minas Gerais. Nos últimos anos, Mato Grosso tem ampliado o volume de investimentos, em termos absolutos e com o percentual da despesa corrente, apesar de, no mesmo período, ter elevado o comprometimento dos gastos com pagamento de pessoal e encargos;

- r. **deficiência e desarticulação na saúde pública** – o sistema de saúde pública em Mato Grosso apresenta déficit de leitos e profissionais qualificados, além de evidenciar gestão com limitada eficiência e baixa qualidade de serviços, assim como, desarticulação nas instâncias do sistema;
- s. **desigualdades intrarregionais e rede desconexa de cidades** - o território mato-grossense apresenta desequilíbrios nas distribuições da população e das riquezas. Possui, ainda, uma frágil rede de cidades, cuja estrutura de articulação apresenta sérias deficiências, particularmente, na malha rodoviária com poucas e precárias vias que interligam os núcleos urbanos.
- t. **cultura política de não cumprimento de acordos** – existe uma tendência, nos meios políticos e nas instituições públicas do Estado, de limitado comprometimento no cumprimento de acordos e compromissos com decisões e normas gerais. Isso compromete o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BONDUKI, Nabil Georges. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**: uma metodologia para avaliar programas de habitação. São Paulo: IEE/PUC, 2002.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Execução Orçamentária dos Estados 1995-2010**. Brasília: STN, 2010. Disponível em <<http://www.stn.gov.br/>>. ACESSO em 20 jan. 2012

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)**, 2010. Disponível em <http://www.datasus.gov.br/>>. Acesso 13 out. 2011

_____. **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)**, 2010. Disponível em <http://www.datasus.gov.br/>>. Acesso 13 out. 2011

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). **Estatísticas de comércio exterior**. Brasília: MDIC, 2011. Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/>>. ACESSO em 03 jan. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso 27 set. 2011.

CNPCT. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. **Relatório do 1º “Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. Brasília: CNPTC,” 2005. Disponível em <www.mds.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2012.

_____. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília: CNPTC, 2006 Disponível em <www.mds.gov.br>. Acesso em: 01 fev. 2012.

_____. **Balanço das Ações para Povos e Comunidades Tradicionais no Governo Lula (2003-2010)**, 2010. Disponível em <www.mma.gov.br>. Acesso em 01 fev. 2012.

CNT. Confederação Nacional dos Transportes. **Pesquisa CNT de Rodovias**. 15. Ed. Brasília: SEST/SENAT, 2011. Disponível em<<http://www.cnt.org.br/>>. ACESSO em 20 jan. 2012

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Soja em números**. 2011 Disponível em<<http://www.embrapa.br/>>. ACESSO em 31 jan. 2012.

EMPAER. Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural. **Proposta para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar nos municípios de Mato Grosso**. Cuiabá: EMPAER, [2010?]: data provável.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário do Fórum de Segurança Pública (2004 - 2010)**. São Paulo: FBSP, 2011.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

_____. **Censo Demográfico**. 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Contas Regionais 2004-2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. **Pesquisa Agrícola Municipal**. 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2001-2009)** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em<<http://www.ibge.gov.br/>>. ACESSO em 22 fev. 2012.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal**. 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios (2005-2009)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em<<http://www.ibge.gov.br/>>. ACESSO em 20 fev. 2012

_____. **Regiões de Influências das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: CDDI/IBGE, 2008

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Ipeadata**. Brasília: IPEA, 2003-2008. Disponível em<<http://www.ipea.gov.br/>>. ACESSO em 20 abr. 2011.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Construindo o Quadro do Patrimônio Cultural Brasileiro**. Brasília: IPHAN, 2008.

_____. **Modo de fazer Viola de Cocho**. Brasília: IPHAN. (Dossiê IPHAN), 2009.

_____. Ritual Yaokwa. **Povo Enawene Nawe**. Brasília: IPHAN. (Dossiê IPHAN), 2010

MATO GROSSO. SEC. Secretaria de Estado de Cultura. **Projeto de Modernização do Sistema Estadual de Bibliotecas de Mato Grosso**. Cuiabá: SEC, 2009.

_____. **Mato Grosso: Nossa cultura é a nossa vida**. Cuiabá: SEC, 2011.

MATO GROSSO. SESP. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Polícia Judiciária Civil (PJC). **Boletins de Ocorrências**. Cuiabá: SESP, 2010.

_____. **Pesquisa de Condições de Vida e Vitimização em Mato Grosso**. Cuiabá: SESP, 2010

MATO GROSSO. SEMA. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Coordenadoria de Unidades de Conservação (CUCO). **Unidades de Conservação**, 2011. Disponível em<<http://www.sema.gov.br/>>. ACESSO em 20 jan. 2012.

MATO GROSSO. SEPLAN. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Superintendência de Estudos e Informação (SEI). **Atlas de Mato Grosso** 2012. Cuiabá: Entrelinhas, 2012.

_____. **Anuário Estatístico**. Cuiabá: SEPLAN, 2010

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza C. Souza (Org.). **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). **Índice de Competitividade Estadual. Brasília: MBC, 2006** Disponível em<<http://www.fee.tche.br/>>. ACESSO em 20 jan. 2012.

OLIVEIRA, Luceni Grassi de; MARTA, José Manuel C. **O Desenvolvimento e as Percepções dos Moradores da região do Rio Cuiabá**. Contribuições para a Política de desenvolvimento Regional. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

PIAIA, Ivane I. **Geografia de Mato Grosso**. 3 ed. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

RIVERA, Márcia S. P. Cuiabá: **Um Nó na Rede**. Cuiabá: EdUFMT, 2012 (prelo).

SÁ, Rogério de Oliveira et al. **Mapeamento e análise das cadeias produtivas de Mato Grosso**. Cuiabá: SEPLAN, 2011. (Nota Técnica nº 02)

_____. **Mercado internacional e competitividade de Mato Grosso**. Cuiabá: SEPLAN, 2011. (Nota Técnica nº 03)

SILVA, Regina. **Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil**. 221f. Tese (Doutorado e Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2011

SILVA, Regina; SATO, Michèle. **A territorialidade das comunidades quilombolas do Estado de Mato Grosso**. In: PPLA 2010: Seminário Política e Planejamento, 2, 2010. Curitiba. **Anais...** Curitiba: Ambiens, 2010. CD-ROM

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Números do Brasil**, 2009. Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br>. Acesso 28 jun. 2011.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris: UNESCO, 2003.

VIEIRA, Edmar Augusto. **Finanças Públicas de Mato Grosso: 2002-2010**. Cuiabá: SEPLAN, 2011. (Nota Técnica)

_____. **Tendências Demográficas em Mato Grosso**. Cuiabá: SEPLAN, 2011. (Nota Técnica)

_____. **Estudo Retrospectivo da Educação**. Cuiabá: SEPLAN, 2011. (Nota Técnica)

_____. **Desigualdade e Pobreza em Perspectiva: o caso de mato Grosso**. Cuiabá: EdUFMT, 2011

_____. **Salários na educação e salários no mercado de trabalho: quanto vale um professor?**. Cuiabá: SEPLAN, 2011. (Nota Técnica)

APÊNDICES

Apêndice 1 – Principais tombamentos dos bens materiais de Mato Grosso

Bens arquitetônicos	Município	Ano de tombamento
Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho	Cuiabá	1977
Seminário da Conceição	Cuiabá	1977
Arsenal de Guerra	Cuiabá	1984
Cine Teatro	Cuiabá	1984
Usina de Itaicy	Santo Antônio de Leverger	1984
Igreja São Gonçalo	Cuiabá	1987
Igreja do Rosário	Cuiabá	1987
Casarão de Nhô - Nhô de Manduca (Casa de Bem Bem)	Cuiabá	1998
Ponte de Ferro da Guia	Nossa Senhora da Guia	2000
Fazenda Descalvados	Cáceres	2001
Igreja Nossa Senhora da Guia	Várzea Grande	2003
Posto Telegráfico de Voadeira	Barra do Garças	2008
Igreja Nossa Senhora de Santana	Chapada dos Guimarães	2009
Bens urbanísticos	Município	Ano de tombamento
Vila Bela da Santíssima Trindade	Vila Bela	1984
Centro Histórico de Cuiabá	Cuiabá	1993
Centro Histórico de Cáceres	Cáceres	2002
Centro Histórico de Diamantino	Diamantino	2006
Centro Histórico de Acorizal	Acorizal	2006
Centro Histórico de Poxoréu	Poxoréu	2007
Centro Histórico de Poconé	Poconé	2007
Bens paisagísticos/naturais	Município	Ano de tombamento
Morro do Seminário	Cuiabá	1983
Morro da Luz (Parque Antônio Pires De Campos)	Cuiabá	1983
Tahiantesu / Pequisal Vale Do Guaporé - Chapada dos Parecis	-	1991
Palmeira “Gogó da Siriema” da Praça Ipiranga	Cuiabá	1998
Morro de Santo Antonio	Santo Antônio de Leverger	2000
Morro Grande	Santo Antônio de Leverger	2006
Cachoeira do Tombador	Chapada dos Guimarães	2006
Complexo da Cachoeira da Martinha	Chapada dos Guimarães	2007
Trilha da Mata Fria, Trilha Tope de Fita, Trilha do Matão, Trilha do Carretão, Trilha do Magessi, Trilha Quebra-Gamela, Trilha do Xavier	Chapada dos Guimarães	2009
Mirante da Chapada dos Guimarães	Chapada dos Guimarães	2010
Bens arqueológicos/paleontológicos	Município	Ano de tombamento
Sítio Arqueológico de Santa Terezinha	Terra Nova do Norte	2009
Sítio Arqueológico de Santa Elina	Jangada	2011

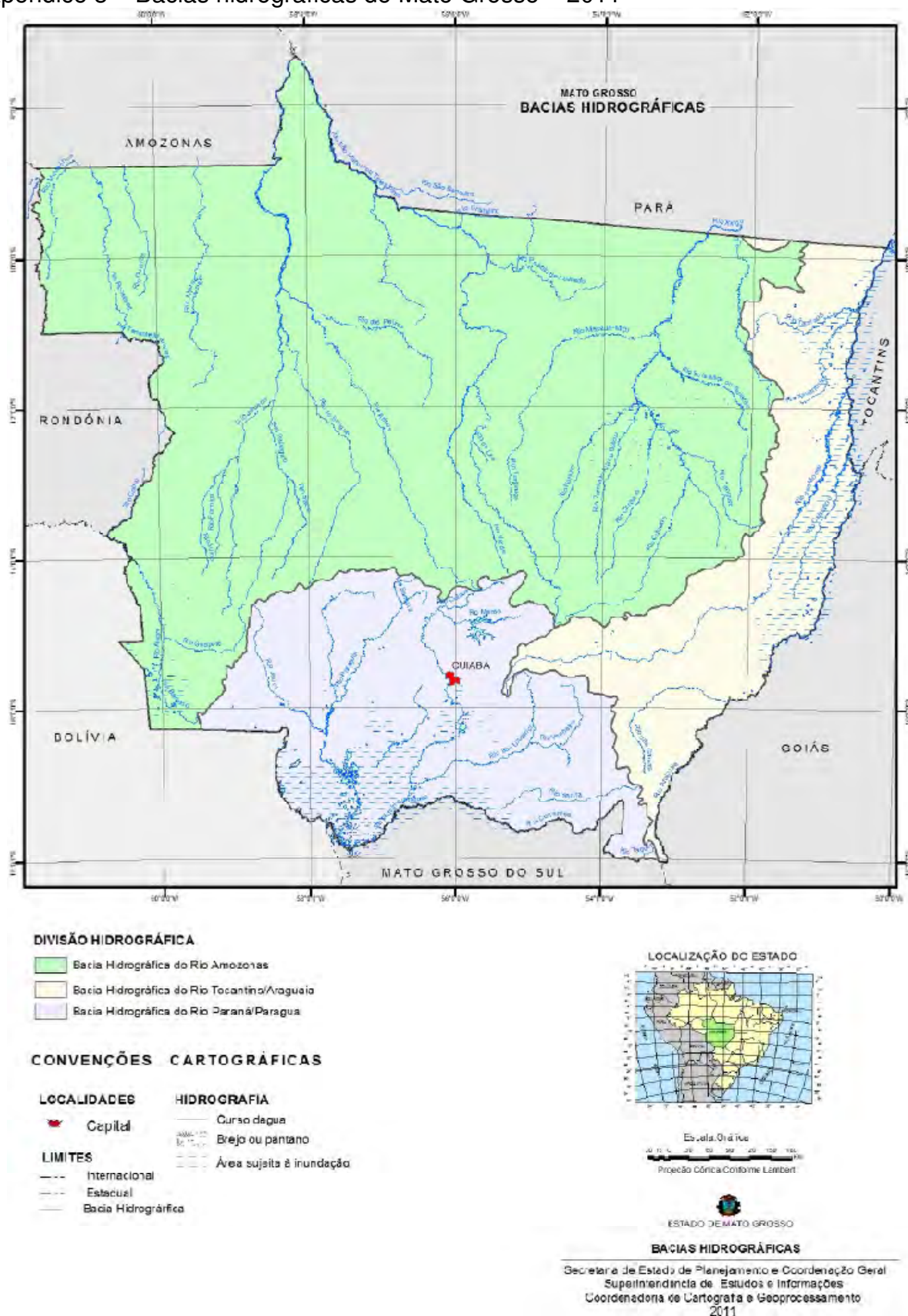
Fonte: SEC, 2011

Apêndice 2 – Pontos de Cultura – 2011

Região Noroeste Contruindo Cultura Fazendo Cidadãos (Conilza) CTG Relembrando os Pagos (Juína) Ação Social – Educar para Integrar (Juara) Região Sul Associação Mato Grossense dos Cegos (Cuiabá) Escola de Circo Leite de Pedras (Cuiabá) Instituto Centro de Vida (Cuiabá) Instituto Mão Amiga (Cuiabá) Instituto Beija Flor (Cuiabá) Instituto Usina (Cuiabá) Instituto Cultural América (Cuiabá) Instituto Ecossistemas e Populações Tradicionais (Cuiabá) Instituto Cultural Flauta Mágica (Cuiabá) Instituto dos Cegos do Estado de Mato Grosso (Cuiabá) Grupo de Apoio, Estudo e Pesquisa Ambiental e Cultural – Pró Terra (Cuiabá) Madeiras e Metais – Oficinas de Instrumentos de Sopros (Cuiabá) Centro Cultural Dorcelina Folador (Várzea Grande) Organização Comunitária da Aldeia – Oca (Chapada Dos Guimarães) Associação Clube da Melhor Idade (Nobres) Instituto do Itaicy (Santo Antonio do Leverger) Região Sudoeste Grupo Artístico Cultural e Meio Ambientalista Chalana (Cáceres) Associação Mato-grossense de Dança Folclórica do Siriri e Cururu Projeto Guato (Cáceres) Associação Mirassol D' oeste com Música e Cidadania – Apromúsica (Mirassol D' oeste)	Região Norte Teatro Experimental de Alta Floresta (Alta Floresta) Museu Natural de Alta Floresta (Alta Floresta) Associação da Comunidade do bairro Santa Izabel (Peixoto de Azevedo) Região Leste Culturaraguaia (Barra Do Garças). Organização Indígena Abhuwawe Xavante Oiax (Barra do Garças) Região Sudeste Só Faltava Você- (Campo Verde) Centro de Ensino Profissionalizante (Primavera do Leste) Associação Partilhar (Poxoréu) Associação Koblenz Brasil – Kobra (Rondonópolis) Região Centro Cultura para Todos (Sorriso) Região Oeste Associação Watoholi (Brasnorte) Projeto Etnocultural Resgate, Revitalização e Preservação Raízes (Barra do Bugres) Ninho Do Sol (Campo Novo do Parecis) Arte que Transforma (Tangará da Serra) Memória Visual do Povo Indígena Paresis (Tangará da Serra) Região Centro Norte, Juventude Sinopense Ativa (Sinop) Projeto Aruandê Mato Grosso (Sinop)
--	--

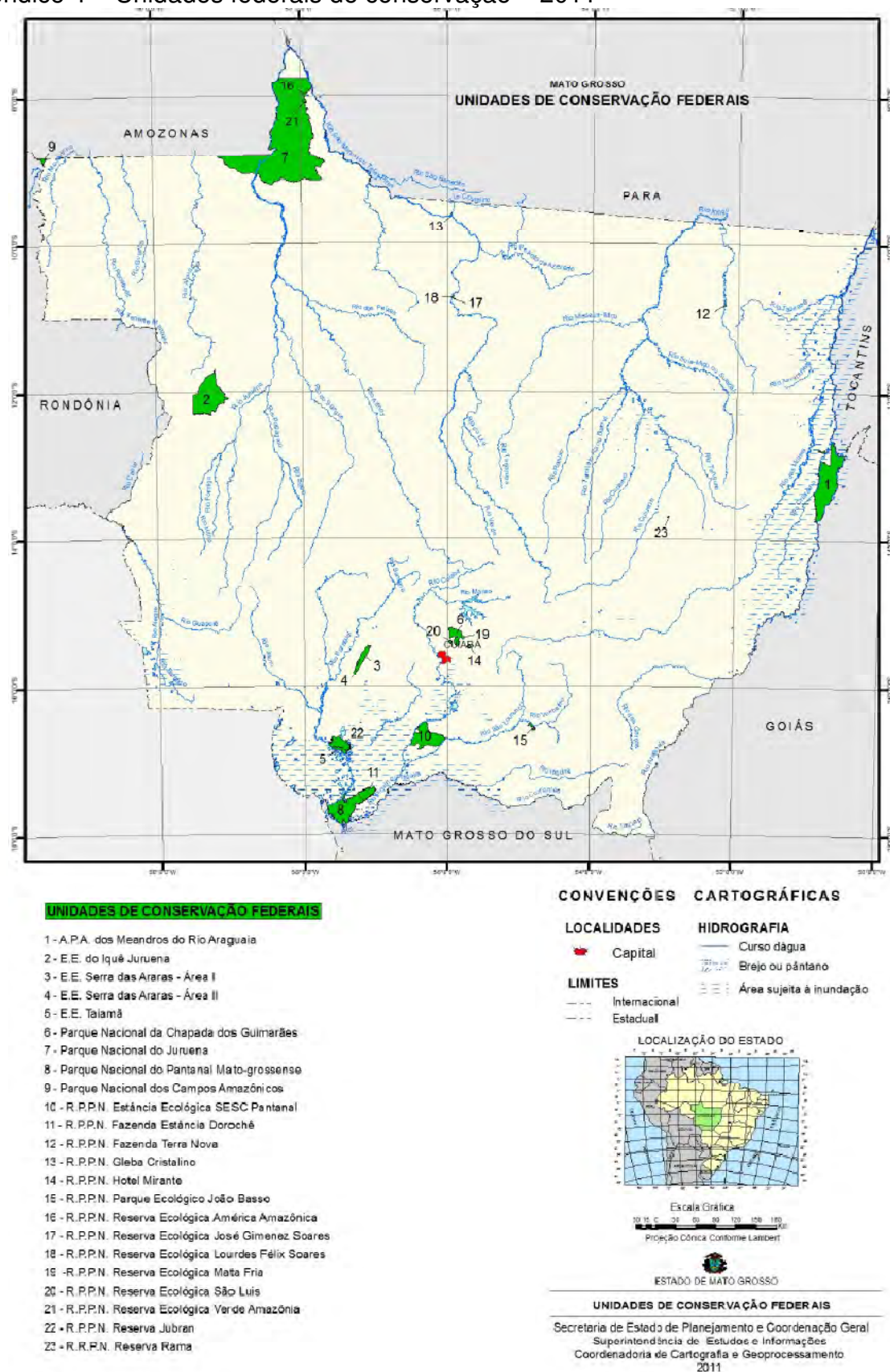
Fonte: SEC, 2011

Apêndice 3 – Bacias hidrográficas de Mato Grosso – 2011



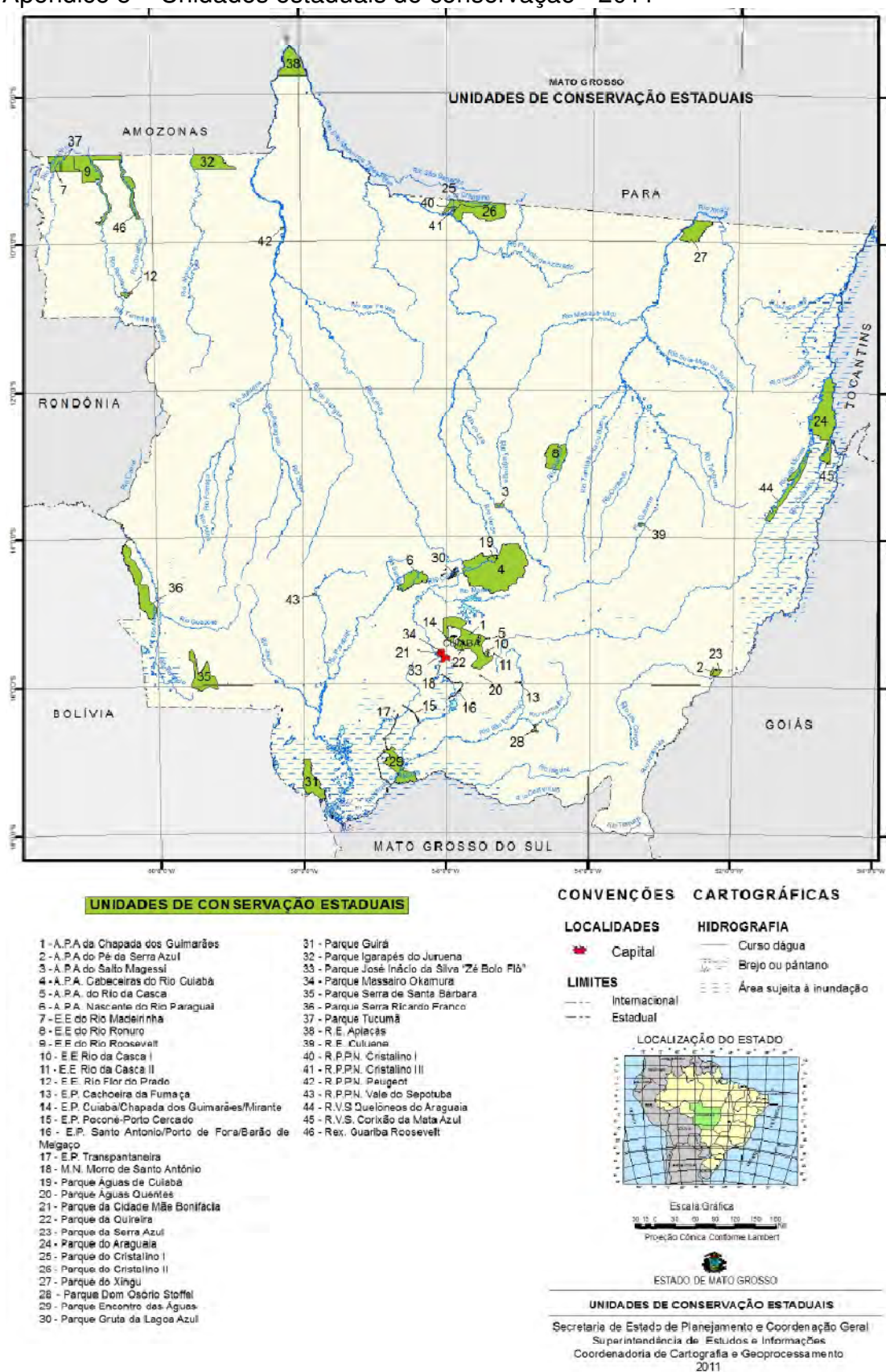
Fonte: SEPLAN, 2011

Apêndice 4 – Unidades federais de conservação – 2011



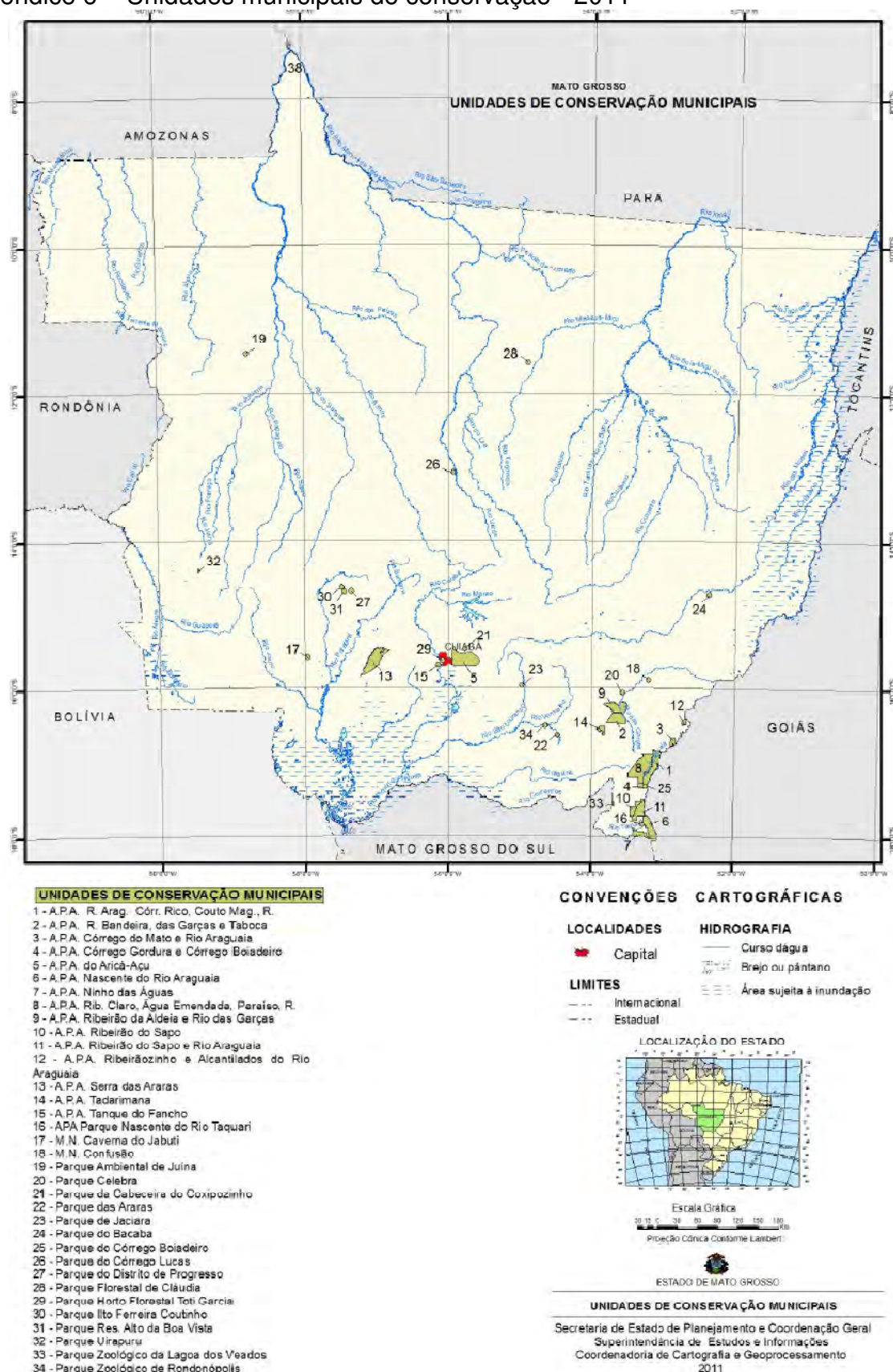
Fonte: SEPLAN, 2011.

Apêndice 5 – Unidades estaduais de conservação - 2011



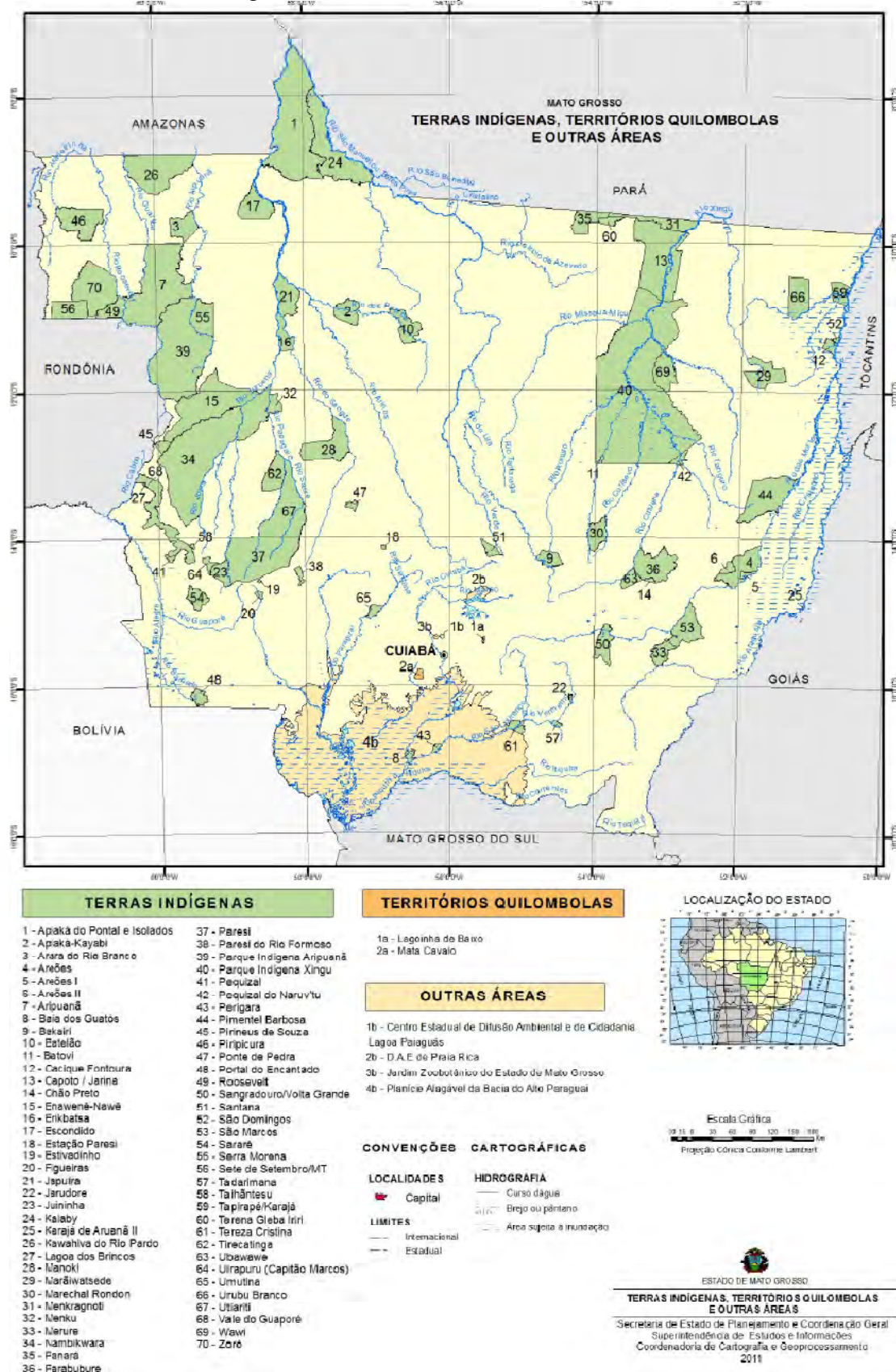
Fonte: SEPLAN, 2011.

Apêndice 6 – Unidades municipais de conservação - 2011



Fonte: SEPLAN, 2011.

Apêndice 7 – Terras indígenas, territórios quilombolas e outras áreas - 2011



Fonte: SEPLAN, 2011.

ANEXO

Anexo 1 – Mapa dos Grupos Sociais – 2010

